UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

A PAISAGEM HISTÓRICA DO ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS
O VÍDEO COMO INSTRUMENTO EDUCATIVO NA ARQUEOLOGIA DO MONUMENTO QUINHENTISTA

SILVIO LUIZ CORDEIRO

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA DO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
MESTRE EM ARQUEOLOGIA

ORIENTADORA
PROF^ª. DR^ª. ELAINE FARIAS VELOSO HIRATA

LINHA DE PESQUISA
ARQUEOLOGIA E EDUCAÇÃO

SÃO PAULO
2007

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

A PAISAGEM HISTÓRICA DO ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS
O VÍDEO COMO INSTRUMENTO EDUCATIVO NA ARQUEOLOGIA DO MONUMENTO QUINHENTISTA
SILVIO LUIZ CORDEIRO

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA DO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
MESTRE EM ARQUEOLOGIA

ORIENTADORA
PROF^ª. DR^ª. ELAINE FARIAS VELOSO HIRATA

LINHA DE PESQUISA
ARQUEOLOGIA E EDUCAÇÃO

SÃO PAULO
2007

A PAISAGEM HISTÓRICA DO ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS

O VÍDEO COMO INSTRUMENTO EDUCATIVO NA ARQUEOLOGIA DO MONUMENTO QUINHENTISTA

RESUMO

Este estudo resulta de um trabalho educativo experimental na arqueologia brasileira, quando, a partir do usufruto do vídeo, desenvolvemos diversas atividades para a produção de um documentário, junto a jovens estudantes da escola pública vizinha das ruínas de um dos primeiros engenhos de açúcar instalados no *Novo Mundo*: o *Engenho São Jorge dos Erasmos*, em Santos (SP), considerado patrimônio histórico do Brasil. A experiência transitou por uma nova relação entre *ensino* e *aprendizagem*, buscando-se a construção do conhecimento pelo diálogo com a arqueologia, a propiciar aos jovens uma redescoberta da paisagem histórica onde vivem.

Palavras-chave: Arqueologia Brasileira, Patrimônio Histórico, Educação Audiovisual, Paisagem, Documentário.

THE HISTORICAL LANDSCAPE OF SÃO JORGE DOS ERASMO'S SUGAR MILL

THE VIDEO HAS AN EDUCATIONAL INSTRUMENT

ABSTRACT

This study results of an experimental educative work in Brazilian Archaeology, when, from the enjoyment of the video, we developed many activities for the production of a documentary, next to young students of the neighbouring public school of the ruins of one of the first sugar manufacture installed in the *New World*: called *São Jorge dos Erasmo's Sugar Mill*, at City of Santos, is considered a Brazilian historical patrimony. The experience builds a new relation between *education* and *learning*, looking for the knowledge through the dialog with archaeology to give young people the rediscovered of the historical landscape where they live.

Keywords: Brazilian Archaeology, Historical Patrimony, Audiovisual Education, Landscape, Documentary.

ÍNDICE

RESUMO	3
ABSTRACT	4
APRESENTAÇÃO	6
. ANTECEDENTES	
PRÓLOGO DE UM NOVO ESPAÇO	10
I	
SITUANDO UM VELHO ENGENHO NA HISTÓRIA	15
. OS ENGENHOS NO INÍCIO DO POVOAMENTO COLONIAL DO BRASIL	
. O ENGENHO FLAMENGO NA ILHA DE SÃO VICENTE	
II	
BREVES APONTAMENTOS EM TORNO DA ARQUEOLOGIA DOS ERASMOS	49
. RECINTOS FORTIFICADOS	
. A LINHA DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL PREFIGURADA NOS ENGENHOS	
. A ERMIDA DE SÃO JORGE	
. DESENHOS MÍNIMOS	
III	
A MEMÓRIA DA PAISAGEM E A ESCAVAÇÃO DA MEMÓRIA:	79
UMA OFICINA DE VÍDEO REDESCOBRINDO A HISTÓRIA DO LUGAR	
. TOMBAMENTO E ABANDONO DAS RUÍNAS	
. UMA EXPERIÊNCIA AUDIOVISUAL NA ARQUEOLOGIA BRASILEIRA:	
. O VÍDEO COMO INSTRUMENTO DE ESTUDO E DIFUSÃO	
. IMAGINANDO A MONTAGEM	
EPÍLOGO DO TEMPO	111
BIBLIOGRAFIA	119
VIDEOGRAFIA	129

APRESENTAÇÃO

Este estudo é fruto de um trabalho educativo experimental na arqueologia brasileira, desenvolvido através de uma Oficina de Vídeo realizada junto de estudantes da escola pública *vizinha de muro* das ruínas de um dos primeiros engenhos de açúcar instalados no Brasil e no *Novo Mundo*. Considerado um *Monumento Nacional*, bem tombado em todas as instâncias de preservação do patrimônio histórico brasileiro, o chamado *Engenho São Jorge dos Erasmos* permaneceu por muitos anos abandonado: as estruturas arquitetônicas remanescentes quase desapareceram frente à expansão urbana em fins de 1980; e o sítio que as abrigam fora, em grande parte, arrasado. Vemos hoje as ruínas de uma história pouco conhecida do início da colonização do Brasil, imersas na paisagem urbana periférica de Santos.

Entre dezembro de 2001 e fevereiro de 2003, a trajetória dessa Oficina no sítio arqueológico quinhentista situado na zona noroeste da cidade de Santos, fez parte de uma ação educativa mais ampla, coordenada nesta mesma escola por minha orientadora, Elaine Farias Veloso Hirata, por sua vez, inserida no contexto do Projeto Arqueológico do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP para este sítio¹.

O estímulo do *olhar* através dos exercícios dirigidos à linguagem vídeográfica documental provocava os estudantes que participaram da Oficina de Vídeo a *reverem* o lugar e o sentido do discurso histórico escrito em papel: gravar imagens e sons naquele sítio arqueológico significava registrar as reflexões a partir das leituras daquela paisagem histórica, dos livros, das ruínas arqueológicas; significava compreender a transformação do entorno que se mostra como uma *paisagem periférica*, por nela se expor a exclusão, o abandono, a violência. O estudo das diversas referências, ao percorrer desde a conquista do território indígena até a situação atual do patrimônio histórico, motivou os estudantes a *redescobrirem* as ruínas e o sentido dos vestígios para si, enquanto moradores do lugar.

Esta dissertação de mestrado caminha por uma estrutura de prólogo e epílogo, com algumas considerações provocadas pelos estudos realizados durante a elaboração deste trabalho; e, entre ambos, três capítulos.

Procuro situar no primeiro, a instalação dos engenhos de açúcar na exploração e povoamento colonial do Brasil, contexto de origem do *Engenho São Jorge*, que fora comprado por Erasmus Schetz dos primeiros sócios da manufatura, entre eles, o donatário da Capitania de São Vicente, Martim Afonso de Souza. No segundo, algumas observações em torno da *Arqueologia dos Erasmos*, pelo olhar de um arquiteto. No terceiro, abordo a Oficina de Vídeo, objeto deste mestrado, ilustrando-a na própria seqüência da montagem do documentário *Engenho dos Erasmos: Imagens da Redescoberta*, resultado das possibilidades de usufruto educativo do vídeo através do diálogo com a arqueologia: trabalho experimental enquanto exercício de observação, de linguagem e expressão, a comunicar idéias, pensamentos; a trabalhar as referências históricas, *revisitando* o nosso próprio imaginário, buscando-se permear a memória das pessoas, a memória da paisagem e seus vestígios.

ANTECEDENTES

O curso da *narrativa textual* elaborada nas páginas a seguir se apóia nos *alicerces* de minha própria experiência de estudo, acumulada até hoje, desde os tempos de estudante de arquitetura e urbanismo, quando também pude aprender outra maneira de desenhar idéias. Através do usufruto do vídeo, construí minhas primeiras *narrativas audiovisuais*, abrindo os caminhos que me levaram à arqueologia.

Em 1995, ainda estudante na FAU USP, elaborei um projeto de iniciação científica (PIBIC USP-CNPq), cujo relato consistiu meu trabalho final da graduação, intitulado *O Habitat Caboclo no Vale do Ribeira: Cultura e Ambiente*. Apoiado pelo arquiteto Carlos Zibel Costa, dediquei-me a estudar, naquela iniciação, o povoamento da região ao sul do Estado de São Paulo, o seu percurso desde as evidências arqueológicas dos primeiros habitantes, a evolução dos incipientes arraiais às vilas do período colonial, chegando-se às suas atuais comunidades rurais, muitas delas ameaçadas por inundações previstas na construção de hidrelétricas no rio Ribeira...

Esta pesquisa me propiciou o primeiro contato com a arqueologia, através das leituras de alguns trabalhos arqueológicos desenvolvidos nessa região, como o estudo do arqueólogo Paulo A. D. De Blasis, do MAE USP², no Bairro da Serra em Iporanga.

Tal contato forneceu subsídios para uma interpretação mais ampla da longa presença humana naquelas terras, que seria muito singela e limitada se baseada apenas nas evidências arquitetônicas. De fato, a reflexão do tema da pesquisa revelou quão fecunda torna-se a sua abordagem em campo, quando apoiada por estas duas disciplinas: *arqueologia* e *arquitetura*. Iniciava-se aí, um caminho possível aos estudos de arquitetura popular – dita vernácula – que desejava aprofundar.

Outro importante momento de meu estudo e trabalho no Vale do Ribeira foi contribuir em 1997 com a produção do documentário *Taipa de Mão, Casa de Caboclo*³, dirigido por Luiz Bargmann, obra que representa minha *iniciação* como documentarista através de meu aprendizado junto a equipe do VídeoFAU - Laboratório de Vídeo da FAU USP: este vídeo foi o primeiro de nosso projeto comum a registrar as *arquiteturas* do povo brasileiro.

Taipa de Mão..., concluído em 1998, fora incluso nos programas das disciplinas de *História da Arquitetura*, *História da Técnica no Brasil* e *Tecnologia da Construção* da FAU USP: a experiência de seu usufruto em aula confirmaria a nossa expectativa sobre as possibilidades do registro vídeográfico documental para os estudos no âmbito dessas disciplinas.

A partir de então, novos rumos se anunciavam.

Em 2000, com o cineasta André Costa, participo da constituição de um *grupo de estudos audiovisuais* – o *Olhar Periférico* – compartilhando experiências e explorando a produção audiovisual como um novo espaço de trabalho experimental, incorporando os recursos vídeográficos em atividades educativas e projetos artísticos.

No ano seguinte, conheci minha orientadora, que na ocasião me convidou a elaborar um projeto de produção audiovisual no contexto da *ação educativa* desenvolvida na escola pública ao lado do sítio arqueológico do *Engenho dos Erasmos*, por ela coordenada: nascia a proposta de realizar uma *Oficina de Vídeo* com estudantes, processo que motivou esta dissertação de mestrado.

NOTAS

¹ *Projeto Engenho São Jorge dos Erasmos: Estudos de Arqueologia da Paisagem* (Processo FAPESP 00/03451-3).

² Entre 1994 e 1997, durante estágio em educação ambiental junto da equipe técnica do PETAR - Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, conheci o trabalho do arqueólogo Paulo A. D. De Blasis, que levantava, em Iporanga, os assentamentos humanos nessa área do médio Vale do Ribeira. A leitura de sua dissertação de doutorado *Bairro da Serra em três tempos: arqueologia, uso do espaço regional e continuidade cultural no médio vale do Ribeira* (1996) contribuiu sobremaneira para minha maior compreensão das relações construídas pelos diversos grupos humanos, ao longo do tempo, na constituição de seu *habitat*, no ambiente daquela região.

³ Em março de 1997, a convite do geógrafo e documentarista Luiz Bargmann – coordenador do VídeoFAU e parceiro nos estudos audiovisuais – elaborei projeto de produção audiovisual para realizar um vídeodocumentário baseado em meu estudo *O Habitat Caboclo no Vale do Ribeira: Cultura e Ambiente* (PIBIC USP – CNPq).

PRÓLOGO DE UM NOVO ESPAÇO

Passados quatro séculos, remanescem os vestígios arquitetônicos de um importante exemplar entre os engenhos de açúcar instalados no Brasil, hoje compreendidos na cidade de Santos: as ruínas quinhentistas do chamado Engenho São Jorge dos Erasmos – contemporâneas do início da colonização portuguesa das terras indígenas do litoral brasileiro – remetem a uma das primeiras *linhas de produção* instaladas no *Novo Mundo*.

Estão presentes na história deste monumento elos representativos de um período que anunciou o *Mundo Moderno*, período de profundas transformações, envolvendo velhos e novos saberes, distintas terras e seus diversos povos. A evolução das técnicas da *navegação astronômica*, a *divisão do trabalho* nas *manufaturas*, o *ressurgimento da escravidão*, o confronto entre sociedades pelo *alcance mundial do comércio europeu* são alguns dos fatores essenciais do processo histórico que redesenhou o Mundo.

A partir das chamadas *Grandes Navegações*, aprofundaram-se, no século XVI, mudanças em elaboração desde antes, quando a atividade mercantil se desenvolve na Baixa Idade Média: a dinâmica promovida pela expansão do comércio influía nas concepções de *Tempo* e *Espaço*, duas dimensões essenciais, transformadas por uma nova economia de trânsito por territórios ainda desconhecidos dos europeus¹.

A instalação dos engenhos de açúcar no Brasil provém desse grande movimento inaugurado pela expansão ultramarina dos portugueses, conectando essas terras ao circuito colonial explorado por mercadores, sob licença de reis e a chancela papal: o *Novo Mundo descoberto* foi dividido entre os impérios ibéricos, novos espaços de exploração de riquezas, novos espaços de expansão da fé cristã.

A posseção de territórios indígenas ancestrais pela ação colonizadora destes impérios dizimou povos inteiros na implantação das colônias.

No Brasil, os engenhos apareceram com os primeiros núcleos urbanos de povoamento regular, instituindo o modo de produção que fundou as bases de nossa formação social e econômica, cuja síntese encontramos representada pela Casa Grande, espaço do senhorio e a Senzala, espaço da mão-de-obra escravizada.

A compreensão das origens que configuraram estes espaços – por determinações externas – ajudam a explicar o poder que a propriedade da terra exerce no Brasil, ainda hoje. As lutas atuais pela reforma agrária e urbana mobilizam contingentes, expõem a situação de domínio dos latifundiários em uma economia condicionada pelo mercado externo, a expandir a devassa sobre *novas frentes de colonização*, que avançam sobre o Cerrado, sobre a Floresta Amazônica.

O tema é, portanto, atualíssimo.

No contexto histórico maior, vemos que o cultivo da cana permanece com importância na economia do Brasil; e hoje, renovam-se as perspectivas econômicas pela exportação do *etanol*, a ser produzido em larga escala para novos mercados externos: o capital, sob pressão da mudança climática, revigora o nicho de exploração que a crise energética alimenta na atualidade, a expandir canaviais pelo território brasileiro.

A velocidade desse processo impressiona e reflete a dinâmica das especulações e inversões no âmbito do mercado mundial: o desenvolvimento das tecnologias da informação, ao criar as redes interativas que configuram o *ambiente virtual* – o chamado *ciberespaço* – permitiu a interação entre mercados que então passaram a *colonizar* este *novo espaço*².

Um fator fundamental para se compreender a instalação dos engenhos nas colônias, isto é, os engenhos como parte de um processo produtivo maior, refere-se a outra dimensão da divisão do trabalho.

Segundo Ruy Gama:

A manufatura do açúcar, se a consideramos em sua forma tecnicamente possível (embora pouco freqüente), estender-se-ia da moagem da cana à obtenção do açúcar refinado como produto final. Ela, todavia, se rompe historicamente em duas frações de manufatura. A primeira é a de fabricação; principia com a moagem e vai até o melado – nos casos mais grosseiros de ruptura – ou então vai até a produção de açúcares brutos com porcentagem variável de açúcares brancos, de melhor qualidade (...). A segunda fração da manufatura é a do refino que, principiando do melado ou dos açúcares brutos, chega aos de melhor qualidade. Estabelecida a ruptura, a primeira fração passa a ser fornecedora de matéria-prima para a segunda. A manufatura do açúcar deixa de ter a forma típica, tecnicamente possível de manufatura orgânica, linear ou concentrada e passa a ter a forma de duas manufaturas lineares justapostas. (Gama 1983 : 58)

Considerada essa ruptura...

...a manufatura do fabrico de açúcar passa a ser uma espécie de manufatura dispersa e afluenta das refinarias. Essa ruptura que se faz inicialmente em termos de cidade e campo – com a fabricação no campo e a refinação na cidade – e se transporta para o quadro colonial em termos de colônia (extensão do campo) e metrópole (reafirmação da cidade) e, portanto, como divisão internacional do trabalho. (Gama 1983 : 58)

Por fim, vejamos um fator de profundo alcance em nossa história:

Em termos internacionais, o colonialismo acentua a centralização do pensar na metrópole e dissemina o fazer nas colônias. Qualquer reflexão sobre a prática que não conduzisse a resultados compatíveis com o sistema colonial era inconveniente. A reunião da teoria à prática era uma necessidade para o capitalismo em expansão nas metrópoles mas era perigosa se estabelecida nas colônias. (Gama 1983 : 39)

Muitas leituras são provocadas a partir do estudo dos remanescentes desse velho *Engenho*, quando se busca reconhecer ali, nas ruínas arquitetônicas inscritas na paisagem, nas palavras dos manuscritos, na memória das pessoas, os caminhos para se compreender os primeiros fios que teceram a história da colonização empreendida nas terras brasileiras; mas, sobretudo, perceber as origens de muitos problemas vivenciados hoje no Brasil, sejam sociais, econômicos, sejam culturais.

O ponto de partida histórico de nossa abordagem é, portanto, a expansão mercantil promovida por Portugal, com ênfase no primeiro século de exploração colonial do chamado *Novo Mundo*, para podermos situar a instalação de engenhos de açúcar no Brasil – atividade econômica que sustentaria, como veremos, os propósitos da colonização portuguesa empreendida na América – resultado dessa expansão, cuja amplitude comercial passaria a ser, pela primeira vez na história, mundial.

O recorte cronológico compreende desde a conexão do litoral atlântico brasileiro às vias comerciais ultramarinas abertas pelos portugueses, até meados do século XVII, quando então a dinâmica urbana se ampliou no Brasil e a crise na produção do açúcar se instalou a partir do controle holandês dos centros produtores do nordeste brasileiro. Tal recorte permite abranger o curto período de produtividade³ nos engenhos da Capitania de São Vicente, foco da abordagem, no qual se inscreve o *Engenho dos Erasmos*.

As ruínas quinhentistas estão compreendidas no grande movimento⁴ que originará o *capitalismo*: elas figuram hoje como monumento representativo de uma vasta empresa colonial de exploração, que fundou as bases da formação social e econômica sobre territórios indígenas ancestrais, o Brasil.

Quatrocentos e tantos anos depois, o confronto da paisagem atual com a história do lugar reaviva o espaço de debate em torno dos remanescentes desse velho *Engenho*, patrimônio arqueológico e monumento histórico, hoje parte da paisagem urbana periférica da Cidade de Santos: o olhar mais amplo sobre essas ruínas faz delas um importante vestígio, testemunho de situação exemplar ao estudo dos *novos* espaços de exploração, a partir do *Mundo Moderno*.

NOTAS

¹ A partir das reflexões de Jacques le Goff, vejamos a observação sobre um fator fundamental na relação entre tempo, espaço e trabalho no desenvolvimento do comércio, segundo David Harvey:

...o alargamento da esfera monetária da circulação e a organização das redes comerciais no espaço no início do período medieval forçaram o mercador a construir 'uma medida de tempo mais adequada e previsível para a conduta organizada dos negócios'. Mas, observe-se a implicação do espaço nesse argumento. O mercador medieval só descobriu o conceito fundamental do 'preço do tempo' no curso da exploração do espaço. Como o comércio e a troca envolvem movimento espacial, foi o tempo tomado por esse movimento espacial que ensinou o mercador a vincular os preços, e, portanto, a própria forma-dinheiro, ao tempo de trabalho. (Harvey 2002 : 208)

² Nas palavras de Laymert Garcia dos Santos...

...se pensarmos que mundo atual e mundo virtual são como dois tempos diferentes que se tornam contemporâneos, encontraremos um novo prisma a partir do qual procurar entender o advento da realidade virtual: entre o presente e o futuro. Nesse intervalo, a partir dele, talvez seja possível captar o sentido da transformação. Tudo se passa como se, graças ao fantástico desenvolvimento da tecnologia, nosso velho mundo atual estivesse sendo progressivamente abandonado em troca do mundo da realidade virtual. A crônica das aplicações da eletrônica, da informática e das telecomunicações é um registro dessa espécie de transferência que setores inteiros da produção e da vida social estão empreendendo rumo ao ciberespaço. Cada vez mais empresas e indivíduos lidam com dados, informações e imagens que circulam pela rede e fazem disso a sua atividade principal. Mas, excluindo-se os militares, nenhum setor da sociedade instalou-se tão intensamente no ciberespaço quanto o setor financeiro. A própria unificação dos mercados num mercado global não poderia ter ocorrido sem o desenvolvimento das tecnologias da informação. (Santos 2003 : 114-115)

³ A produção do açúcar nas terras paulistas foi ainda retomada, no século XVIII, e desta vez, serra acima, na região ituana: a casa-grande, muito bem conservada, e os remanescentes do engenho da chamada *Chácara do Rosário*, em Itu, ainda propriedade da mesma família *Pacheco*, formam o mais importante conjunto do que restou desse período em São Paulo.

⁴ Segundo Caio Prado Jr.:

Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era a que se convencionou com razão chamar de 'descobrimentos', articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora. (Prado 1984 : 14)

I

SITUANDO UM VELHO ENGENHO NA HISTÓRIA

OS ENGENHOS NO INÍCIO DO POVOAMENTO COLONIAL DO BRASIL

A expansão portuguesa rumo ao *Levante* – seguida depois pelo processo de conquista do vasto território indígena do Brasil – representara o controle de pontos estratégicos na grande orla marítima inaugurada pelas navegações dos portugueses, que expandiram um império de novo tipo (Prado 1984 ; Katinky 1998; Reis 2000), incorporando novas áreas de exploração mercantil pelo controle de *praças*¹ estratégicas, militarmente defendidas, porém, territórios não-contíguos, posto que articulados por vias comerciais marítimas, as quais atingiram o litoral brasileiro na virada para o século XVI², interligando-o na extensa *rede* constituída por alfândegas e feitorias fortificadas, a prover o fluxo de mão-de-obra escrava, metais e gêneros tropicais altamente valorizados nos mercados urbanos da Europa.

O império ultramarino português dos *reis empresários* (Coelho 2001 : 97) – referenciado na cristandade³ e, sobretudo, no comércio – fundou-se, portanto, sobre bases urbanas sem continuidade territorial entre si, dominadas a partir do mar. Originário de um único feudo, pequeno território definido pela fronteira hispânica e pela orla peninsular, Portugal expandiu seus domínios voltando-se para os mares. Sem contingente para poder formar um grande exército a avançar fronteiras, *grosso modo*, a expansão via terrestre estaria interdita, assim como interdito estava o Mar Mediterrâneo pelos muçulmanos. O movimento expansionista português, representado pelas chamadas *Grandes Navegações*, demandou o aprimoramento de um conjunto de técnicas – muitas delas vindas dos árabes – entre as quais a navegação astronômica, a construção naval, a artilharia e o próprio *trato* comercial foram determinantes na exploração mercantil em curso, estimulada pelo desenvolvimento dos mercados urbanos na Europa.

Tal movimento evoluiu com a própria experiência da expansão *mercantil-ultramarina* que os reis portugueses promoveram, desde as iniciativas de D. Henrique, cingindo oceanos rumo ao *Sul* e ao *Oriente*: do Atlântico ao Índico, cidades foram conquistadas e outras novas construídas.

Entretanto, a conexão do Brasil nessa *rede mercantil* não resultou prontamente em seu povoamento através da colonização, posto que o principal interesse português, no começo do século XVI, ainda era a manutenção e controle das *praças-fortes* conquistadas no *Levante*. Por isso, a exploração inicial praticada consistiu-se em extrair da floresta certas essências de interesse comercial na Europa, armazenadas em pequenas feitorias, porém distintas das existentes nas cidades da Índia, estas sim, desde a antiguidade, verdadeiras *praças comerciais*: o comércio não fazia parte da vida das populações indígenas e as primeiras feitorias funcionavam como simples *armazéns* fortificados no litoral⁴, com alguns poucos encarregados do escambo com certos povos nativos. Nessas condições, não se justificava qualquer custo relativo ao povoamento das áreas de exploração por colonos. Assim, o incipiente quadro das *relações euroindígenas* se desenvolveu em torno do extrativismo praticado com os nativos diretamente em contato.

A política colonizadora de Portugal para o Brasil só mudou, sobretudo, devido à disputa direta de franceses nas regiões litorâneas de exploração dos recursos da mata, que adotavam o mesmo esquema dos portugueses, armazenando essências tropicais para o embarque à Europa. De fato, a partir de 1532, quando aqui se encontrava a armada de Martim Afonso de Sousa, iniciava-se na prática uma nova postura frente à possessão portuguesa, segundo o *Tratado* de 1494: ao dividir o território em imensos lotes – as chamadas *capitanias hereditárias* – D. João III promoveu a primeira tentativa de colonização efetiva do Brasil, ao conceder *direitos reais* para os que se dispusessem a inverter capitais privados na *empresa colonizadora*⁵. A matriz configurada pelo povoamento colonial nas capitanias se expressou no senhorio do território⁶, porém, com claros objetivos mercantis, consolidando-se a conquista e posse efetiva das terras indígenas por uma ocupação ordenada, em torno de bases urbanas, cujo impulso e suporte vieram de iniciativas comerciais de vulto: pela nova política, a Coroa transferiu praticamente todo o ônus de implantação da colônia aos donatários e seus colonos, que inverteram capitais próprios dirigidos à agricultura extensiva da cana, visando produzir açúcar nos engenhos e exportá-lo à Europa. (Prado 1984 ; Reis 2000a)

O desenvolvimento das técnicas de produção do açúcar se deu na exploração canavieira dos engenhos instalados nas ilhas oceânicas portuguesas – principalmente no arquipélago da Madeira – e Portugal, no início do século XVI, tornou-se o maior produtor, suplantando outras regiões produtoras mais antigas no *Ocidente*, como foi a Sicília⁷, por exemplo.

As perspectivas em torno do crescente comércio do açúcar na Europa estimularam os investimentos privados na instalação de engenhos no Brasil, iniciativa que compunha a estratégia colonizadora de Portugal, a qual dava chance aos *súditos-mercadores* com pouca possibilidade de progresso na Índia, uma vez que os custos da colonização aqui eram relativamente menores. Armadores portugueses se associaram a outros, configurando-se inversões conjuntas a partir de *trato* comercial firmado, por exemplo, com genoveses e flamengos⁸, sendo estes atuantes tanto na produção quanto na distribuição dos produtos dos engenhos insulares, vendendo-os nas praças do norte da Europa, como em Bruges e, pouco depois, na movimentada praça de Antuérpia.

A estratégia de colonização via *capitanias* instituiu tanto as estruturas de poder – e suas funções político-administrativas, fazendárias e judiciárias – quanto o modo de produção e sua *força motriz* fundada na mão-de-obra escravizada.

Ao exigir populações permanentes de colonos e escravos, diretamente envolvidas na exploração agrária voltada a suprir uma demanda crescente dos mercados urbanos europeus, a instalação de engenhos no Brasil influenciou, portanto, na própria dinâmica do povoamento. As primeiras levas de colonos passaram a viver no termo e jurisdição de bases urbanas fundadas segundo as ordenações régias contidas nas *cartas de doação* e nos *forais* das capitanias.

Como observou Ruy Gama, em sua obra fundamental *Engenho e Tecnologia*, não havia como prescindir da instalação de engenhos no Brasil, com seu conjunto de áreas operacionais edificadas e todo o equipamento necessário, o qual não se resume a *roda d'água* (motor de origem romana) e a moenda. Não era possível reduzir os custos da exploração colonial apenas pelo cultivo da cana para depois exportá-la, utilizando-se, por exemplo, a infra-estrutura de engenhos já instalados nas referidas ilhas portuguesas: após o corte, a cana precisa *entrar* o mais breve possível na *linha de produção* do engenho, que produzirá distintas qualidades de açúcar, porém *não-refinados*.

Instauradas as representações do poder municipal português (outra herança romana) os problemas de defesa, posse e exploração das terras indígenas foram regradados em termos dos interesses mais urgentes dos donatários e seus colonos, entre esses, a definição das glebas e o trato da mão-de-obra para o trabalho nos canaviais e engenhos, o qual culminou, primeiro, na escravidão indígena, introduzindo-se escravos africanos pouco depois.

A manufatura do açúcar foi uma das primeiras *linhas de produção* a se estruturar como tal, suplantando o esquema de trabalho regido nos termos das corporações de ofício medievais. O produto *açúcar* passa a ser fruto do *trabalhador coletivo* (Gama 1983), resultado da divisão do trabalho exercida nos engenhos. A produção em larga escala, voltada à crescente demanda dos mercados, provocou uma organização precisa do trabalho em atividades seqüenciais, sucessivas no tempo e no espaço. Por isso, a manufatura sob a forma de *linha de produção* pôde obter maior quantidade de mercadoria no mesmo lapso de tempo: a divisão do trabalho e a simultaneidade de atividades nas distintas etapas produtivas propiciavam, portanto, o fluxo contínuo dessa produção.

Para operá-la, exigiu-se contingentes de escravos, sob as ordens de trabalhadores livres. Como se sabe, o impacto sobre a vida indígena provocado pelo modo de produção em curso e, pouco tempo depois, o confronto de interesses dos colonos produtores com a política jesuítica de catequese e assimilação, foi devastador para os povos nativos. O funcionamento das manufaturas recém instaladas no litoral exigia muitos trabalhadores, e as primeiras tentativas para atrair a colaboração indígena, através de alianças e da própria miscigenação, revelaram-se insuficientes para suprir a demanda de trabalho nos engenhos.

Os grupos indígenas aliciados ainda tinham que abastecer de gêneros a população de colonos, a qual aumentava com as novas levas que chegavam, após a fundação das vilas e a conseqüente evolução da conquista. Em breve, a escravidão indígena se revelou como resposta às demandas impostas pela exploração em marcha. E a maneira por onde ela aconteceu compreendia a influência de colonos e jesuítas no papel da rivalidade nas relações entre aldeias: o engajamento ambivalente de ambos nos conflitos entre as distintas etnias visava *cativá-las* e *reduzí-las*, submetendo-as aos objetivos da colonização empreendida. A dinâmica das alianças esporádicas e do aliciamento desses grupos acabou por subverter o sentido tradicional das guerras indígenas⁹.

A política colonial – que, de modo geral, procurava conciliar interesses conflitantes, sob o ponto de vista da *produção* e da *conversão* – nunca evitou, na prática, o controle coercivo em vista da possibilidade de se contornar as leis pela interpretação das chamadas *guerras justas*, velho expediente usado desde a reconquista da península ibérica. Como resposta para agressões sofridas, porém, visando à escravidão do gentio, então proibida, tais guerras seriam justificadas com frequência pelos colonos¹⁰.

O rápido declínio da população indígena no primeiro século da colonização – para o qual as doenças contagiosas trazidas pelo colonizador¹¹ tiveram graves consequências – foi nítido: vários registros se encontram nos relatos quinhentistas daqueles que presenciaram a desintegração de diversas etnias estabelecidas nas regiões litorâneas e sertões próximos. Nas palavras de John Manoel Monteiro:

No curto espaço de duas gerações, os principais habitantes da região de São Paulo tinham vivido a destruição de suas aldeias e a desintegração de suas sociedades. E os poucos que haviam conseguido sobreviver a estas calamidades achavam-se completamente subordinados aos colonos ou aos jesuítas. (Monteiro 1995 : 55)

Como constata o autor, por não conseguir incorporar as sociedades indígenas na colônia sem antes destruí-las¹², o velho dispositivo da escravatura ressurgiu como prática, ao solucionar a crescente demanda por mão-de-obra, atendendo desta maneira os objetivos mercantis em jogo. No século XVII, intensificaram-se as *entradas* aos sertões nas chamadas *bandeiras*: armadas entre os colonos, sobretudo a partir da Vila de São Paulo de Piratininga, tais entradas ampliaram pelo uso da violência o seu raio de ação, atingindo ao sul, as missões jesuíticas do Guairá; avançavam depois pelo interior do continente¹³ sul americano. Na Capitania de São Vicente, a presença de escravos negros já nos primeiros anos de funcionamento dos engenhos no litoral aponta uma tendência em curso: ainda que restrita aos maiores – como veremos adiante, entre eles, o *Engenho dos Erasmos* teria sido o maior – a mão-de-obra africana foi preferida, tanto pela perspectiva comercial que a escravatura africana propiciava, quanto pelo desvio das implicações morais e legais que a escravidão dos povos nativos levantava¹⁴.

A distribuição das sesmarias implicou o processo de espoliação das terras indígenas (Monteiro 1995) e foi um fator fundamental na colonização que se desenhava, igualando os colonos quanto a posse do latifúndio: nesse sentido, praticamente todos os colonos eram proprietários de terras. Entretanto, havia uma clara distinção de poder econômico entre eles: a posse dos meios de exploração, sobretudo o engenho em si e a mão-de-obra escrava. Havia poucos que poderiam levantar engenhos próprios, cujo porte das instalações exigia recursos elevados. Em outras palavras, a posse desses meios significava exercer grande poder na sociedade colonial que se engendrava no território. Na obra *Cultura e Opulência no Brasil...*, o jesuíta toscano Antonil dissera que *ser senhor de engenho...*

...é título a que muitos aspiram, porque traz consigo, o ser servido, obedecido, e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal, e governo; bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionadamente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino. (Antonil 1982)

Dirigida pelos donatários, a constituição do poder municipal – na criação (ou elevação de povoados anteriores) à condição de vila e cidade – configurava-se enquanto suporte oficial da ação colonizadora. Na prática representava o poder local dos grandes proprietários rurais, que atuavam em todas as instâncias de decisão na recente colônia: sob sua chancela, controlavam inclusive a justiça, cujo exercício respeitava as demandas dos potentados. Se a independência política e administrativa das câmaras municipais foi, por um lado, fruto da outorga de poderes do rei aos donatários das *capitanias*, ela, sobremaneira, resultou das demandas impostas diante da evolução do processo colonizador no Brasil, como vimos, principalmente quanto ao contexto das relações euroindígenas. As câmaras municipais refletiram, por isso, a relativa autonomia dos colonos nesse primeiro século de vida colonial. A situação mudou um pouco a partir da chegada de Tomé de Sousa, em 1549, *primeiro governador geral* do Brasil, que implantou a *primeira cidade* brasileira: Salvador, na *Bahia de Todos os Santos*. Vieram também com ele os primeiros jesuítas dirigidos por Manoel da Nóbrega, que prontamente iniciaram as atividades da *Companhia* em São Vicente: a um só tempo, instaurava-se, de um lado, a nova política pelo envio de prepostos nomeados pelo rei, com poderes para dirigir e dar suporte à ação colonizadora, visando corrigir excessos de dispersão e autonomia do início do povoamento da colônia; por outro, destinava-se à recém criada ordem inaciana o modo de incluir os índios na sociedade colonial em formação¹⁵.

Cem anos depois, e de maneira mais incisiva, a coroa ordenou uma maior centralização político-administrativa e econômica, como a criação da primeira grande empresa colonial, em 1649: a *Companhia Geral de Comércio do Brasil*, cujo estatuto lhe garantiu o monopólio sobre os produtos importados e exportados. Tal processo centralizador forçou as câmaras a funcionarem como simples instrumentos do governo geral: procurou-se desta maneira coibir a influência do poder local exercido, sobretudo no século XVI, quando elas mantiveram, a seu modo, papel de relevo na condução da conquista. Através das câmaras, os senhores de engenho e seus aliados condicionavam as decisões, levando-as a legitimar a exploração dos colonos.

Pela *alcaidaria* operavam os capitães das vilas, os quais, subordinados ao capitão-mor, ou seu procurador, exerceram o *mando* em seu nome. A estrutura instaurada funcionou, portanto, como instrumento de poder dos senhorios, sob o controle de donatários e senhores de engenho, todos grandes proprietários rurais. Nascia assim uma sociedade mestiça, subjugada pelos potentados que se formavam, os quais conduziram, até meados do século XVII, a ação colonizadora em proveito da exploração mercantil, a qual assolava a população nativa diretamente envolvida, e, progressivamente, outros povos dos sertões próximos: ao liberar os territórios indígenas ancestrais para o cultivo extensivo da cana, seja pelas *guerras justas*, seja pelas *reduções*, consolidava-se a conquista territorial – e humana – na região das primeiras vilas quinhentistas implantadas na Capitania de São Vicente.

Através da estratégia colonizadora voltada à produção do açúcar – matéria-prima para se exportar aos mercados urbanos europeus – fundava-se no Brasil as bases econômicas sobre as quais a história do chamado *Engenho dos Erasmos* se inscreve. Na visão mais ampla do circuito então criado pelo impulso expansionista de Portugal, todos os testemunhos que remanesceram desses dias, seja na Baixada Santista como em todo o litoral do Brasil, pertencem ao período que compreende o apogeu do poderio português, em sua escala mundial.

O estudo das referências históricas em torno desse monumento nacional, no âmbito da Oficina de Vídeo realizada no *Engenho*, contribuiu para juntos debatermos temas da atualidade, no contraste entre realidades urbanas de períodos históricos distantes. Entretanto, o exercício de *olhar* essa trajetória revelou as origens de um poder gravado na sociedade brasileira, e que ainda influi em nosso meio.

O ENGENHO FLAMENGO NA ILHA DE SÃO VICENTE

Pouco tempo depois da fundação da Vila de São Vicente – primeira povoação colonial regular do Brasil – fundava-se em 1545, na mesma Ilha, a segunda vila: Santos. Essa região litorânea foi prontamente percebida como estratégica¹⁶ e os investimentos na manufatura do açúcar em breve consolidaram sua ocupação. O próprio donatário Martim Afonso de Sousa levantou em sociedade um engenho: o chamado *Engenho do Governador*, poucos anos depois comprado pelo mercador Erasmus Schetz.

Mas antes de abordar a história dos vestígios desse velho *Engenho* quinhentista, vejamos algumas considerações que possibilitam compreender o cenário preliminar de implantação das vilas e instalação dos primeiros engenhos de açúcar na região.

Um conjunto de fatores determinou assim a escolha da Ilha de São Vicente.

Imagem: LASERE USP

O capitão-mor procedeu por uma estratégia militar de conquista, vinda da antiguidade, primeiro, estabelecendo a posse insular, a qual antecedeu a posse de um território maior. A conformação geográfica do lagamar santista era propícia à defesa dos canais navegáveis do estuário. Dois canais de ingresso ao lagamar foram os mais preocupantes quanto às investidas dos *contrários* e piratas: um deles cinge o litoral desde a Bertioga, revelando as margens da Ilha de Santo Amaro, até se abrir defronte ao Porto de Santos, bipartindo-se: à direita, pelo lagamar, até chegar a Vila de São Vicente; à esquerda, aproximando-se da Baía de São Vicente contornando pelo canal formado entre a chamada *Ponta da Praia* de Santos e a *Fortaleza da Barra Grande*, implantada na ponta sudoeste da Ilha de Santo Amaro,

conformando-se o outro canal, a melhor entrada para o Porto de Santos para quem chega do mar aberto.

Era imprescindível – no contexto militar, mas também simbólico da conquista – a implantação de estruturas fortificadas para o controle dessas principais vias de ingresso ao lagamar. A estratégia consistia no fogo cruzado disparado pelo armamento das fortalezas: dois pontos, cada qual em margem oposta, projetavam seus ataques.

Na região, das quatro estruturas defensivas construídas no primeiro século da colônia, restaram três¹⁷, como as ruínas defronte a chamada *Fortaleza da Bertioga*¹⁸, compreendendo-se os remanescentes da *Fortaleza de São Felipe*, onde o aventureiro alemão Hans Staden serviu: um importante sítio arqueológico, hoje completamente abandonado, tal como descrevera Euclides da Cunha, em 1904¹⁹.

Em tempo, vejam como Staden resume a sua segunda viagem ao Brasil, e o breve contato que teve com os Schetz, fato muito pouco conhecido. Em suas palavras...

...de Sevilha, na Espanha, para o rio da Prata, província situada na América. O comandante do navio era don Diogo de Sanabria. Era eu aí o único alemão. Depois de longos esforços, cuidados e perigos, em água e em terra, que nesta viagem, como se narrou, duraram dois anos, naufragamos afinal em São Vicente, ilha bem próxima do continente do Brasil, que era habitada por portugueses. Aí encontrei um compatriota, um filho do falecido Eobanus Hessus, que me acolheu bem. Além disso, tinham aí os comerciantes de Antuérpia, que se chamam Schetz, um representante ou feitor por nome Pedro Roesel. Estes dois podem servir de testemunhos de como lá estive e fui aprisionado pelos índios cruéis. (Staden 1974)

De volta, em Londres...

...aí tiveram conhecimento os correspondentes da Bolsa holandesa, pelo capitão do navio com o qual aí cheguei, do que se passara comigo. Convidaram-se como hóspedes e honraram-me com dinheiro para a viagem (...). Em Antuérpia fui à casa von Oka [Casa de Aachen ou Huis van Aken] ter com um negociante por nome Gaspar Schetz, o qual, como se mencionou, tinha o feitor Pedro Roesel, em São Vicente. Trouxe-lhe a notícia de como os franceses haviam atacado o navio do seu feitor, no Rio de Janeiro, e como foram rechassados. Este negociante me presenteou com dois ducados imperiais para a viagem. Deus queira recompensá-lo. (Staden 1974)

O imaginário europeu se formava na difusão das aventuras dos viajantes do *Novo Mundo*, consistindo-se as representações que inauguravam o *olhar distante* sobre os *descobrimientos*. Tanto o lugar da *casa forte* de Hans Staden quanto os demais remanescentes de fortificações quinhentistas consistem testemunhos de grande interesse documental: a importância desses fortes – incluindo, claro, a *Fortaleza da Barra Grande*, a maior estrutura fortificada construída na região – diz respeito a implantação na paisagem de uma estratégia militar de conquista, trazida pelos portugueses em sua experiência ultramarina, arraigada em antigas estratégias.

Imagem: Silvio Cordeiro

Ruínas do
Forte São Felipe.Fortaleza da
Barra Grande.

Imagem: Silvio Cordeiro

Outro fator está relacionado aos portos naturais encontrados, principalmente o porto da área onde se implantou a Vila de Santos. A Ilha de São Vicente era procurada pelas embarcações também por ser lugar de apoio para aqueles que rumavam ao sul, nos limites do *Tratado*²⁰, região sempre cobiçada pelo corso e, sobretudo, pelos próprios portugueses²¹.

De grande importância foram as vias de penetração que existiam, caminhos indígenas ancestrais, como o chamado *Peabiru*²².

A partir dos canais do lagamar, embarcações de menor calado, como as canoas, atracavam no continente em pequenos portos da restinga. A principal entrada era conhecida como *Esteiro do Ramalho*, principal acesso ao planalto²³. No caminho, venciam-se a difícil subida da Serra do Mar, cuja trilha se comunicava no altiplano com as vias que demandavam os sertões e, claro, as suas riquezas: a partir de São Paulo, podia-se chegar, por trilhas e rios que fluem para o interior, até Potosí²⁴. Os dois primeiros núcleos quinhentistas de povoamento implantados no *campo* foram núcleos avançados da conquista territorial e humana dos sertões

próximos, serra acima. Após a consolidação das vilas litorâneas na Ilha de São Vicente, os novos núcleos se estabeleceram quase ao mesmo tempo e sobretudo a Vila de São Paulo teve maior importância, seja no papel das chamadas bandeiras, seja por seu papel na economia subsidiária que então se formou no altiplano paulista, fornecedora de alimentos para outras capitanias.

Vejamos o excerto da obra de Monteiro, enquanto interessante resumo, em suas palavras:

Acontecimentos quase simultâneos, a criação da vila de Santo André da Borda do Campo e a fundação do Colégio de São Paulo representavam o embrião do conflito entre colonos e jesuítas em torno dos índios. De um lado, com a participação ativa de João Ramalho, um grupo de colonos com seus seguidores tupiniquim estabeleceram a vila de Santo André, oficialmente sancionada pelo donatário em 1553, quando foi concedido um foral e instalado um conselho municipal para tratar de assuntos administrativos. Assim, Santo André foi a terceira vila da capitania, seguindo São Vicente e Santos. O local da nova vila, situada no topo da serra próxima à principal trilha utilizada pelos Tupiniquim nas suas excursões para o litoral, permitia acesso ao vasto interior ao sul e oeste da capitania, conforme sugere o título Borda do Campo. Realmente, os portugueses logo exploraram esta orientação, como ilustra a viagem de um certo Francisco Vidal, que, já em 1553, foi para o Paraguai, regressando em poucos meses com vinte escravos guarani. Embora o comércio clandestino fosse pouco aceitável para a Coroa, os documentos da Câmara Municipal de Santo André confirmam este contato com espanhóis do Paraguai. Ao mesmo tempo, os jesuítas de São Vicente preparavam-se para subir a serra, pois padre Nóbrega projetava a consolidação de três aldeias indígenas no local da aldeia de Tibiriçá, entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú, hoje centro de São Paulo. (Monteiro 1995 : 37-38)

A presença anterior de naufragos e degredados europeus, no trecho meridional da orla brasileira, deve também ser compreendida nesse conjunto de fatores. Naufrago das primeiras expedições ao Atlântico Sul, João Ramalho²⁸ assumiu um papel capital na conquista: vivendo serra acima entre os *Tupiniquim*, desde o início do século XVI, sua presença na Capitania foi decisiva à aliança entre o *principal* Tibiriçá e Martim, possibilitando a fundação da Vila de São Vicente e a instalação dos primeiros engenhos de açúcar, pois, por fim, encontrava-se nas terras insulares um fator fundamental à exploração visada: terras adequadas para o cultivo de canaviais e águas em relevo propício à operação hidráulica da moenda nos maiores engenhos.

Assim, a situação geográfica, as vias de penetração e as perspectivas em relação às aldeias locais conformam um conjunto de fatores determinantes na ocupação das terras indígenas em curso.

O capitão-mor Martim e seu irmão, Pero Lopes de Sousa, foram os primeiros portugueses a receberem *capitanias*, em 1532²⁶, ano em que o donatário fundou a Vila de São Vicente, *a primeira que se povoou no Brasil*, como escreveu Frei Gaspar da Madre de Deus em suas *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*²⁷.

Publicada em 1797, a obra do historiador beneditino traz em sua narrativa a primeira elaboração da história dos primeiros engenhos instalados na Capitania²⁸, entre eles, o *Engenho dos Erasmos*. Sabe-se então que os irmãos donatários constituíram, juntos a outros membros de sua armada, uma sociedade mercantil para a construção de dois engenhos, como esclareceu o monge beneditino:

Consta, por duas escrituras lavradas em Lisboa e registradas no Cartório da Fazenda Real de S. Paulo, que Martim Afonso de Sousa e Pedro Lopes de Sousa celebraram contrato de sociedade com João Veniste [Jan Van Hielst], Francisco Lôbo e o piloto-mór Vicente Gonçalves [ambos também da armada capitaneada por Martim], para o efeito de se levantarem dous engenhos nas Capitanias destes Donatários, obrigando-se eles a darem as terras para isso necessárias nas Capitanias respectivas²⁹ (...) Consta, mais expressamente, que Martim Afonso satisfêz à condição, assinando as terras no engenho de S. Jorge, situado na Ilha de S. Vicente (...). (Madre de Deus 1953 : 84-85)

A propriedade foi conhecida por vários nomes...

...por terem sido também diversos os seus donos, em tempos diferentes: no princípio, chamaram-lhe Engenho do Senhor Governador, por ser do Donatário, ao depois Engenho dos Armadores e ultimamente, S. Jorge dos Erasmos, segundo tenho visto nos livros das Vereações de S. Vicente. (Madre de Deus 1953 : 84)

E prossegue o texto...

...Martim Afonso, Francisco Lobo, e o Piloto-mor [Vicente Gonçalves] venderam suas partes ao alemão Erasmo Scheter [Schetz] (...) ultimamente, os filhos deste dono compraram também o quinhão de João Veniste [Jan van Hielst], e por isso se ficou chamando o engenho S. Jorge dos Erasmos. (Madre de Deus 1953 : 84-86)

Foi em torno de 1540 que o *Engenho*, então propriedade dos *Armadores do Trato*³⁰, foi comprado pelo mercador flamengo.

O curto período de produtividade do *Engenho São Jorge* – que compreendeu desde a sua instalação como *Engenho do Governador*, nos anos de 1530, até fins do século XVI – abrangeu três gerações da família Schetz: Erasmus, seus filhos e netos. Foi a terceira geração que enfrentou, por fim, a perda dos bens da família no Brasil e a falência da empresa fundada pelo avô.

Erasmus Schetz

Natural de Maastricht, Erasmus Schetz nasceu na década de 1480, filho de Conrad Schetz, de origem alemã, diretor da *Casa da Moeda* em Lier (Stols 2000: 30). Estabeleceu-se anos depois em Antuérpia³¹, cidade que se tornara uma importante *praça* comercial do norte da Europa no século XVI. Lá fundou com os filhos uma das principais *casas mercantis* entre os flamengos – *Erasmus Schetz & Filhos* – envolvida no grande comércio colonial português. Antes porém, em 1501, entre outros produtos, Erasmus já comercializava açúcar³² nessa cidade flamenga. Suas relações comerciais em Lisboa teriam se iniciado também nessa época e seus negócios abrangeram outros ramos, como a exploração de minas³³.

Antes da aquisição da manufatura em São Vicente, a empresa dos Schetz já atuava como fornecedora de açúcar português às refinarias instaladas em Antuérpia³⁴. A compra do *Engenho São Jorge* por Erasmus se justifica frente às relações comerciais já estabelecidas por ele no mercado promissor em torno do açúcar. Entre os *Armadores do Trato*, como vimos, estava Jan van Hielst, dito João Veniste, sobrinho de Erasmus e articulador do negócio, ocupando-se da matéria-prima produzida nesse *Engenho*, a qual era depois exportada e distribuída às refinarias em Flandres pela casa mercantil dos Schetz. Erasmus certamente avaliara que suas inversões na produção de açúcar em São Vicente reverteriam em lucro certo. O aumento do consumo do açúcar em Flandres abria a perspectiva, pois o produto muito valorizado ainda como *especiaria*, tornava-se, entretanto, cada vez

mais popular³⁵. Portanto, com a posse do *Engenho São Jorge*, eliminava-se o custo de compra da matéria-prima que seria então distribuída na Europa.

Mas outros fatores ampliavam aquela perspectiva. A própria navegação fazia parte da estratégia comercial, como explica o historiador belga Eddy Stols:

A escala dos navios em Lisboa e dos enviados dos Schetz, se era exigida por lei, também se justificava pela necessidade da navegação e do abastecimento, como oferecia vantagens econômicas de complementação e diversificação de carga. (Stols 1973 : 25)

Os flamengos atuavam no Brasil por privilégio real, pois o monopólio português não impedia os negócios dos Schetz: expediam navios para seu *Engenho* em São Vicente com equipamentos, mantimentos, utensílios diversos e mercadorias para se vender na colônia. Na volta à Flandres, levavam o açúcar produzido na ilha vicentina e outros produtos tropicais de interesse. Entre essas viagens, as escalas eram pontos de apoio e comércio fundamentais.

De Oude Beurs, a velha Bolsa de Mercadorias de Antuérpia: comércio do açúcar brasileiro.

Suikerrui (antigo canal do açúcar), atual rua de Antuérpia, ligando o Porto do Escalda ao centro velho da cidade: lugar do desembarque de açúcar.

Vista do centro velho de Antuérpia, a partir de Suikerrui.

Em resumo, nas palavras de Stols:

La compra de un ingenio de azúcares en Brasil por parte de Erasmo Schetz se encuadraba perfectamente tanto en sus negocios ultramarinos dentro del imperio colonial portugués como el la dinámica del azúcar dentro de la economía de la Europa occidental y septentrional. Siguiendo el ejemplo portugués, la sociedad flamenca se convirtió rápidamente en uno de los mayores consumidores de azúcar de la Europa occidental. (Stols 2000 : 34)

A fortuna de Erasmus aumentou com a manufatura adquirida no Brasil. Os ganhos advindos de seu envolvimento na exploração colonial portuguesa deram a ele a oportunidade de ampliar ainda mais os seus *investimentos*: na mesma época em que adquiriu o *Engenho dos Armadores*, comprou, em 1545, o senhorio de Grobbendonk³⁶. Este fato ilustra a ascensão de um mercador na *alta sociedade* flamenga, ao incorporar um bem nobiliárquico, e, através dele, um símbolo representativo de seu poder social e econômico: Erasmus se tornava senhor de terras em Flandres e no Brasil. A par do fator econômico envolvido, sobretudo quanto a inversão em uma manufatura de vulto, como era o caso de um engenho movido por roda d'água, há um claro fator de prestígio social que a posse territorial lhe proporcionava, dando-lhe assim reputação de nobreza³⁷. Erasmus se aproximou da nobiliarquia dos Habsburgos, chegando a ser financista do imperador Carlos V (Laga 1963 ; Stols 1968, 1973, 2000).

Gravura impressa com imagem do Castelo de Grobbendonk

O Castelo hoje.

Portal da entrada principal.

Assim, naqueles anos de 1540, encontramos o mercador Erasmus Schetz enobrecido na *alta burguesia* de Flandres, dono de uma renomada casa mercantil.

Das relações pessoais que manteve figuravam personagens ilustres, incluindo humanistas de seu tempo, sobretudo o xará, Erasmus de Rotterdam³⁸, tendo servido à assuntos financeiros do grande humanista flamengo³⁹.

Em 1550, ao falecer, deixou Erasmus aos filhos⁴⁰ o patrimônio que constituiu em vida. O mais velho entre eles, Gaspar Schetz, foi o que teve maior influência nos negócios constituídos por seu pai⁴¹.

Como ele, foi financista do rei, sendo *ilustre no funcionalismo de Felipe II como 'facteur du Roi à Anvers'* (Laga 1963 : 31). E também se aproximou de humanistas.

O primogênito herdou o senhorio de Grobbendonk, foi também barão de Wesemaele, como Marechal do Brabante e *senhor de engenho* no Brasil. Em 1549, Gaspar se casa com a nobre Katharina von Ursel.

Gaspar Schetz.

Al señor Gaspar Schet en Anvers, carta de Anchieta redigida em 1578.

Parte do conjunto jesuítico de Antuérpia, onde antes havia a famosa casa da família Schetz, Huis van Aken.

Através do estudo dos poucos manuscritos que se conhece relativos ao *Engenho dos Erasmos* – papéis depositados pelo Duque d'Ursel nos *Archives Générales du Royaume*, em Bruxelas⁴² – dois historiadores flamengos, Eddy Stols e Carl Laga, procuraram ampliar o pouco que se sabia pelos textos até então publicados⁴³ sobre o curso do empreendimento dos Schetz no Brasil até sua decadência, principalmente após a morte de Gaspar, em 1580.

Porém, antes de abordar os problemas que declinaram a casa mercantil fundada por Erasmus, e, com ela, o empreendimento flamengo em São Vicente, vejamos as relações dos Schetz com a *alta autoridade* da *Companhia de Jesus*.

Em 1578, recém empossado como *Provincial* dos jesuítas no Brasil – mais alto posto na hierarquia jesuítica na colônia – o canarino Anchieta escreveu de Salvador à Gaspar Schetz:

Todo el tiempo que residí en San Vicente procure de socorrer a la casa de Vuestra Merced con los ministerios de nuestra Compañía, como también ahora hacen los padres que alla quedan. Ahora resido en esta ciudad de la Baya (...) . Dieran me nuevas que era fallecido el Señor Melchior Schet [Schetz] en el tiempo de aquellas turbulencias de Anvers. El dolor que todos aca sentimos Nuestro Señor lo sabe por faltar alla una cabeza tan Católica en tal tiempo y por no faltar de nuestra parte a nuestro officio y a la mucha caridad que Vuestra Merced tiene a nuestra Compañía decimos muchas missas por toda esta costa, como la razón nos obliga. (...) Siempre trabaje por que los fatores de Vuestra Merced biviessen conformes (...). (Anchieta 1900)

No excerto⁴⁴ acima, Anchieta deixa evidente a assistência prestada pelos padres jesuítas à *casa* dos Schetz em São Vicente. Em termos das dificuldades inerentes da colonização de terras distantes, havia interesses mútuos nessa relação de amizade. Duas gerações da família de mercadores flamengos contaram com a vigilância dos jesuítas sobre os vários feitores enviados para administrar seu engenho no Brasil. Em contrapartida, os Schetz apoiavam a *Companhia* oferecendo seus serviços, tanto em Flandres, como no Brasil⁴⁵, como a remessa de bens para a atividade dos jesuítas em São Vicente, por exemplo.

Gaspar, enfrentando dificuldades financeiras, vendera para os jesuítas a grande propriedade urbana da família, a chamada *Casa de Aachen* (*Huis van Aken*)⁴⁶, em 1574. Hoje, vemos ali o conjunto jesuítico de Antuérpia com a igreja São Carlos Borromeo⁴⁷ construída entre 1615 e 1621, obra-prima da arquitetura barroca do norte da Europa. Esse conjunto abrigou ainda uma importante biblioteca.

São Carlo Borromeo de Antuérpia.

IHS: Iesu Homini Salvator

Antuérpia tomada pelos calvinistas, voltaria ao jugo espanhol em 1585.

Considerando-se que Antuérpia se tornaria, no último quartel do século XVI, uma importante frente da Reforma⁴⁸, o apoio aos jesuítas por uma família de mercadores ligados à Felipe II, nos anos turbulentos de separação dos Países Baixos do jugo espanhol, poderia indispor os Schetz junto ao regime calvinista.

De fato, de 1578 a 1585, quando Antuérpia permanecera rebelada – através de sucessivos recontros movidos por Guilherme de Orange e pelo *temível* Duque de Alba (Laga 1963 : 33) – a atividade comercial dos Schetz não foi interrompida, como ilustra um dos manuscritos do fundo d'Ursel, documento estudado por Carl Laga: trata-se de uma fatura de 1579 onde se encontra relacionado o conteúdo, bem descrito, de uma grande e valiosa carga enviada à São Vicente por Gaspar Schetz, um ano antes de morrer.

Enviou ele diversas mercadorias através de Paulo Werner – o flamengo Paulo Wernaerts, dito também Vernes, Veras – então feitor do *Engenho*. Entre elas, estavam itens claramente destinados aos jesuítas – e também, provavelmente, à própria *Ermida do Engenho* – os quais incluíam paramentos, pinturas e imagens religiosas (Laga 1963 : 17-20). Outra parte da carga estava destinada propriamente ao *Engenho São Jorge*, nas palavras do historiador...

...tanto o linho novo, reservado aos escravos, quanto ferramentas, caldeiras e outro material, indicam que em 1579 os Schetz estavam ainda firmemente decididos a prosseguir a exploração do açúcar em São Vicente.

Porém, sob a terceira geração da família, o *Engenho* enfrentou seus derradeiros anos. Os Schetz acumularam muitas dívidas e após a morte de Gaspar, seus filhos Lancelot e Melchior Nicolas decidiram vender os bens no Brasil⁴⁹.

Mas não sem problemas, pois as instruções para a venda do *Engenho*, redigidas em 1593, não foram cumpridas pelo enviado ao Brasil, que agiu da mesma maneira que os feitores passados, servindo antes aos seus próprios interesses⁵⁰.

Conforme esclarece o historiador flamengo Eddy Stols:

Dependiam eles [os Schetz] de feitores assalariados que deviam vigiar tanto a manutenção da maquinaria e dos prédios como o trabalho dos empregados e escravos e ainda providenciar o abastecimento em mantimentos e em cana e lenha. Além disso, cabia ao feitor a venda das mercadorias e a remessa do açúcar. Outra tarefa delicada era cuidar das terras para que os moradores vizinhos não invadissem aos poucos a propriedade. O encargo era grande mesmo se o feitor tivesse ajudantes. Para um assalariado era forte a tentação de zelar antes pelos seus interesses pessoais, contanto que não se deixasse seduzir pelos aspectos edênicos da vida em São Vicente. Se para este último problema os Schetz tinham apelado à fiscalização dos padres da Companhia, para o primeiro eles cometeram o erro de não suplementar o salário do feitor com uma participação no engenho. Erro tanto maior que naquela época as relações no comércio internacional se estabeleciam cada vez mais em correspondência e participação solidária e menos em feitoria e serviço assalariado. As contínuas desavenças dos Schetz com seus feitores mostram bem que lá se encontrava o ponto fraco de sua empresa ultramarina. (Stols 1973 : 26)

A par do roubo e das malversações entre os colonos – prática comum que os diversos documentos comprovam – interesses escusos de prepostos enviados pelos Schetz culminaram no cenário de disputa do *Engenho* em São Vicente. Como vimos, as iniciativas para a venda do empreendimento, suas terras e escravarias e demais peças da *linha de produção*, não resultaram no esperado. Anos depois, em 1612, conforme explicita um documento essencial do fundo d'Ursel, a venda ilícita dos bens de propriedade da família Schetz nas praças de São Vicente e Santos, provocou uma ação pública movida por representantes autorizados da terceira geração, o flamengo Manuel van Dale e o superior dos jesuítas na Capitania, ambos como respectivos procuradores: o *Treslado de huns autos de requerimento e protesto...*, nas palavras de Laga, tem seu valor *por ser uma descrição viva de como funcionavam as instituições neste canto do Brasil*. (Laga 1963 : 39)

Porém, antes de abordá-lo, vejamos outro importante documento quinhentista, entre os poucos papéis que restaram das câmaras municipais: o *Auto da junta q~ se fez no engenho nomeado san Jorge dos esquetes*, redigido em 10 de junho de 1585.

A reunião convocada pelo capitão-mor Jerônimo Leitão – realizada na *Ermida* do *Engenho*⁵¹ – foi motivada pelo requerimento elaborado dois meses antes por oficiais das Câmaras das Vilas de São Vicente e Santos, o qual ali...

...despois de lido e praticado sobre o q~ ditto he se resolverão e conformarão os ditos oficiaes e pesoas da governanca das ditas villas q~ tudo aquillo q~ no dito requerim^{to} lhe tinham apontado e requerido tirado darlhe guerra não avendo ne~ fazendo cousa pera iso da parte do dito gentio que no mais ao dito requerim^{to} se resportavão cõ declaração q~ elles ditos moradores são contentes e estão prestes e aparelhados aquelles q~ forem necesarios cõ suas pesoas e armas e mantimentos e escravos q~ levar e~ para seus servicos de seguire~ e acompanharẽ a elle dito sor capt^{on} nesta entrada que ora quer fazer cõ tal condição q~ todo o gentio q~ se la adquerir per qualquer via licita q~ seja pera se trazer pera esta capitã q~ elle dito s^{or} capt^{on} respartira o dito gentio pellas villas da dita capitã conforme a cada huãa dellas ha cantidade de indios q~ couver (...). (ACVSP 1914 Vol. 1 : 279-280)

No requerimento ao capitão-mor, os oficiais e colonos justificavam a *entrada* em termos de se empreender uma *guerra justa* contra o gentio carijó, legitimada por eventos ocorridos há mais de quarenta anos⁵², mas, sobretudo, procurando-se resolver a falta geral de mão-de-obra escrava, pois era nítida a decadência econômica na Capitania⁵³.

Alguns anos após o envio da grande carga por Gaspar Schetz ao seu *Engenho*, encontramos, entre os autores do referido requerimento, o feitor que a levava, Paulo Werner, signatário como oficial da Câmara da Vila de São Vicente. E entre os demais signatários do *Auto* redigido pela *Junta* reunida na *ygreja e ermida do benabenturado san jorge da fazdª e engenho dos esquetes*, além do próprio capitão-mor e do feitor Paulo Werner, encontrava-se João Batista Maglio, o italiano ex-feitor do *Engenho*, e de todos, aquele que mais tempo permaneceu como tal.

Em tempo, vejamos a tradução do historiador Carl Laga para o excerto do *Memorial para o Sr. Goossens (Memorie voer Sr. Goossens)*⁵⁴, redigido em 1603 pelos herdeiros da terceira geração, outro documento voltado para se tratar da venda do *Engenho*:

O Sr. Erasmus Schets, cavalheiro, senhor de Grobbendonk, falecido, adquiriu cerca dos anos 1540, determinadas terras e um engenho na Ilha [de São Vicente] do Brasil, Capitania de S. Vicente; aleem disso, um certo número de escravos e habitações. Costumava tirar disso, todos os anos, uma determinada quantia de arrobas de açúcar. E [o Engenho] era chamado aí o 'engenho dos Erasmos ou dos Esquetes'. O mesmo engenho passou, depois dele falecer, aos seus filhos, especialmente ao falecido Senhor Gaspar Schets [Schetz], senhor de Grobbendonk, e agora [passou] a nós, seus filhos. Esses bens foram administrados, durante 36 anos, por João Batista Maglio e depois por Paulo Werner, o qual não agiu bem com os mesmos [bens], de modo que (...) aborrecemo-nos desses bens e resolvemos vendê-los. (Laga 1963 : 27-28)

Estas fontes documentais evidenciam que, para os herdeiros do *Engenho*, a situação de seu empreendimento no Brasil estava fora de controle. O envolvimento desses dois prepostos citados na urdidura da guerra escravista então visada – principalmente Paulo Werner, que chegou a ser *oficial* da Câmara da Vila de São Vicente – mostra, por outro lado, que esses feitores tomavam partido na política local da Capitania. O *Auto* da Junta ainda mostra, nas entrelinhas, uma evidência do agravo das relações entre colonos e os jesuítas, posto que os índios apresados na guerra foram divididos entre os colonos das Vilas de São Vicente, Santos e São Paulo, sem a intermediação dos padres da Companhia, posto que conduziram os índios para seus aldeamentos⁵⁵. Segundo Monteiro...

...procurando evitar qualquer interferência dos jesuítas, o capitão-mor havia conclamado a participação do vigário de São Vicente como representante eclesiástico, conferindo assim maior legitimidade à resolução. (Monteiro 1995 : 53)

Ora, a reunião realizada para acordar uma *guerra justa* na *Ermida de São Jorge*, incluindo a participação de seus feitores, porém, sem a presença de jesuítas – tratando-se de assunto de grande interesse para a *Companhia* – sustenta o fato de que, distantes do *Engenho*, seus donos não conseguiram dirigir o empreendimento através dos prepostos enviados: o atual feitor, da mesma maneira que seus antecessores, agiu conforme interesses próprios, em sintonia também com aqueles que comandavam, a seu modo, a política local. O próprio capitão-mor que comandou essa *entrada punitiva* solicitou cinco anos antes à Câmara...

...e o Povo lhe concedeu, aos 14 de agosto de 1580, para, naquele sítio⁵⁶, erigir um trapiche com casa de purgar e Capela. (Madre de Deus 1953: 48)

Vejamos então pelo *Treslado de huns autos de requerimento e protesto...*, de 1612, indícios de que a família de Jerônimo Leitão procurou tirar vantagem dos problemas enfrentados pelos Schetz na propriedade do melhor *Engenho* construído na Capitania.

O engenho foi dilapidado por aqueles que procuravam revigorar a produção de açúcar na Capitania, nas palavras do historiador Carl Laga, *basta ler o documento (...) para nos convencermos de que a palavra disputa não é exagerada. (Laga 1963 : 39)*

Tomavam seus papéis, os personagens neste evento crucial que o documento narra. O relato foi redigido pelo escrivão oficial da Ouvidoria da Capitania de São Vicente e se inicia quando apareceram na Vila de São Vicente, diante de Pasqual Riveiro, provedor dos defuntos e ausentes da Capitania, o procurador flamengo dos Schetz, Manuel van Dale, acompanhado de Gaspar Lobo, padre superior da *Casa de S. Miguel da Companhia de Jesus* nesta vila.

Van Dale acusava que o provedor...

...estava fazendo ynventarios e partilhas da fazenda e engenho S. Jorge e [de] lancelot schets de grovendoncq baron de Wesemale e Sr. do ditto grovendoncq e melchior nicolas schets Sr. de heyst framengos e queria

vender o ditto engenho e fazenda por bems de ausentes aqui... (Laga 1963 : 29)

Afirmava que a venda era ilegal...

...porqto os Padres da Comp.a de Jhus desta Capitania tinham pçam bastante dos dittos senhores e não querião nem consentião que o ditto engenho e fazenda se vendessem pois não se emtendia ser fazenda de aus. onde avia procurador seu que a defendia e portanto lhe requeria q' sobestivesse com as tais partilhas avaliasõis e venda (...). (Laga 1963 : 29)

O provedor agia *sem autoridade de Justiça* e o procurador flamengo...

...protestava que toda a pessoa que comprasse qualquer fabricca de peças cobres ou outrs cousas tocantes do ditto engenho de os compradores correr o risco dellas e de em tudo ficar os dittos Ssrs. esquetes seu direito asalvo reservado. (Laga 1963 : 29)

Em seguida, respondera o provedor...

...que lhe amostrase e apontase procuraçam dos dittos Ssrs. esquetes e que por elle vista proveria o que lhe parecer Justiça e que entretanto o não admitia. (Laga 1963 : 29)

Uma semana depois, desta vez na praça da Vila de Santos, o provedor dos defuntos e ausentes da Capitania, seu tesoureiro e escrivão, oficiais assistentes, prosseguiram a venda dos bens do Engenho dos Erasmos, quando então reaparecem os representantes dos Schetz...

...e lhe apresentarão a procuraçam que delles tinham feyta na cidade de bruxelas dos estados de frandes (...) e lhe requererão de novo outra vez todo o comtheudo neste auto assim perante mim escrivão e que sobestivesse com a venda que fazia e isto requererão em altas vozes ante muitas pessoas que ay estavam presentes assim compradores como outros, requerendo lhe a elle proveedor que sobestivesse nas tais vendas. (Laga 1963 : 29-30)

E mais...

...M.el vandale em nome de seus constituintes e com o ditto Padre que perante estava diserão que outrosi protestavão contra erdeiros de ger leytão na forma deste protesto por qto a seu requerimento delles fazia o ditto proveedor a ditta almoneda e venda e se fizerão as partilhas sem autoridade

de justiça como tinham obrigação de fazer achandose a isso presente simão leytão filho e hum dos erdeiros do ditto Germe leytão. (Laga 1963 : 30)

O provedor não assinou os Autos junto dos requerentes...

...por não comsentir nem aceitar protesto nem rezão algúa que os dittos procuradores disisem senão que avia de vender a ditta fazenda ameaçando ao ditto m.el van dale que o avia de prender e fazer autos delle porque lhe queria perturbar e empedir a venda da ditta fazenda. (Laga 1963 : 30)

Os eventos narrados, nessa época de crescente tensão entre colonos e jesuítas⁵⁷, indicam que a manufatura dos Schetz em São Vicente não resistiu, sucumbindo ao jogo de interesses envolvidos. A ascensão e queda dessa família de mercadores – como observaram os historiadores flamengos que ampliaram o que se sabia sobre esse monumento – percorre a própria evolução urbana de Antuérpia no século XVI, como importante centro econômico do norte da Europa, cujo edifício da primeira *Bolsa de Mercadorias* construída – *De Oude Beurs* – é testemunho importante nesse contexto, pois muito açúcar brasileiro foi lá negociado. A cidade que cresceu junto aos primeiros ensaios da *gramática econômica* do capitalismo entrou em relativa decadência após sua retomada pelo império hispânico, quando então os movimentos praticados em seu porto no rio Escalda passaram a demandar Amsterdã, que se tornou outra importante praça comercial da Europa. Os Países Baixos, separados do Império Hispânico, ampliaram as explorações coloniais através de suas duas companhias mercantis: através das ações da *Companhia das Índias Ocidentais* (*WIC - West Indische Compagnie*) os neerlandeses tomaram Salvador (1624 - 1625) e depois urbanizaram o Recife, quando conquistadas certas regiões produtoras de açúcar no nordeste do Brasil, sob o regime de Nassau-Siegen (1637 - 1644). Trouxe o Conde aqueles que iniciariam a iconografia dos engenhos no Brasil, mais de cem anos depois de instalados os primeiros: daí a importância dos registros deixados por Frans Post e Albert Eckhout para o estudo do tema.

Pouco tempo depois de ser dilapidado na venda ilícita denunciada pelos representantes dos Schetz, o *Engenho dos Erasmos* fora incendiado, em 29 de janeiro de 1615, pelos *mosqueteiros* da frota *militar-mercantil* sob o comando do almirante Joris van Spilbergen, durante sua passagem pelo Brasil, na segunda viagem neerlandesa de circunavegação do mundo.

O relato desta viagem – a primeira edição em latim é de 1619 – narra a breve estadia da frota fundeada na Baía de São Vicente que procurava se abastecer, mas também mercadejar nas vilas, o que não foi permitido, devido as proibições impostas às capitanias do Brasil, então sob o regime de Felipe III, rei da Espanha.

Vejamos, a seguir, a versão traduzida do texto publicado em língua inglesa para esse diário de viagem⁵⁸, muito citado, porém, pouco conhecido em relação aos eventos que ocorreram no Brasil: são excertos sobre os dias que culminariam na destruição do *Engenho* flamengo.

No alvorecer da manhã do 23º [dia 23 de janeiro de 1615], sete barcos repleto de homens armados foram enviados à São Vicente, seguidos pelo Jager e Meewe [Caçador e Gaivota, embarcações da frota neerlandesa], levando muitos homens. O Almirante e todos os comandantes militares estavam a bordo também. Explorando a terra, três pessoas avançaram com uma bandeira de paz e puseram uma carta em uma estaca e uma bandeira branca próxima dela. Depois disso, um português rapidamente se adiantou, tomou a carta e lendo-a mostrou que não poderia ajudar-nos; ele levou nossos homens à raiva e nossas bandeiras de paz foram baixadas e a [bandeira de] Orange subiu em seu lugar.

Gravura impressa na obra de Spilbergen: à esquerda acima, o incêndio do Engenho dos Erasmos.

Pouco depois nós subimos o rio [São Jorge], onde encontramos um moinho onde tinham todo o mobiliário, o dito moinho era comprido, forte, bem construído, e desabitado, tendo uma igreja chamada Senhora de Negues⁵⁹; nós entendemos do português que [o engenho] tinha sido construído por uma certa família de Antuérpia, chamada Scotch [Schetz], era muito agradável essa paragem e todo o entorno do lugar era rico em cana-de-açúcar.

Apanhamos muita fruta aqui e colocamos tudo em uma canoa que encontramos ali, e com nossos barcos voltamos todos juntos a bordo [dos navios].

No 25º, o Almirante novamente partiu com seis barcos bem tripulados e o Meeuwe ao lugar onde tínhamos estado no 23º; mas como o Meeuwe estava um pouco atrás, nós fomos p/ um banco de areia, sobre o qual estava uma casa depredada que procuramos como refúgio, de maneira a esperar por ele [o Meeuwe] e nós encontramos muita fruta ali. Enquanto estávamos ocupados em apanhar tudo, o português e selvagens que estavam atrás da casa, atiraram muitas flechas, mas ninguém ficou ferido; então nossos mosqueteiros também atiraram bravamente com seus mosquetes e afastaram eles para longe (...)

No 29º, nós fizemos outra expedição com sete barcos ao lugar onde tínhamos estado o dia anterior, e ao desembarcar com uma bandeira de paz, algumas cartas estavam postas para nós pelo português, com a mesma proposta das anteriores. Prosseguimos até o edifício e tomamos tudo envolta ali, laranjas e limões, o quanto nós poderíamos por nos barcos e ao partir nós pusemos fogo ao edifício, a igreja e tudo que estava por ali, pelo motivo do português nada mais ter feito do que nos enganar, e tinha antes tratado tiranicamente os nossos homens.

Através das cartas que encontramos lá, nós observamos, não somente aqui, mas em todos os lugares, como eles [os portugueses] tinham sido avisados da nossa vinda, então deve ser verdade que há alguns traidores em nosso país os quais avisam o Rei da Espanha de tudo que se passa.
(Spilbergen 1906 : 25-29)

Em 1963, entre as ruínas do velho *Engenho* quinhentista recém tombadas como patrimônio do Brasil, o arquiteto Luis Saia escavou, sob cinzas e entulhos, formas de pão de açúcar, os primeiros vestígios arqueológicos relacionados à produção da manufatura, um sítio exemplar do início do *Mundo Moderno*.

NOTAS

¹ No sentido tanto de vilas e cidades fortificadas, quanto o próprio comércio nelas realizado: o termo *praça* compreende assim a condição urbana do mercado.

² Nas palavras do historiador português António Borges Coelho:

Ao longo de 20.000 km de costa, de Lisboa ao Extremo Oriente, passando pela América do Sul, estendiam-se as cidades, as feitorias, as fortalezas. É um Império que não avança pela terra adentro, a não ser na breve tentativa de conquista de Ceilão e na imensa colonização do continente brasileiro. (Coelho 2001 : 99)

³ Sobre o sentido *salvacionista* dos impérios ibéricos e propagação da fé cristã, ver as considerações sobre o papel dos jesuítas tecidas por Darcy Ribeiro, em sua obra *O Povo Brasileiro*.

⁴ *Para os fins mercantis que se tinham em vista, a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem, e organizar a produção dos gêneros que interessavam seu comércio. A idéia de povoar surge daí e só daí. (Prado 1984)*

⁵ A Coroa também investiria diretamente na colonização por capitânias, ao implantar as duas primeiras cidades coloniais do Brasil, já fundadas com esse título: Salvador, por Tomé de Souza, em 1549; e Rio de Janeiro, por Mem de Sá, em 1565.

⁶ Nas palavras de Ruy Gama:

o caráter rural dessa 'manufatura dispersa' levava a certas características de autarquia dos engenhos de açúcar, o que sugeriu a analogia com os feudos. Roberto Simonsen, entretanto, em sua História Econômica do Brasil já chamava a atenção para o caráter nitidamente capitalista da manufatura do açúcar, reduzindo-se, portanto, o feudalismo açucareiro a mera semelhança ou herança formal nas técnicas de implantação no terreno. (Gama 1983 : 252)

⁷ Sobre a produção de açúcar na Sicília, ver o panorama elaborado no texto de Antonino Morreale intitulado 'Stigli, 'Machine' e 'Mastrie' nell' Industria Siciliana dello Zucchero (sec. XV-XVII).

⁸ Em tempo, as relações comerciais e os interesses mercantis comuns entre portugueses e flamengos remontam desde a feitoria portuguesa estabelecida em Bruges, no século XIV, então *praça* com importante e movimentado porto. No século XV, surgiu o hábito de congregar, *a um só tempo e lugar*, os mercadores para tratar de assuntos do comércio. No século seguinte, foi construída a *bolsa de mercadorias* de Antuérpia – o primeiro edifício com este fim construído no *Mundo Moderno* – quando a cidade suplantou Bruges, transformando-se em importante centro econômico do norte da Europa, onde Erasmus Schetz manteve suas atividades. Em resumo, nas palavras de Stols, para sucinto histórico das relações econômicas entre Portugal e Flandres, estão:

a colaboração de cruzados flamengos na libertação de Lisboa, os laços dinásticos entre os reis portugueses e os condes de Flandres e posteriormente os duques de Borgonha, a organização de uma colônia de mercadores portugueses em Bruges, a colonização dos Açores por flamengos e o estabelecimento de uma feitoria portuguesa primeiro em Bruges e, em seguida, em Antuérpia. (Stols 1973 : 11)

⁹ Segundo Monteiro:

A conseqüente transformação da guerra, agravada pelos frequentes surtos de doenças contagiosas, trazia serias rupturas na organização interna das sociedades indígenas. Mais importante ainda, o apetite insaciável dos novos aliados [europeus] por cativos – porém não no sentido tradicional – ameaçava subverter a principal finalidade da guerra indígena: o sacrifício ritual no terreno. (Monteiro 1995 : 29).

A chamada *Confederação dos Tamoios*, provocada pela aliança com franceses estabelecidos na Baía de Guanabara, daria o exemplo mais contundente da manipulação da guerra indígena no contexto da conquista colonial, nas palavras de Darcy Ribeiro...

...reuniu, de 1563 a 1567, os Tupinambá do Rio de Janeiro e os Carijó do planalto paulista – ajudados pelos Goitacá e pelos Aimoré da Serra do Mar, que eram de língua jê – para fazerem guerra aos portugueses e aos outros grupos indígenas que os apoiavam. Nessa guerra inverossímil da Reforma versus Contra-Reforma, dos calvinistas contra os jesuítas, em que tanto os franceses como os portugueses combatiam exércitos indígenas de milhares de guerreiros (...) jogava-se o destino da colonização. E eles [os índios] nem sabiam por que lutavam, simplesmente eram atçados pelos europeus, explorando sua agressividade recíproca. (Ribeiro 1997 : 33)

¹⁰ Analisando o contexto da grande expedição escravista dos bandeirantes paulistas em 1628, diz Monteiro:

A exemplo das expedições punitivas de 1585 ou a viagem de Nicolau Barreto em 1602, Raposo Tavares e seus capitães desenvolveram cuidadosamente alguns pretextos para a operação bélica. De acordo com os jesuítas Maceta e Mansilla, autores de uma denúncia detalhada contra as atividades dos paulistas, um dos principais participantes, Francisco de Paiva, chegou ao ponto de obter junto ao Santo Ofício da Inquisição um mandado autorizando a penetração no sertão para perseguir um herege. Outros participantes contaram ainda a d. Luís Céspedes y Xería, governador do Paraguai que se uniu a uma das companhias por um trecho da viagem, que os paulistas visavam recuperar os muitos escravos tupi, tememinó, pé-largo e carijó que haviam fugido e se achavam no Guairá. Reforçando esta alegação, os capitães André Fernandes e Pedro Vaz de Barros, líderes de duas companhias, iam munidos de autorizações legais para recapturar os fugitivos. (Monteiro 1995 : 72)

¹¹ Surtos consideráveis de sarampo e varíola irromperam em São Vicente durante a guerra de 1560-3, dizimando e desmoralizando a população nativa. (Monteiro 1995 : 39)

¹² Com certeza, essa expedição [de 1628] havia sido organizada em quatro companhias, cada uma munida de bandeira e liderada por capitães dos principais distritos rurais de São Paulo e Parnaíba. Igualmente, a companhia de Raposo Tavares adotara uma organização interna composta de uma divisão avançada e outra de retaguarda. Embora tais inovações estratégicas não tivessem sido incorporadas às práticas subseqüentes de apresamento, significaram na época um rompimento decisivo com as anteriores, na medida em que substituíram de vez as relações de intercâmbio e aliança pelas de força e violência. (Monteiro 1995 : 72)

¹³ Antonio Raposo Tavares, *bravo bandeirante, personagem-mito* de nossa história nacional, que entre 1648 e 1651 trilhou uma vasta região fronteiriça, que veio a se consolidar como contorno colonial português frente às possessões espanholas na América do Sul. *Foi uma das mais notáveis que até hoje se tem feito no mundo*, escreveu o jesuíta Antonio Vieira sobre a grande travessia. Segundo Monteiro...

...o que mais causou espanto em Vieira foi a aparente contradição entre tão desmedidos esforços e seus objetivos prosaicos, que tinham levado estes portugueses a atravessar tantas léguas e sofrer tantas privações para capturar a mão-de-obra que julgavam indispensável para o seu modo de vida. Afinal de contas, o motivo singular que havia incentivado o empreendimento era o de arrancar [segundo Vieira] 'ou por força ou por vontade [os índios] de suas terras e os trazer a São Paulo e aí se servirem deles como costumam'. (Monteiro 1995 : 7)

¹⁴ Depois de emitida a bula *Inter Coetera*, que funda a dominação cristã do novo mundo sob as regências de Portugal e Espanha, nota-se o aumento da emissão de documentos relacionados à colonização da América, principalmente em meados do século XVI, quando recrudescem os embates com os povos nativos: em um único papado, de Paulo III, entre 1534 a 1549, foram emitidos 255 documentos relativos ao problema da escravidão indígena.

¹⁵ Em tempo, é importante notar que o projeto ideológico jesuítico se traduziria, nos termos dos aldeamentos, na implantação de um traçado que, em si, consistia um embrião de núcleo urbano, *em esquadro, à moda espanhola* (Costa 1978 : 93), tal como se pode ver regulada nas *Leyes de Indias*.

Como a catequese implicava em transmutar, converter os povos indígenas ao modo de vida cristão do colonizador, os jesuítas converteram inclusive o sentido da estrutura física aldeã, contrapondo-se

à ela o de uma estrutura urbana, cuja malha ortogonal incorporou o lugar mais importante da aldeia indígena: o terreiro, espaço nuclear que na cidade colonial hispânica se abre enquanto praça – a *Plaza Mayor* – em torno da qual se instalariam as representações do poder na colônia: o *Cabildo* espanhol, a *Casa de Câmara e Cadeia* portuguesa, a igreja matriz e as residências de grandes potentados; na aldeia indígena, o terreiro é espaço cerimonial essencial na esfera da cultura e sociabilidade do grupo.

A implantação dos aldeamentos respeitou o poder simbólico desse espaço indígena, porém, convertendo-o ao poder da igreja no contexto maior da dominação cultural que se empreendeu. Vejam que a implantação planejada quebrou a forma circular original do terreiro indígena, delimitando-o sob o contorno de uma praça de quatro lados, dos quais um seria o principal pela presença do templo cristão.

Esse modelo em quadra da *Companhia de Jesus* pode ser encontrado ainda hoje, por exemplo, na Aldeia de Carapicuíba. O modelo *em quadra* imprimir-se-ia em todos os aldeamentos jesuítas do Brasil, porém fora apenas nas missões implantadas ao sul, que os jesuítas da *Província do Paraguai* levantaram verdadeiras cidades do povo Guaraní, a partir do início do século XVII, na velha região antes chamada *Guairá*.

Os remanescentes de *S. Miguel de las Misiones*, hoje em território brasileiro, impressionam pela dimensão que o projeto urbano jesuítico atingiu.

¹⁶ Trezentos anos depois, sob impulso do café, Santos se tornou a principal zona portuária do Brasil, situação que se mantém até hoje.

¹⁷ Os fortes quinhentistas possibilitam o estudo da arquitetura militar portuguesa (e do período), que já incorporava no risco (projeto) as cortinas mais rasas, resultado da evolução do armamento e da balística. Esta evolução forçou a murada fortificada ao desaparecimento na paisagem: da *torre de menagem* (como a de Braga, prov. séc. XIV) até as estruturas da *fortaleza subterrânea* e artilharia móvel do século XX.

¹⁸ A fortaleza, em cantaria de pedra e cal, foi construída a partir de 1551, (...) *conforme a traça que de ca vay*. Devido as (...) *guerras que na dita capitania de são vicente sucederaõ até fim do ano de 549 [aos colonos] lhes foi necessário fazer muitas despesas de suas fazendas e da mynha e que niso tinham despendido mil e oytocentos crusados de minhas rendas cõ que a dita capitania se sosteve até vossa ida [em 1549], determinava o rei: (...) avendo respeito ao que asi pedem, e o serviço que a deos e a my fiseraõ em sostentar a dita capitania, o que boamente não poderá ser sem se faserem as ditas despesas [com a guerras] ey por bem que não sejam constrangidos a pagar os ditos mil e oytocentos crusados, e que por este se levem em conta aos dytos oficiaes que se despenderão e porem os governadores da dyta capitania sejaõ obrigados de dar todo o serviço necessário përa as obras da fortaleza que a seu requerimento ora mando faser na terra da bertiogua da dita capitania, até de todo ser acabada, posto que monte mais ou menos no dyto serviço que os dytos mil e oytocentos crusados.* (ACVSP : 19-20)

¹⁹ Ver *Os Reparos nos Fortes de Bertioga*, por Euclides da Cunha, 1904. In *Obra Completa*.

²⁰ Tordesilhas, 1494.

²¹ Portugal fundou em 1680, às margens do Rio da Prata, a Colônia de Sacramento. D. Manuel Lobo, o fundador, teve apoio direto de Fernão Paes de Barros, um dos maiores cabedais entre os bandeirantes paulistas. (Amaral 1981)

²² Sobre o assunto, importante estudo intitulado *O Peabirú: uma Trilha Indígena Cruzando São Paulo*, do arquiteto Daniel Issa Gonçalves – Caderno do LAP, FAU USP, 1998. Um resumo, pelo autor, também como exemplo pela técnica de levantar referências em imagens dos sítios de interesse:

As trilhas indígenas são um dos raros testemunhos da vida no período pré-colombiano brasileiro. Vestígios delas ainda existem e podem ser identificados ainda hoje. A mais importante destas trilhas, denominada Peabirú, possuía enorme extensão ligando o litoral brasileiro com a mesopotâmia paraguaia, atingindo a rede de caminhos do Império Inca nos Andes. Em seu trajeto a

trilha cortava o planalto de Piratininga, terreno onde hoje se estende a cidade de São Paulo. Dada a importância do assunto, procuramos no presente trabalho não só resgatar a bibliografia referente ao Peabirú; mas principalmente reconstruir o traçado que a trilha possuía dentro dos limites da cidade. Para tanto, o trabalho envolveu técnicas de interpretação aerofotogramétrica, assim como pesquisa do material bibliográfico do século XVI e da cartografia antiga. (Gonçalves 1998)

²³ A toponímia revela a importância desse personagem, nomeando a via de entrada aos sertões da Capitania de São Vicente. Em tempo, vejam as impressões de Ramalho por Ulrich Smidel, contemporâneo de Hans Staden, reconhecendo seu papel ao estabelecer seu *senhorio lusoindígena*:

Rumamos, após, para uma localidade pertencente a cristãos [Santo André da Borda do Campo]. O chefe que estava na vila, chamava-se João Ramalho. A este povoado eu queria designar como casa de latrocínio. Foi nossa sorte o chefe não estar em casa, achando-se com outros cristãos que moram em São Vicente, pois eles, os cristãos realizaram, há tempos, um convênio entre si. Os que vivem em São Vicente (e em outros povoados da cercanias) são mais de cerca de oitocentos homens, que são súditos do rei de Portugal. E este João Ramalho (...) declara que faz quarenta anos que está na terra, nas Índias, que a habita e que a adquiriu, porque não devia ele governar a terra como qualquer outro?

Ulrich voltara à Europa à bordo do navio do armador Jan van Hielst. Em seu relato de viagem escrevera:

Chegamos no dia treze de junho de mil quinhentos e cinquenta e três, no dia de Santo Antonio, e encontramos aí um navio de Portugal que havia carregado assucar e pau Brasil e também algodão, pertencendo o navio a João von Hielst, feitor de Erasmus Schetz em Lisboa. João von Hielst tem também seu feitor em São Vicente, chamando-se o mesmo Peter Roessel. Estes srs. Schetz possuem juntamente com João von Hielst muitos lugares e aldeias neste país, onde produzem assucar durante todo o ano. Pois o feitor Pedro Roessel recebeu-me muito amistosamente e me deu provas de sua estima e amizade cuidando para que eu fosse despachado e pudesse partir o mais antes possível. Pediu ele também ao comandante para que me tratasse como bem recomendado, o que este cumpriu depois, tanto que outra coisa não posso afirmar.

²⁴ Sobre os intercâmbios na América do Sul, vejam no importante estudo *A Hispanidade em São Paulo*, obra da historiadora da arte Aracy do Amaral, 1981.

²⁵ *O papel do genro de Tibiriçá, João Ramalho, foi fundamental na expansão da influência e autoridade dos colonizadores. De acordo com Ulrich Schmidel, um alemão que visitou a aldeia luso-tupiniquim em 1553, Ramalho 'pode reunir cinco mil índios em um só dia'. Assim, ao apropriar-se dos atributos de um chefe tupi, Ramalho acabou sendo o intermediário ideal, colaborando sobremaneira na moldagem das relações luso-indígenas em favor dos portugueses.* (Monteiro 1995 : 34)

²⁶ Martim Afonso de Souza era na infância muito próximo da família real, servindo ao herdeiro de D. Manoel. Isso explica o tratamento de D. João III à Martim, e também à seu irmão Pero Lopes de Souza, reservando aos irmãos as melhores regiões que achassem, posto que muitos já reclamavam capitanias para explorar. Uma das duas caravelas enviadas por D. João III trouxe a carta do monarca à Martim, comunicando a concessão das primeiras capitanias...

...determinei de mandar demarcar de Pernambuco ate o Rio da Prata cincoenta legoas de Costa a cada Capitania, e antes de se dar a nenhuma pessoa, mandei apartar përa vos cem legoas, e para Pero Lopes vosso irmão cincoenta nos melhores limites dessa Costa por parecer de Pilotos, e de outras pessoas (...) como vereis pellas doaçoens, que logo mandei fazer, que vos enviará, e despoes de escolhidas estas cento, e cincoenta legoas de Costa para vós, e para vosso irmam, mandei dar a algumas pessoas, que requeriam Capitanias de cincoenta legoas a cada huma, e segundo se requerem, parece, que se dará a mayor parte da Costa, e todos fazem obrigações de levarem gente, e Navios á sua custa em tempo certo (...). (Madre de Deus 1953 : 97-98)

²⁷ *Memórias para a História da Capitania de São Vicente* é obra de referência essencial, posto que boa parte dos manuscritos consultados pelo frei já não existem mais. Os que porventura sobreviveram ao tempo perderam-se ou esperam por estudos dirigidos em arquivos, como o arquivo da Ordem do Carmo.

²⁸ Frei Gaspar cita esses engenhos instalados nas Vilas de São Vicente e de Santos. Em suas palavras...

...nos livros antigos, acho notícia dos seguintes: o dito de S. Jorge e Estêvão Pedrozo o de Jerônimo Leitão, o de Salvador do Vale e os dos Guerras. Todos estes ficavam no termo da Vila de São Vicente; e no distrito de Santos existiam o da Madre de Deus, defronte desta Vila; o de S. João, de José Adorno, na Ilha de São Vicente; e na de Santo Amaro o de Estêvão Raposo; o de Bartolomeu Antunes e o de Nossa Senhora da Apresentação. Havia mais o de Santo Antônio, de Manuel Fernandes, cujo sitio ignoro.

O engenho da *Madre de Deus* pertencera à família do historiador setecentista...

²⁹ *...de sorte que, no engenho construído na Capitania de Martim Afonso, teria ele a quarta parte e uma cada um dos três sócios, João Veniste, Francisco Lobo, e o Piloto-mor: da mesma forma, seriam três partes dos mencionados três sócios e uma de Pedro Lopes no outro engenho que se erigisse em suas terras [de Itamaracá, em Pernambuco].* (*Madre de Deus* 1953 : 85)

³⁰ Analisado pelo historiador flamengo Carl Laga, lê-se no documento IV, *Meorie voer Sr. Goossens* – redigido em março de 1603...

...heer Erasmus Schets, ridder heer van grobendoncq overleden, heeft vercregen omtrent den jare 1540 sekere landen ende een ingenio int eylant van brasil capitania van St Vincenten ende daerby sekere nomer van slaven ende huysingen.

...o Sr. Erasmus Schets, cavalheiro, senhor de Grobbendonk, falecido, adquiriu cêrca dos anos 1540, determinadas terras e um engenho na Ilha do Brasil, Capitania de S. Vicente; além disso, um certo numero de escravos e habitações. (Laga 1963 : 26-27)

Confrontamos com este trecho das *Memórias*... de Frei Gaspar:

Para fomentar o comércio, instituiu Martim Afonso uma sociedade mercantil e aos acionistas desta companhia chamavam Armadores do trato. Julgo que nela entravam os senhores do engenho de S. Jorge e que o Donatário era o mais interessado porque sua mulher, D. Ana Pimentel

[procuradora de Martim, então Governador das Índias], no ano de 1542, constituiu Feitor da Fazenda do trato [o Engenho São Jorge] ao Capitão-mor [da Capitania de São Vicente] Cristóvão de Aguiar [preposto de Martim, portanto]. (*Madre de Deus* 1953 : 87).

Erasmus Schetz teria comprado o engenho entre 1542 e 1548.

³¹ Segundo Stols, *na medida em que Erasmo Schetz ia se transformar num dos importantes financeiros de Carlos V, devia de preferência residir em Antuérpia e deixar seus negócios em Lisboa em mãos de feitores e servidores* (Stols 1973 : 20). Da mesma forma acontecera em relação ao trato de seu engenho no Brasil, ainda nas palavras do historiador: *uma das principais tarefas destes representantes era manter o contato com a propriedade em São Vicente comprada por Erasmo* (Stols 1973 : 21).

³² Em 1501, um feitor de Erasmo Schetz em Antuérpia se encarregava de receber *39 caixas de açúcar* (Stols 1973 : 19, *apud* R. Doeaerd, *Etudes Anversoises, Documents sur le commerce international à Anvers*, Paris, II, 1962-1963 : 158). Stols informa que *a primeira menção de açúcar brasileiro em Antuérpia data de 1519, quando esta mercadoria figura numa tarifa alfandegária.* (Stols 1973 : 21, *apud* W. S. Unger, *De tol van Iersekerdord*, in *Rijks Geschiedkundige Publicatiën*, Kleine Série, XXIX, Haia, 1939, 96)

³³ Segundo Paul Meurs:

[Erasmus] Schetz herdou da mãe (Kranz) minas de cobre na Renânia. Da madrastra (Kelmis, La Calamine) obteve participação na mina de Galeiberg, ou Altenberg, fonte inesgotável de um silicato essencial para a produção do cobre amarelo. Eventualmente, o padraço, van Richtergem, fê-lo sucessor no bem sucedido comércio de especiarias portuguesas. Nessa época o cobre era um dos principais artigos de exportação para Portugal. Era usado no comércio com a Índia e a Guiné – braceletes, ornamentos para as pernas e pescoço em troca de pimenta. A riqueza com o cobre fez de Schetz banqueiro, ligado a muitas diferentes empresas.

In [http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq070/arq070_03.asp], acessado em janeiro de 2007.

³⁴ Segundo Ridder:

La sucrerie de St. Vincent prospéra; pendant longtemps ses produits arrivèrent régulièrement dans notre port et alimentèrent les raffineries locales (AN 1914 : 32). Confronte a nota 35.

³⁵ É a ampliação do consumo do açúcar entre a população urbana europeia que sustentou esse comércio – de lucro certo tanto para os senhores de engenho quanto para os refinadores – e, por extensão, as demais atividades mercantis que giravam em torno desse produto manufaturado, como fora a escravatura. A instalação de novos engenhos no Brasil, sobretudo nas capitanias nordestinas, resultou da ampliação dos mercados urbanos na Europa, que por sua vez, foi provocada pelo grande movimento econômico de trânsito mundial, ensaiando-se nele as relações de produção chamadas mais tarde de capitalistas.

³⁶ O Senhorio de Grobbendonk – hoje, uma pequena cidade das campinas flamengas – permaneceria na família Schetz / Ursel até 1726.

³⁷ Além de Grobbendonk, os Schetz possuíam os senhorios de Heist, Hingene, Hoboken e Nossegem. (Stols 2000)

³⁸ *A estada de Erasmo [Schetz] em Lisboa é também atestada através de sua correspondência com o grande Erasmo de Roterdão. Chegou a conversar com o próprio dom Manuel e daí recomendou a Erasmo de Roterdão dedicar uma de suas obras ao rei de Portugal.* (Stols 1973 : 20)

³⁹ Vejamos as observações de Stols:

En general las relaciones entre los mercaderes y los humanistas se estrechaban por aquella época [início séc. XVI] por motivos muy diversos. La desmoralización del comercio marítimo en medio de la creciente piratería y la búsqueda de la justificación y respetabilidad de sus actividades financieras discutibles o sospechosas parecían preocupar sinceramente a algunos mercaderes. Otros procuraban apenas distinguirse por estas amistades prestigiosas o procuraban buenos tutores o profesores para la educación de sus hijos. Por su parte, los humanistas necesitaban subsidios financieros y podían utilizar la red de relaciones y comunicaciones de los mercaderes. (...) [Erasmo de Rotterdam] no fue el único humanista o intelectual en disfrazar (...) sus necesidades pecuniarias. En el mismo sentido de una falsa despreocupación por el dinero apunta su correspondencia con Erasmo Schetz, iniciada a partir de 1525 y de la cual se conservaron 70 cartas. (Stols 2000 : 40-41)

⁴⁰ *Los tres hijos mayores de Erasmo fueron bautizados con los nombres de pila de Gaspar, Melchior y Baltasar. Esta invocación de los tres reyes magos, muy populares en la iconografía de aquella época, se estableció como una tradición en otras familias amberenses y parecía anunciar una forma de identificación con la monarquía universal cristiana, proyectando a Amberes como su centro mercantil.* (Stols 2000 : 30)

⁴¹ A empresa *Erasmus Schetz ende Sonen* (*Erasmos Schetz e Filhos*) seria re-nomeada para *Gaspar Schetz et Frères* (Gaspar Schetz e Irmãos). (AN 1914 : 31)

⁴² Microfilme do CAPH - Centro de Apoio à Pesquisa Histórica da USP: *Engenho São Jorge dos Erasmos – Archives du Royaume Belge – Fundo Ursel – Arquivo Particular do Duque d’Ursel*. Os volumes compreendem documentos de 1548 a 1804. Referência 475 e 889 (duas bobinas de negativos).

⁴³ Compreendem principalmente: de início, os próprios relatos quinhentistas de Hans Staden e Ulrich Schmidel; em fins dos setecentos, as Memórias... de Frei Gaspar da Madre de Deus; e no início dos novecentos, a publicação do Arquivo Nacional, através de A. Furtado, de 11 documentos relacionados ao Engenho dos Erasmos.

⁴⁴ Copiado do fac-símile no livro do *Centenário do Venerável Joseph de Anchieta*, Paris-Lisboa, 1900.

⁴⁵ Os engenhos eram autorizados a comerciar com os índios...

...e assim ordenareis que nas ditas vilas e povoações se faça em um dia de cada semana, ou mais se vos parecer necessário, feira a que os gentios possam vir vender o que tiverem, e quiserem e comprar o que houverem mister; e assim ordenareis que os cristãos não vão às aldeias dos gentios a tratar com eles salvo os senhorios e gente dos engenhos porque estes poderão em todo o tempo tratar com os gentios das aldeias que estiverem nas terras e limites dos ditos engenhos, e parecendo-vos que fará inconveniente poderem todos os de cada engenho ter liberdade para tratar com os ditos gentios segundo forma deste capítulo e que será melhor ordenar-se que uma só pessoa em cada engenho o faça, assim se fará. (Regimento 1548)

⁴⁶ Sobre esta residência, diria Stols:

La riqueza de los Schetz les permitió marcar su presencia en la ciudad de Amberes a través de casas y construcciones prestigiosas. Erasmo reconstruyó la casa de su suegro, Huis van Aken, la Casa de Aquisgrán, en que Carlos V, la gobernadora María de Hungría y el heredero Felipe se hospedaron durante tres semanas en 1549. (Stols 2000 : 32)

⁴⁷ Antes, a igreja fora a primeira a ser dedicada a Ignácio de Lloyola, recém canonizado em 1622, o fundador da *Companhia de Jesus* em 1540.

⁴⁸ Desde a década de 1560, a metrópole flamenga já era um reduto de calvinistas: sua fúria iconoclasta assaltara a cidade em 1566.

⁴⁹ Um memorial, redigido em 1591 para o jesuíta Fernão Cardim, escreveram os filhos herdeiros de Gaspar Schetz: (...) *toda la major parte de la hacjenda que nos dexo aca esta ruynada, hemos sido forçados por sostentar nos y pagar los acercadores del dho ñro padre defunto de dar procura sobre ger.mo maya para vender dhõ Ingenio con Instruction particular (...).* (AN 1914 : 11)

⁵⁰ No mesmo documento referido pela nota anterior, resumiriam os herdeiros os problemas com os feitores enviados por seu pai: (...) *o senhor de grobbendonck mandou a Brasil hum italiano por nome João Baptista maglio como feitor de sua fazenda ao qual despois por elle buscar seu proueito propio, tomou [Gaspar Schetz] este cargo e o deou a Paulo de veras [Paulo Werner], mandando ao ditto Italiano que desse conta da fazenda seu officio despois [os sócios do engenho] tomarão tambem este cargo a Paulo veras por certas rasoens e derão a Jeronymo Maya o qual tambem não satisfez o seu cargo como se declara largamente neste escrito.* (AN 1914 : 12)

⁵¹ Quinze dias depois, o capitão-mor despachara nestes termos:

Resposta q~ dou a este requerimento q~ me ora faze~ os sres oficiaes das câmaras destas villas digo q~ he neceso q~ suas mercês se ajunten en hu dos lugares aonde he custume pera se praticar e tratarmos sobre as cousas desta guerra q~ elles requiere (...). (ACVSP 1914 Vol. 1 : 278)

⁵² (...) *requeremos ao s^{or} capitão da parte de deus e de sua mage q~ sua merce con a gente desta dita capit^a faca guerra campal aos índios nomeados carijós os quaes a ten a m^{tos} anos merecida por terem mortos de quare~ta anos a esta parte mays de cento e cinq^{ta} homes brancos assi portugueses como espanhóis atee matare~ padres da companhia de jesùs (...).* (ACVSP 1914 Vol. 1 : 276)

⁵³ Tres^{lo} de h~u requerim^{to} f^o pellos oficiaes das câmaras desta capit^a de sam v^{te} ao capit^{on} Jer^o leitão e asi o tres^{lo} dos assentos e capitulações q~ con elle concluirão sobre a entrada q~ ora se a de fazer ao gentio do sertão.

(...) lhe requeremos da parte de deus e de sua mage q~ ouvida a grande necessidade en que esta terra esta a qual he q~ esta terra perece e esta en m^{to} risco de se despovoar mais do q~ nunca esteve e se despova cada dia por causa dos moradores e povoadores della não terem escravidão do gentio desta terra como tiverão e con q~ sempre se servirão e isto per rezão de m^{tas} doenças e enfermidades q~ na terra avia como he de camaras de sangue e outras doenças de que são mortas nesta capt^a de seis anos a esta parte mais de duas mill pessoas digo pecas de escravos con as quaes esta terra era enobrecida e os moradores se sustentavão e fazião suas fazendas de que pagavão dizemos a deus e a sua magestade e se sustentavão honradamente e se fazia m^{to} asuq^o o

q̃ agora não hay morador q̃ tão som^{te} posa fazer rocas p^a se sustentar quanto mays fazer canaveais os quais deixão todos perder a mingoa de escraveria e a terra vay em tanta deminuição q̃ já se não acha mantime^{to} a comprar o q̃ nunca ouve ate agora e isto tudo por causa de os moradores não terem escraveria com que prantar e beneficiar suas faz^{das} como sohião fazer (...). (ACVSP 1914 Vol. 1 : 275-276)

⁵⁴ *Memorie voer Sr. Goossens – herr Erasmus Schets, ridder heer van grobendoncq overleden, heeft vercregen omtrent den jare 1540 sekere landen ende een ingenio int eylant van brasil capitania van St Vincenten ende derby sekere nomer van slaven ende huysingen daeruit alle jaere placht te trecken sekere quantiteyt van arobas van suycker daer wasschinder (...) en ende wort daer genoemd dingenio de los erasmos oft de los esquettes hetselve is naar syn aftlyvicheyt gecomen op syne soenen en besunder op wylen heer gaspar schets heer van grobendoncq ende nu op ons syne soenen dit goet is gegoverneert geweest over 36 jaars van G.o batta Maglio ende daarnaar by paulo werner die daar niet wel mede heeft geleeft soedat (...) ons het goet heel verleed heeft dat wij ons resolveerden te vercoepen. (Laga 1963 : 26)*

⁵⁵ *O aldeamento proporcionaria uma estrutura de base para a reprodução da força de trabalho, preservando-se algumas características da organização social pré-colonial – tais como a moradia, a roça, a família e mesmo a estrutura política –, modificadas, é claro, pelo projeto cultural dos jesuítas. (Monteiro 1995 : 44)*

⁵⁶ *O sitio ao qual o historiador setecentista se refere é o lugar chamado, ainda hoje de maneira equivocada, Porto das Naus. Sitio arqueológico quinhentista abandonado, suas ruínas estão próximas da Ponte Pênsil de São Vicente, na terra firme. Frei Gaspar se referiu ao erro de toponímia dessa maneira: ainda teimam os moradores desta Vila, que todos os navios, antigamente, entravam pela sua barra e davam fundo no porto de Tumiaru: confirmam esta notícia, mostrando da outra banda, na terra firme, os alicerces de um edificio a que chamam Trapiche Velho; e que dizem que este era a casa da Alfândega, onde se despachavam as cargas das embarcações. Eu, antes de descobrir o documento [termo de 14 de agosto de 1580 dando a licença para a construção do trapiche] (...) já duvidava muito de que a Alfândega tivesse existido tão longe da Vila, e aleem do rio, cujo trânsito é perigoso quando venta. Ao depois, averigüei que os antigos chamavam Trapiches às casas onde se faz açúcar, e, outrossim, que as ruínas são de um engenho que ali teve Jerônimo Leitão. (Madre de Deus 1953 : 48)*

⁵⁷ *Revoltados com o obstáculo jesuítico, um grupo de significativo de colonos emitia perante a Câmara, em 1612, uma dura crítica aos aldeamentos. O problema de base, reclamavam, residia na falta de confiabilidade da mão-de-obra dos aldeados. A maioria dos índios recusava-se a trabalhar para os colonos, e mesmo aqueles que aceitavam não respeitavam as condições de pagamento, voltando para o aldeamento assim que recebiam seus vencimentos (metade dos quais depositada antecipadamente), sem cumprir os serviços satisfatoriamente. Os colonos atribuíam essa resistência ao controle absoluto exercido pelos jesuítas. (Monteiro 1995 : 46)*

⁵⁸ *East and West indian Mirror, being an Account of Joris van Speilbergen's Voyage Around the World (1614-1617).*

⁵⁹ *A Ermida não seria mais devotada a São Jorge? Provável engano da informação dada aos invasores?*

II

BREVES APONTAMENTOS EM TORNO DA ARQUEOLOGIA DOS ERASMOS

Em fins do século XVI, a decadência da produção de açúcar na Capitania de São Vicente foi aprofundada pela falta de escravos, ao passo que a produção nordestina se ampliava cada vez mais: o excelente clima, a extensão de terras propícias ao cultivo, a alta produtividade e a menor distância para se navegar até Lisboa foram fatores decisivos para a região se consolidar como a maior produtora de açúcar no período colonial do Brasil.

Entretanto, nos anos iniciais de implantação das vilas na Ilha de São Vicente, a expectativa de lucro com a venda do açúcar nos mercados de Lisboa e Antuérpia justificou os recursos despendidos, que estavam alocados principalmente na instalação das próprias manufaturas, na aquisição da mão-de-obra escrava, mas também, nas estruturas relacionadas à defesa. Os custos para os que investiram na colonização foram, portanto, elevados. No primeiro século da colônia, os rendimentos da venda da produção (excetuando-se os direitos do rei) ficaram concentrados sobretudo nas mãos dos respectivos *armadores*¹ e senhores de engenho. Como aponta o professor Nestor Goulart Reis...

...não tendo que efetuar pagamentos de salários à maior parte da mão-de-obra e resolvendo internamente grande parte dos problemas de produção, apenas uma parcela muito pequena da renda iria para fora dos engenhos.
(Reis 2000 : 33)

Dessa maneira, havia pouco estímulo ao desenvolvimento de funções tipicamente urbanas, como o comércio e serviços.

Somente em meados do século XVII, a partir da política de centralização promovida pela Coroa, surgiu nos centros urbanos...

...uma camada de administradores civis e militares, que vinha substituir com caráter profissional os chefes locais. Garantia-se uma diminuição da dependência em que viviam os centros, mesmo os mais importantes, do meio rural e da classe dos senhores de terra, provocando indiretamente o aumento da população urbana fixa, cujas trocas eram realizadas basicamente em moeda, influenciando portanto na própria economia urbana. (Reis 2000 : 53)

Com exceção das três cidades coloniais fundadas no século XVI no Brasil – Salvador da Bahia de Todos os Santos (1549), São Sebastião do Rio de Janeiro (1565) e Filipéia de Ns^a. Sr^a. das Neves da Paraíba (1585, sob a *União Ibérica*) – onde as funções urbanas estariam relativamente mais ativas, a disponibilidade de serviços e bens de consumo diversos nas vilas existentes ainda era tímida, pois nelas muito pouco se trocava e não se beneficiava o produto dos engenhos nos incipientes núcleos urbanos.

Imagem da Vila de Santos em torno de 1765 - 1775, período de retomada do desenvolvimento econômico a partir da exportação do açúcar produzido na região de Itu.

A manufatura do açúcar se consistiu, desde cedo, como unidade produtora praticamente auto-suficiente e boa parte dos ofícios demandados pela produção – como a carpintaria, ferraria e olaria, por exemplo – estava presente nos engenhos.

Por isso, o desenvolvimento de uma economia urbana esteve relativamente interdito nos primeiros tempos da colônia, quando a população das vilas atendeu principalmente as demandas da produção rural.

Porém, os investimentos realizados para se explorar uma região estratégica como o *Lagamar Santista* mantiveram ainda uma certa dinâmica urbana, principalmente devido ao movimento portuário em Santos, pois a *Baía de São Vicente* era frequentemente procurada por navios estrangeiros, mesmo após a decadência da produção açucareira na Capitania, suplantada pela produção dos engenhos nordestinos².

RECINTOS FORTIFICADOS

Nos anos que se seguiram à fundação das vilas na Ilha de São Vicente, a contínua presença de navios franceses no litoral era motivo de grande preocupação para os colonos. Em 12 de maio de 1548, Luis de Góis³ escreveu da Vila de Santos para D. João III uma carta, na qual alertava o monarca português dos riscos de se perder tudo o que até então tinha sido investido na colônia, por conta da exploração francesa na região, pois havia *muita fazenda que nela se pode perder afora muita que he gastada asi por nos que a povoamos como por muitos que ajudaram a povoar* (AESP 1929 Vol. 48 : 11). Segundo esta fonte quinhentista, existiam seis engenhos a moer canas na Capitania, *de escravaria, mais de três mil.* (AESP 1929 Vol. 48 : 12)

De fato, além da proximidade dos franceses, o panorama era ainda agravado pela ameaça dos sucessivos recontros com os índios⁴, mas também por um perigo muito mais próximo, representado pelos próprios colonos⁵...

...porque tam sem medo roubão os portugueses a terra, e mais que os francezes, porque já não ha Capitania que não seja roubada e alevantada por elles, e a sua cauza, as que se perderam sam perdidas, e esta estaa para se perder e antes que mais se perca, socorra vossa Alteza, e com braço forte, que tudo se ha mester. (AESP 1929 Vol. 48 : 10)

Ao reclamar maior suporte e apoio do reino para se manter a posse das terras em conquista, o breve cenário redigido nesse manuscrito expõe o limite da situação, pouco tempo depois de implantadas as primeiras vilas litorâneas na Capitania de São Vicente.

Em dezembro do mesmo ano, o Governo Geral do Brasil foi criado; e, no ano seguinte, fundou-se a primeira cidade colonial brasileira, Salvador, sede do novo governo.

Imagens da Cidade de Salvador, por volta de 1714. Na vista, a partir da baía de Todos os Santos, vê-se a Cidade Baixa em expansão, fora dos muros. No plano urbano, a muralha de taipa de pilão a envolver a cidade.

Recife por volta de 1630, sob o domínio holandês: vila envolvida por estacada.

Neste mesmo ano vieram na armada de Tomé de Sousa os primeiros jesuítas sob a direção de Manoel da Nóbrega, que instaurou as atividades da *Companhia* no Brasil, constituindo-se um *contra-ponto* na sujeição dos povos nativos no processo de formação da colônia.

Iniciava-se um período de crescente centralização do poder, que levou às disposições econômicas restritivas, impostas pela metrópole a partir de meados do século XVII, quando a economia urbana se animou na colônia⁶.

Primeiro governador geral do Brasil, Tomé de Sousa deu suporte a ação colonizadora, regulando-a através de nova política que disciplinava a exploração colonial do território, em proveito dos senhorios, da produção de seus engenhos e das provedorias da fazenda real. As capitanias, através de suas câmaras, passaram a ser então subordinadas ao Governo Geral recém instalado em Salvador. Procurou-se, desta forma, corrigir excessos de autonomia nas capitanias, reorientando-se suas atribuições⁷: *grosso modo*, ordenar a exploração econômica do território e consolidar a sua posse.

A cidade de Salvador foi implantada como modelo⁸ urbano na colônia, e todos os núcleos deveriam se proteger intra-muros e estacadas⁹, nos termos do Regimento...

...de valos e madeira ou taipal como melhor parecer, em que a gente possa estar agasalhada e segura.

Com a instauração do Governo Geral no Brasil, a defesa passava a ser um dever dos colonos; e sua falta, punida por pesada multa¹⁰. O regimento de 1548 em posse de Tomé de Sousa exigiu dos capitães, senhorios e moradores, certos procedimentos...

...porque para defesa das fortalezas e povoações das ditas terras do Brasil é necessário haver nelas artilharia e munições e armas ofensivas e defensivas para sua segurança hei por bem e mando que os capitães das capitanias da dita terra e senhorios dos engenhos e moradores da terra tenham artilharia e armas seguintes a saber cada capitão em sua capitania será obrigado a ter ao menos dois facões e seis berços e vinte arcabuzes ou espingardas e pólvora para isso necessária e vinte bestas e vinte lanças ou chuças e quarenta espadas e quarenta corpos de armas de algodão das que na dita terra do Brasil se costumam.

A estrutura fortificada do edifício: imagens da Casa-grande do Engenho Megaípe, em Muribeca, Pernambuco. Importante remanescente do século XVII, a casa foi dinamitada no século XX quando o dono soube do interesse do Patrimônio por seu tombamento... Restaram as velhas fotografias.

Por sua vez...

...todo morador das ditas terras do Brasil que nelas tiver casas, terras ou águas ou navio terá ao menos bestas, espingarda, espada, lança ou chuça.

Quanto aos grandes proprietários...

...os senhorios dos engenhos e fazendas que por este regimento não de ter torres ou casas fortes terão ao menos quatro berços e dez espingardas com a pólvora necessária e dez bestas e vinte espadas e dez lanças ou chuças e vinte corpos de armas de algodão.

Esses trechos mostram a preocupação em se manter um patrimônio recém constituído pelos colonos, nos termos expressos na carta de Luis de Goés. Vimos antes que os engenhos de açúcar tiveram investidos recursos de vulto: sua importância – posto que era através das *linhas de produção* que se realizava a principal atividade econômica da colônia – requeria assim uma arquitetura fortificada, robusta, qualidades expressamente determinadas pela Coroa. Vejam a correspondência em relação ao armamento: cada engenho deveria possuir, pelo menos, a metade das armas exigidas de cada capitão-mor nas respectivas capitanias, incluindo-se *berços*, pequenos canhões de curto alcance.

As vilas, cidades e engenhos teriam, portanto, que fortificar seus respectivos recintos¹¹. A construção dos engenhos se apropriou de soluções vindas da arquitetura militar, a partir da larga experiência defensiva ibérica – em parte ampliada pela influência árabe – exemplificada nos fortes e castelos medievais levantados na península e, durante a expansão ultramarina de Portugal, erigidos nas novas possessões conquistadas.

A construção de muros e cercas para se conformar um recinto urbano fortificado era, portanto, instrumento essencial no processo de colonização.

A LINHA DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL PREFIGURADA NOS ENGENHOS

O Regimento de 1548 exigiu dos capitães a observância da situação geográfica na escolha dos sítios, tanto para a implantação dos núcleos urbanos, quanto à instalação dos engenhos.

As manufaturas deveriam ser instaladas não muito distantes dos núcleos urbanos...

...porque se segue muito prejuízo de as fazendas e engenhos e povoações deles se fazerem longe das vilas de que hão de ser favorecidos e ajudados quando disso houver necessidade, ordenareis que daqui em diante se façam o mais perto das ditas vilas que puder ser e aos que vos parecer que estão longe ordenareis que se fortifiquem de maneira que se possam bem defender quando cumprir.

Para a instalação dos engenhos, era determinante a relação dos respectivos sítios com os recursos do entorno; entre esses, a água consistia-se em recurso fundamental, principalmente enquanto força motriz para girar o motor dos engenhos propriamente ditos; e seu usufruto seria regrado nas *datas de terras* aos colonos que possuíssem *cabedais* para tanto...

...as águas das ribeiras que estiverem dentro no dito termo em que houver disposição para se poderem fazer engenhos de açúcar ou de outras quaisquer coisas dareis de sesmaria livremente sem foro algum e as que derdes para engenhos de açúcar será a pessoas que tenham possibilidade para os poderem fazer dentro no tempo que lhe limitardes (...). Se as pessoas a que foram dadas algumas águas no dito termo (...) quiserem fazer obrigação de as tomar com as condições e da maneira que acima é declarado lhas dareis.

Apesar da transformação urbana, a paisagem local onde se insere o monumento quinhentista, ainda pode ser considerada como uma paisagem histórica na zona noroeste de Santos, como veremos no próximo capítulo.

Desenho de Frans Post para um engenho nordestino movido por roda d'água.

De fato, o *Engenho dos Erasmos* foi instalado em um sítio propício à produção do açúcar em escala comercial. O lugar escolhido apresentava todos os atributos necessários ao seu funcionamento e construção, principalmente a proximidade da água, recurso em abundância disponível tanto para se mover o motor da moenda, quanto para o transporte de cargas entre o *Engenho* e o porto, pois o próprio rio São Jorge serviu como via principal para isto.

Fonte: Geraldo Gomes

Acima, o chamado Engenho d'Água, em Ilha Bela, São Paulo. Abaixo, Capela e Casa-Grande do Engenho Poço Comprido, em Vicência, Pernambuco. Ambos do século XVIII e de partido semelhante: os edifícios se desenvolvem sobre um eixo principal, definindo pelo comprimento. Em conjunto, as estruturas evidenciadas no sítio arqueológico dos Erasmos se mostram com este tipo de desenvolvimento.

Fonte: Geraldo Gomes

Das matas próximas, foram extraídas as distintas madeiras para todo tipo de construção e serviço dos *Erasmos*: telhados, vigas, pilares e pisos; caixas para os lotes de açúcar lá produzidos; lenha, carvão e cinzas utilizadas durante o cozimento do caldo de cana; toras para canoas e reparos de pequenas embarcações.

Dos afloramentos à vista, retiraram-se as pedras para as estruturas dos edifícios. Do provável sambaqui ali existente, montes de conchas foram resolvidos em cal¹² para a argamassa das alvenarias.

As terras deram a argila o fabrico das fôrmas dos pães de açúcar e telhas na olaria, terras que, devassadas em extensão, receberam as mudas de cana, transformando-se o que antes era mata em canaviais.

Das manufaturas instaladas na Capitania de São Vicente, entre as que possuíam a moenda acionada pelo giro da roda d'água, o *Engenho São Jorge dos Erasmos*, segundo referências textuais, foi o melhor conjunto então construído.

Por sua vez, estava correlato a um partido arquitetônico comum entre os engenhos quinhentistas, o qual articulava os espaços de *vivenda* e de *produção* do engenho em um único complexo de *casas*¹³.

Em tempo, sobre os conceitos de programa e partido aqui usados, buscamos os fundamentos expressos pelo arquiteto e urbanista Lúcio Costa, essenciais para se dirigir estudos de arquitetura.

Em suas palavras...

...importa ter primeiro em vista, além das imposições do meio físico e social, consideradas no seu sentido mais amplo, o 'programa', isto é, quais as finalidades dela e as necessidades de natureza funcional a satisfazer; em seguida, a 'técnica', quer dizer, os materiais e o sistema de construção adotados; depois, o 'partido', ou seja, de que maneira, com a utilização dessa técnica, foram traduzidas, em termos de arquitetura, as determinações daquele programa. (Costa 1978 : 17)

O programa traduzido pelo partido *compacto* das primeiras manufaturas de açúcar, *grosso modo*, compreendia as principais funções do modo de vida e produção no engenho: a chamada *casa grande*, morada da família do senhor, ou de seus feitores, como foi nos *Erasmos*; um pequeno templo católico, isto é, uma ermida, pois, distante da vila, atendia as demandas religiosas da família do senhor, feitores e moradores vizinhos; as *casas* relativas à produção do engenho, consistindo as áreas funcionais da *linha de produção* instalada e demais áreas correlatas, como as oficinas – a ferraria, a olaria, a carpintaria – e, claro, a senzala.

Dois importantes registros – posto que foram redigidos por testemunhas oculares, em momentos contrastantes de sua história – ao descreverem o *Engenho*, confirmam o que os remanescentes revelam hoje, mesmo depois do total abandono verificado no século XX, a qualidade de sua construção em *pedra e cal*.

O primeiro registro se encontra no manuscrito que serviu de *base* para as atividades desenvolvidas durante a Oficina de Vídeo, como se verá depois no próximo capítulo.

Trata-se do terceiro documento de 1548 aqui citado, a melhor descrição, até o presente conhecida, sobre os *Erasmos*: o relatório, anônimo e incompleto, fornece um panorama da situação do *Engenho* naquele ano.

Texto redigido em flamengo por um preposto enviado a São Vicente pelos Schetz, documento estudado e traduzido para o português pelo historiador belga Eddy Stols¹⁴.

Diz o excerto:

Quanto ao casario todo ele que temos aqui é muito bom e forte para os contrários. Porque Pedro Rouzée fez muito, a saber, uma casa muito grande de 6 lanços e uma senzala com uma ferraria, todas providas de baluartes, e ainda duas casas cobertas de telhas, e muito boas e fortes, tais como fez Brás de Rocha. Todas estas casas se erguem numa altura e todas juntas e próximas de maneira que nenhuma fazenda seja tão forte para os contrários, nem tenha melhores casas em todos estes engenhos. Daí que se pode defendê-lo facilmente com 3 ou 4 berços. Pois este feitor ordenou bem. (Stols 1968 : 416)

Imagem: Othar Periférico

Pelo exposto, o feitor flamengo dos Schetz ampliou a estrutura já existente, provendo com baluartes algumas das novas áreas por ele construídas, mantendo-se assim o conjunto fortificado, pois antes, sendo engenho do próprio donatário da capitania, as construções originais¹⁵ certamente foram bem executadas, incorporando na estrutura certas soluções arquitetônicas de cunho defensivo, como as chamadas *seteiras*, por exemplo.

A par do abandono, de um lado, e do tombamento, por outro, a própria existência das ruínas se explica, em parte, pela excelência técnica de sua construção; e, nesse sentido, a sumária descrição do *Engenho* encontrada no já citado relato seiscentista de Spilbergen – *o dito moinho era comprido, forte, bem construído* – acorda com o que foi descrito, seis décadas antes, no relatório flamengo de 1548.

O conjunto impressionava por seu porte, enfim, pela estrutura bem edificada.

Porém, nos tempos de seu abandono, muito se perdeu. A destruição de vestígios dificulta os estudos arqueológicos para se elucidar a instalação dos equipamentos nas suas áreas funcionais, etc. O entorno arrasado em fins dos anos 1980, como veremos, subtraiu muito do que porventura um dia existiu próximo às ruínas do velho *Engenho*.

Em relação às outras construções mencionadas no relatório de 1548 – a *casa grande de 6 lanços*, a *senzala com uma ferraria*, as *duas casas cobertas de telhas* – o estado atual dos estudos não possibilita maiores progressos e tais referências permanecem silenciadas no sítio arqueológico, talvez por terem desaparecido por completo.

Croquis de estudo das ruínas do Engenho dos Erasmos por mim realizados com base nas fontes manuscritas e arqueológicas.

Porém, sabemos que foram todas elas construções anteriores ao novo engenho que se levantou, como esclarece o manuscrito quinhentista:

Quanto ao [primeiro] engenho, é velho e está para cair e deve ser refeito neste primeiro ano. A roda está para cair, fica arriada demais e a água submerge-a, pois a maré entra às vezes na levada, o que dá grande impedimento para a moagem. Daí que deve ser mudado para cima e deve ser feito um bom que ficará na descida da colina. O feitor não pode começar antes de receber notícias de vocês para ver como estão. Pois custará muito e deve ser feito de taipa, porque é obra eterna. O velho engenho custou este ano de feitiço e de reparação mais de cem cruzados, porque estava todo destruído e foi todo recoberto de palha. Este ano deu grande azar nos eixos, pois três foram refeitos na moagem, isso porque os agulhões não suportavam. (Stols 1968 : 417)

O excerto acima traz informações relevantes para a arqueologia dos *Erasmos*.

Em maio de 1548, encontrava-se quebrado o motor do engenho: a *roda d'água*. A própria moenda estava destruída, pois tinha sido reparada neste mesmo ano. Sua primeira instalação se deu em área eventualmente inundável, prejudicando toda a operação de moagem, pois a maré, através da *levada*, chegava a submergir a roda.

O texto é explícito quanto ao novo lugar para se instalar o engenho: *na descida da colina*. Esta indicação é fundamental para se proceder os estudos sobre a área de moagem nas ruínas, ponto crucial para se inferir sobre as demais áreas funcionais do complexo e a circulação entre elas: o *Morro da Caneleira* é a colina mencionada no documento.

Esse trecho provoca, portanto, algumas questões.

A controversa introdução no Brasil da moenda de entrosas, com seus três rolos verticais, segundo o estudo de Ruy Gama, situou-se no início do século XVII. Ora, a breve descrição da velha moenda no relatório quinhentista corresponde aquele tipo.

Este documento, entretanto, não foi considerado pelo professor em sua obra fundamental de referência, e tampouco por outros autores ali citados: o *Engenho dos Erasmos*, antes de 1548, já teria incorporado o novo tipo de moenda, mais eficaz por aumentar o rendimento da moagem, extraíndo-se mais caldo pelo repasse da cana entre os rolos verticais¹⁶.

Se é certo que a palavra *engenho* usada no relatório correspondia apenas ao conjunto da *máquina* moenda e seu *motor* roda d'água, a área mais próxima da colina, onde se situa o chamado *Pavilhão*, poderia ser considerada como local da nova instalação?

E ainda, o primeiro engenho instalado, com sua *levada* sob a influência da maré alta, deveria ter próximo de si as demais *casas* para se conformar uma *linha de produção*: seria então todo o conjunto elevado das ruínas posterior a maio de 1548?

Por enquanto, as respostas esperam pela continuidade dos trabalhos arqueológicos no sítio...

A manufatura do açúcar – assim como outras manufaturas contemporâneas¹⁷ – *grosso modo*, caracteriza-se pela divisão do trabalho na oficina e pelo fluxo contínuo da produção.

Em outras palavras, a combinação de etapas seqüenciais, cada qual com suas respectivas atividades, executadas por grupos definidos de trabalhadores, prefigura a produção de tipo industrial, onde a mercadoria produzida não é mais fruto do trabalho individual, mas sim o resultado do trabalho coletivo: na manufatura há uma concentração de trabalhadores, porém divididos em funções específicas, mas interdependentes...

...é por essa dependência entre as atividades e os trabalhadores entre si que de cada um é exigido o emprego do tempo estritamente necessário à sua função. A manufatura obtém assim além da continuidade já mencionada, uniformidade, regularidade, ordenamento e intensidade não conhecidas pelo trabalho artesanal indiviso. (Gama 1983 : 57)

Com essa divisão, reduz-se a extensão do trabalho e cada trabalhador terá, portanto, diante de si, apenas uma parte do todo, uma mesma atividade a ser executada, repetindo-a para prover um fluxo contínuo, pois a próxima etapa da seqüência produtiva só se iniciará quando a anterior for concluída.

Posto isso, a arquitetura ideal à instalação da manufatura – dita orgânica, em série – demanda que as atividades relativas a cada etapa do processo ocupem áreas entre si adjacentes, daí as expressões *linha de montagem*, *linha de produção*.

Nas palavras de Ruy Gama:

As operações parciais, sucessivas no tempo, devem também ser desenvolvidas em espaços contíguos. Com isso, a manufatura obtém maiores quantidades de mercadoria no mesmo lapso de tempo. A divisão do trabalho, ao decompô-lo em partes que podem ser executadas ao mesmo tempo, também leva a uma economia de tempo. (Gama 1983: 56)

Em resumo, referindo-se às *casas de engenho*...

...revelam-se extremamente adequadas às características da manufatura. À divisão do trabalho correspondem divisões claras do espaço construído. À continuidade (essencial à manufatura) corresponde a justaposição típica dos diversos espaços do engenho. A hierarquia e a disciplina de trabalho refletem-se tanto na planta das fábricas quanto no arranjo dos edifícios que compõem o conjunto maior do engenho: a fábrica, a casa-grande, a capela e a senzala. (Gama 1983 : 340)

A divisão do trabalho engendrada na produção do açúcar correspondia, basicamente, as seguintes etapas: a moagem das canas para se obter o caldo; o seu cozimento seqüencial em tachas de cobre, reduzindo e purificando o caldo até se atingir o *ponto*; a purga da *massa* produzida na cozinha em fôrmas até se atingir o *ponto* dos açúcares brutos (não-refinados), etapa que poderia durar mais de 45 dias, quando depois se retiravam os chamados pães de açúcar. Cada etapa acontecia em um determinado espaço e todos próximos nos primeiros engenhos¹⁸: a *casa* da moenda – o engenho – com seu motor acionado por fluxo de água; a *casa* das caldeiras – a cozinha – com suas tachas de cobre sobre fornalhas a aquecê-las para o cozimento do caldo; a *casa* de purgar, com suas fôrmas, dentro das quais se formavam os pães de açúcar.

Grosso modo, antes e depois desta seqüência resumida – onde se concentram as etapas de produção do açúcar – compreende-se: o corte dos canaviais, o transporte até o engenho, a preparação da cana; e a quebra dos pães de açúcar, a repartição dos açúcares no balcão de mascavar, a secagem ao sol, a classificação, a pesagem e o encaixotamento dos lotes, separando-se a parcela do senhor do engenho e a dos lavradores que moíam ali suas canas.

O partido arquitetônico dos engenhos coloniais quinhentistas traduziu, portanto, a divisão do trabalho lá exercida, prefigurando-se na manufatura de açúcar a *linha de produção de tipo industrial*, que possibilitou atingir – sob o mesmo intervalo de tempo, na medida em que essa divisão propiciava gerar um fluxo produtivo contínuo – um volume maior de mercadoria produzida por mão-de-obra escrava em espaços adjacentes entre si, *consumindo-a* o repetitivo e intenso regime de trabalho.

Sobre o conjunto das ruínas evidenciadas no sítio arqueológico, confrontando-o com os estudos que abordam o provável partido dos primeiros engenhos, pode-se reconhecer na disposição dos remanescentes dos *Erasmos* no terreno que os sustenta, uma arquitetura que expressa esse partido comum: as ruínas estão compreendidas dentro de uma grande área retangular elevada em relação ao rio São Jorge, abrindo-se para visuais da paisagem a sua frente, o que favorecia a defesa do conjunto, por sua vez edificado sobre o comprido patamar que surge no sopé do Morro da Caneleira, resultante de deslizamentos.

Imagem: Othar Periférico

As pedras das estruturas foram todas retiradas das imediações. Os pedreiros aproveitaram também alguns matacões que afloram do colúvio formado nesse trecho em anfiteatro do Maciço da Ilha de São Vicente. Esse patamar natural, contudo, foi fortificado por muradas de arrimo e defesa, as quais, por sua vez, mantinham a estabilidade dos terraplenos. Há inclusive indícios de que os movimentos de terra, ali executados para se obter certos níveis de piso, revolveram um sambaqui preexistente (Morais 2003): vieram daí a própria matéria-prima utilizada na argamassa das grossas paredes de pedra.

O conjunto em ruínas está alinhado perpendicularmente em relação à vertente do morro e os fundos do *Pavilhão* estão muito próximos desta. A declividade da colina agiu a favor da máquina, quando *levado* um fluxo de água por desvio – a cachoeira existente, ou outra nascente morro acima, poderia ser o manancial – até desaguar em queda livre sobre o motor, que transmitia seu movimento a girar o eixo da moenda: daí o nome *levada* para o aqueduto ou canal que dirigia a água até a roda¹⁹.

A área do *Pavilhão* era, portanto, favorável a instalação de um engenho acionado por essa força motriz. Entretanto, havia outro problema: esse tipo de motor requer uma cavidade – o chamado *cavouco* – onde a parte inferior da roda se insere; e, naquela área, não há vestígio de sua presença. Duas outras áreas das ruínas possuem cavidades, mas, a finalidade delas permanece ainda desconhecida.

As obras para se levantar um novo engenho, conforme o relatório de 1548, valeram-se da implantação em terreno mais elevado, protegendo-se motor e máquina – roda d'água e moenda – do nível de enchentes do rio. Para tanto, uma nova *levada* deve ter sido construída.

Seguindo-se a lógica da *linha de produção*, em confronto com as referências do relatório de 1548 – apesar do estado preliminar dos estudos arqueológicos, mas, sobretudo, apesar da destruição nos anos 1980 de possíveis estruturas que ainda existiriam no entorno das ruínas – é possível inferir que o espaço útil desse patamar comportava todas as unidades funcionais que compõem a manufatura.

De fato, como observa o texto do relatório final sobre os trabalhos arqueológicos realizados em 2003 – coordenados pelo arqueólogo José Luiz de Moraes – no sítio dos Erasmos, estudos mais precisos dos vestígios arquitetônicos devem prosseguir.

As análises para a datação de amostras das argamassas das paredes, excetuando-se os vãos preenchidos por Luis Saia nos anos 1960, serão essenciais para se compreender parte dos problemas aqui colocados.

Outra importante contribuição viria por estudos comparativos de remanescentes arquitetônicos de outros engenhos quinhentistas – tanto no Brasil, quanto nas demais regiões produtoras de açúcar no século XVI – porém, tais evidências nos faltam.

A ERMIDA DE SÃO JORGE

Fora das vilas, em zona rural, os engenhos desde o início incluíram em seu programa arquitetônico o templo católico, possibilitando o culto familiar de quem lá vivia, e principalmente entre os moradores vizinhos, todos plantadores de cana, moída nas respectivas fábricas. Como outros, o *Engenho dos Erasmos* teve a sua capela ou ermida, propriamente dita. Nome a nosso ver mais apropriado, posto que sua etimologia compreende a perspectiva do território, por isso guardando em si a relação com o povoamento e exploração daquelas terras: *ermida*, capela fora do povoado, segundo o *Aurélio*.

Em 1585, como vimos no primeiro capítulo, aconteceu uma importante reunião na *Ermida de São Jorge dos Erasmos*, quando ali se decidiu iniciar uma guerra contra o *gentio*. A escolha do local não teria sido casual, por improviso. Tais reuniões aconteciam nos locais freqüentes para se tratar dos assuntos oficiais que envolviam a justiça colonial para decisões importantes, de acordo com a interpretação que se faziam das leis.

Nesse sentido, lembrando-se os interesses em jogo naquele momento – e os atores envolvidos – a *Ermida dos Erasmos* serviu de respaldo como local...

...q suas mercês se ajunten en hu dos lugares aonde he custume pera se praticar e tratarmos sobre as cousas desta guerra q~ elles require~ (...).
(ACVSP 1914 Vol. 1 : 278)

Não se sabe ainda a quais funções correspondiam certas estruturas evidenciadas no sítio arqueológico dos *Erasmos*. Por enquanto, pode-se dizer dos vestígios que resistiram alteados em relação ao rio, que apenas as estruturas na área chamada *capela* certamente serviram como tal²⁰.

Obseando-se a disposição em planta das ruínas nesta área do sítio, veremos que há correspondência com o partido de capelas coloniais ainda existentes no Brasil.

Por exemplo, filia-se ao mesmo partido arquitetônico da *Ermida de São Jorge dos Erasmos* as ruínas da *Igreja de Santo Amaro*, na *Ilha Guaíbe*²¹, construída pelo genovês Giuseppe Adorno, senhor do *Engenho São João*, em Santos: trata-se de outro importante remanescente na paisagem histórica regional abandonado sobre um terraço a frente do Canal da Bertioga.

Ruínas da Igreja de Santo Amaro do Guaíbe.

O seu entorno possui vestígios de grande interesse arqueológico, pois havia antes um velho povoado estabelecido nas áreas onde ocupam hoje algumas famílias.

Na verdade, trata-se de um grande sítio arqueológico inscrito na paisagem do Canal da Bertioga, posto que os remanescentes são encontrados, em extensão, por todo o percurso da trilha que leva ao *Forte de São Felipe*.

Voltando às ruínas dos *Erasmos*, vemos que o recinto do altar se conserva ainda delimitado pelos restos de três paredes, sendo duas laterais, e, a terceira, relativa aos fundos do pequeno templo, faz parte do restante do conjunto, posto que o comprimento da *Ermida* se desenvolve por um eixo transversal em relação àquele.

Imagem: Silvio Cordero

Ruínas da Ermida de São Jorge do Engenho dos Erasmos

Planta baixa adaptada dos levantamentos de 2003: nota-se o desaparecimento das paredes da Ermida, devido a provável movimentação do colúvio. (s/esc.)

Croquis de estudo das ruínas do Engenho dos Erasmos por mim realizados com base nas fontes manuscritas e arqueológicas.

Em uma das paredes laterais, existe um pequeno nicho para imagem. Duas *muretas* baixas estão dispostas de maneira a definir a entrada para o altar: interpondo-se entre este recinto e a nave, definem também a proporção destes dois espaços a conformar o pequeno templo. Entre estes dois anteparos baixos, situa-se o eixo central do comprimento da *Ermida*, pois, a partir da porta de entrada, passando-se pela nave, chega-se por entre as tais *muretas*, ao altar, em piso ligeiramente mais elevado.

Por fim, as escavações realizadas em 2003²² redescobriram o velho cemitério²³ do *Engenho*, sob a nave deste templo. Como se sabe, esta foi uma antiga prática de sepultamento, comum nas igrejas católicas. A datação de uma das amostras retiradas durante a escavação na *Ermida* confirma a morte do indivíduo em fins do século XVI.

O *livrete* de José Pedro Leite Cordeiro, intitulado *O Engenho de São Jorge dos Erasmos*, trouxe a primeira notícia publicada no século XX sobre a existência tanto desse cemitério, quanto das próprias ruínas do velho engenho quinhentista.

Vejamos esta breve, mas importante informação, escrita na última página:

O Engenho de S. Jorge dos Erasmos desapareceu batido pelo tempo. Atualmente, de seu opulento passado, só existem ruínas que constituem um dos mais interessantes monumentos evocativos da Capitania Vicentina. Quem hoje se acerca do local, onde se levantava imponente um dos primeiros engenhos de açúcar do Brasil, vibra de emoção, ao contemplar aquelas paredes seculares (...). No seu antigo cemitério quinhentista, em meio de pedras desmoronadas, por vezes afloram, ainda alvacentos, os ossos dos que lá repousam (...). (Cordeiro 1945 : 33)

Obra de 1945, sempre presente nas bibliografias de estudos relacionados aos assuntos do *Engenho*, mas nunca reconhecida por ser, talvez, a fonte que inspirou

uma estudante de história da USP a redescobrir os remanescentes dos *Erasmos*, no ermo daquelas paragens de Santos: Maria Regina da Cunha Rodrigues, em 1952, divulgou seus *achados* no jornal O Estado de São Paulo, iniciando-se aí um movimento que levou a inscrição do conjunto em ruínas no respectivo *livro de tombo* do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1963.

DESENHOS MÍNIMOS

Os vestígios arquitetônicos quinhentistas permitem verificar que, nos principais núcleos implantados no Brasil a partir desse período, as determinações de ordem física relativas ao problema da defesa, expostas no regimento de 1548, foram construídas.

Na escala da paisagem dão ainda seu testemunho as fortalezas quinhentistas. Sob as cidades de hoje, algumas evidências da malha urbana original ainda podem ser reconhecidas, apesar da perda de referências históricas essenciais durante a evolução urbana no Brasil, como a demolição das estruturas perimetrais que resguardavam as vilas e cidades da colônia.

Entretanto, as fontes iconográficas, ao seu modo, preservaram certos indícios: sabemos que as duas vilas da Ilha de São Vicente estiveram envolvidas por paliçadas. Assim também se procedeu em Olinda e Recife.

Já em Salvador, a Cidade Alta estava abrigada intra-muros, como a Vila de São Paulo de Piratininga: implantada a primeira sobre a grande falésia frente a Baía de Todos os Santos e a segunda sobre o morro entre os vales dos rios Anhangabaú e Tamanduateí, foram ambas envolvidas por muros de taipa de pilão²⁴.

Em seu estudo sobre um conjunto histórico de imagens representativas de vilas e cidades coloniais do Brasil, o professor Nestor Goulart Reis desenvolve interessante interpretação do registro da Ilha de São Vicente, na gravura impressa a ilustrar parte do relato seiscentista de Spilbergen, durante a sua breve passagem nessa região do litoral brasileiro.

Há alguns erros na gravura impressa, principalmente quanto ao posicionamento, como a inversão da Vila de Santos, representada do lado oposto do canal, em terra firme; e a do próprio Engenho dos Erasmos, também representado fora da ilha.

Contudo, esta imagem possibilita algumas análises.

Como observa o professor, ambas as vilas estão fortificadas por estacadas de madeira: a cerca que envolvia o núcleo urbano da Vila de São Vicente era uma paliçada regular – representada na imagem por uma estrutura perimetral quadrada – abrindo-se nela três portas: a porta *ocidental*, voltada ao canal de ingresso à esta vila; a porta *meridional*, voltada ao chamado *Morro da Biquinha*; e a porta *oriental*, a indicar o caminho por terra até a Vila de Santos.

Pormenor da gravura impressa na obra de Joris van Spilbergen, mostrando os eventos passados na Ilha de São Vicente em 1615: no centro da imagem, as duas vilas; à esquerda, o Engenho dos Erasmos em chamas.

Quanto à estacada da Vila de Santos, desenvolvia-se por um lineamento irregular – desviando-se das áreas alagáveis do perímetro urbano – até se interromper no *fortim* construído junto ao Colégio Jesuíta de São Miguel, cuja estrutura de pedra foi precisamente indicada, segundo as observações do professor²⁵.

Vejamos outro exemplo: confrontando-se as referências de 1548 com as imagens do *Mapa da Capitania de São Vicente*, elaborado em 1631 por João Teixeira Albernaz, procuramos, pela primeira vez, interpretar alguns indícios.

Mapa da Capitania de São Vicente, por João Teixeira Albernaz, 1631.

Apenas três engenhos estão indicados na Ilha de São Vicente: o *Engenho dos Erasmos*, dos *Adorno* e de *Diogo Ayres*. Cada um está distintamente representado dos demais.

Sabemos pelas fontes quinhentistas que, em fins desses anos, a produção vicentina do açúcar estava decadente, ainda que se procurava revigorá-la pela introdução de novos escravos, via *guerras justas*.

Duas perguntas vêm à tona...

Os três engenhos representados seriam as únicas manufaturas em atividade nesse tempo? O *Engenho dos Erasmos* teria se recuperado depois dos anos de sua disputa e do ataque de Spilbergen (lembrando-se que, dias antes, segundo o relato da expedição, o lugar já estaria desabitado)?

Observando-se as imagens, vemos que os engenhos foram representados seguindo o mesmo partido dos *Erasmos*, partido comum entre as manufaturas quinhentistas, tal como teriam sido nas ilhas dos arquipélagos portugueses onde se produziu açúcar. Suas casas – *todas juntas e próximas* – estão representadas por três volumes edificadas, como nos outros engenhos do mapa, dos quais o mais alto corresponderia, respectivamente, a *torre* de cada um, sendo que a possível torre dos *Erasmos* é a maior.

E ainda: a *casa* em primeiro plano do *Engenho* corresponde a representação de uma ermida, principalmente pelo detalhe do óculo no frontispício...

Por fim, o conjunto desse *Engenho* foi desenhado sobre um comprido patamar, elevado em relação às margens do rio São Jorge.

Se, para desenhar o *Mapa da Capitania de São Vicente*, Albernaz visitou os lugares ou partiu de alguma outra referência, o fato é que há correspondência entre a representação e seus respectivos sítios. Até a representação da Vila de São Paulo no mesmo mapa possui relação com o que então lá se via: muros de taipa de pilão, com suas portas e guaritas, a proteger o núcleo urbano iniciado pelo colégio jesuítico fundado no alto do morro que antes abrigara a aldeia tupiniquim de Tibiriçá. Uma das vistas de chegada à vila pode ter servido para inspirar o *abreviado* modo de se representar a vila.

Esses *desenhos mínimos* podem, entretanto, e mais do que ilustrar uma simples legenda, apontar certas *pistas*. As representações arquitetônicas e urbanas do Brasil produzidas pelos viajantes europeus – que influenciavam o imaginário sobre o *Novo Mundo*, mas também sobre si²⁶ – constituem um manancial de indícios para o usufruto da arqueologia urbana em cidades brasileiras que cresceram a partir dos núcleos coloniais.

Concluimos este capítulo com as palavras de Shozo Motoyama no prefácio escrito para o livro *Engenho e Tecnologia*, de Ruy Gama, meu professor na FAU USP – na verdade, continua ele vivo em seus ensinamentos – onde então diz, reconhecendo, entre outros, dois pontos significativos desta obra:

O primeiro refere-se à constatação das características nitidamente manufatureiras de divisão do trabalho no fabrico do açúcar no Brasil. Os portugueses são portanto pioneiros desse tipo de trabalho em ‘cooperação’ onde o trabalhador é reduzido a um rele executador de tarefas simples e repetitivas, protótipo do sistema presentemente conhecido com o nome de ‘sistema Ford’. (...) O segundo ponto é a habilidade do Autor em manusear a iconografia do açúcar como uma técnica de investigação. Obviamente ele não é o primeiro no nosso país a empregar tal técnica. Todavia, a sua longa experiência profissional de arquiteto além de seu pendor natural para o assunto, permitiu a manipulação da mesma com uma maestria inigualável.

Foi através deste livro que eu soube da existência dos *Erasmos*, 18 anos atrás.

NOTAS

¹ *Armador* é palavra da marinha mercante, segundo diz o respectivo verbete no Aurélio: *pessoa ou firma que, à sua custa, equipa, mantém e explora comercialmente embarcação mercante, podendo ser ou não o seu proprietário*. Como vimos, o *Engenho São Jorge* foi também chamado *Engenho dos Armadores*: essa denominação complementa o sentido operacional do curso mercantil em torno da produção do açúcar na colônia.

² A produção nordestina se ampliou a partir da conquista de Recife e Olinda, em 1630, pelos holandeses da *WIC - West Indische Compagnie*.

³ Em suas Memórias, diz Frei Gaspar da Madre de Deus escrevera a respeito de Luis de Góis:

Também a este sujeito encontro muitas vezes com o tratamento de Fidalgo da Casa Real. Era irmão do donatário Pedro de Góis e morou alguns anos na Capitania de S. Vicente, para onde trouxe sua mulher, D. Catarina de Andrade e Aguilar. Eles mandaram fazer a Imagem de Santa Catarina, que ainda hoje se venera em Santos, e colocaram-na em uma capelinha, que edificaram ao pé do outeiro desta Santa. Os ingleses, quando roubaram a Vila do Porto de Santos, lançaram no mar a dita imagem, a qual é de barro, e depois de muitos anos veio à terra casualmente, extraída pelos escravos dos jesuítas em uma rede, com que estavam pescando. (Madre de Deus 1953 : 68)

⁴ D. João III, em suas palavras...

...me enviarão dizer que pelas guerras que na dita capitania de são vicente sucederão até fim do ano de 549 lhes foi necessário fazer muitas despesas de suas fazendas e da mynha. (AESP 1929 Vol. 48 : 19)

⁵ A mesma opinião encontra-se no relatório de 1548 estudado por Stols, diz o excerto:

Quanto a esta terra, seria muito boa e sadia, se o povo fosse bom e se tivesse justiça, porque até agora tudo se faz com malandragem e são pela maior parte degredados e só praticam burla na hora do pagamento. É boa para tratar em mercadorias e vendem bem, mas cobrar é que dá trabalho (...). Portanto, se não vem logo melhores tempos no tocante ao povoamento como à justiça, não tem aqui de que comerciar a não ser para aqueles que têm um engenho ou outra fazenda. (Stols 1968 : 416)

⁶ Esclarece Nestor Goulart Reis, que tais disposições estimulariam o crescimento da atividade comercial nos principais núcleos da costa. Em suas palavras:

Estabelecendo a permanência de mercadorias nos portos, à espera das épocas de partida das frotas de comercio e obrigando os empresários agrícolas a realizarem operações financeiras nos núcleos, confere a esses uma nova importância. Era uma atividade econômica de vulto, à qual se ligava em caráter permanente uma parcela ponderável da população urbana. Era o aparecimento de uma camada social urbana definida. (Reis 2000 : 40-41)

⁷ Sobre as *Provedorias*:

Suas funções e atribuições não eram meramente tributárias ou fazendárias. Pelo contrário, as provedorias constituíam o cerne da administração civil e o suporte da intendência militar. Desde a arrecadação de impostos até o armazenamento de armas e munições, tudo competia às provedorias: construir obras públicas e navios, organizar e financiar expedições bélicas ou exploratórias ao interior, prover à manutenção de serviços essenciais, administrar portos, pagar servidores civis e militares, tomar contas dos agentes financeiros, dar posse a funcionários, julgar processos fiscais, fiscalizar e arrecadar impostos, reprimir o contrabando, afugentar piratas.

[<http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/administracao/reparticoes/colonia/provedfazreal.asp>], acessado em outubro de 2007.

⁸ *Em cada uma das ditas capitánias praticareis juntamente com o capitão dela e com o provedor-mor de minha fazenda (...) e assim com o ouvidor da tal capitania e oficiais da minha fazenda que nela houver e alguns homens principais da terra sobre a maneira que se terá na governança e segurança dela e ordenareis que as povoações das ditas capitánias que não forem cercadas se cerquem e as cercadas se reparem e provejam de todo o necessário para sua fortaleza e defesa. E assim ordenareis e assentareis com os ditos oficiais (...) como atrás fica declarado que se faça nas terras da Bahia. (Regimento 1548)*

⁹ Como já ocorria, aliás, antes da própria instauração do Governo Geral, por exemplo, nas feitorias estabelecidas em certos pontos do litoral brasileiro. No regimento de Tomé de Souza, D. João III recomendava nesses termos: *anto que chegardes à dita baía tomareis posse da cerca que nela está que fez Francisco Pereira Coutinho a qual sou informado que está ora povoada de meus vassalos e que é favorecida de alguns gentios da terra...*

¹⁰ (...) *e este capítulo fareis notificar e apregoar em cada uma das ditas capitánias com declaração que os que não tiverem a dita artilharia, pólvora e armas se provejam delas à notificação a um ano e passado o dito ano tempo e achando-se que as não têm, pagarão em dobro a valia das armas que lhe falecerem das que são obrigados a ter a metade para os cativos e a outra metade para quem os acusar.*

O dito provedor-mor terá cuidado quando correr as ditas capitánias de saber se as pessoas acima declaradas têm as ditas armas e de executarem as penas sobreditas nos que nelas incorrem (...) e querendo algumas das ditas pessoas prover-se das ditas coisas ou de algumas delas hei por bem que se lhes dêem dos meus armazéns havendo-as neles pelos preços que acharem que me lá custam postas e a dita diligência fará o dito provedor-mor ou os ditos provedores na artilharia e armas que os capitães são obrigados a ter com as outras pessoas [os outros colonos, moradores] (...). (Regimento 1548)

¹¹ Dispositivo utilizado desde a antiguidade por diversos povos do mundo, aqui existiram entre as aldeias tupi, que mantinham seu recinto protegido por paliçadas.

¹² Frei Gaspar da Madre de Deus reconheceu ser obra humana os sambaquis:

Tanta é a antiguidade destas Ostreiras, assim lhe chamam na Capitania de S. Paulo (os indígenas as denominavam Sambaquê), que a umidade pelo decurso dos tempos veio a dissolver as conchas de algumas delas, reduzindo-as a uma branda massa, a qual, petrificando-se pouco a pouco com o calor, formou pedras tão sólidas que é necessário quebra-las com marrões ou alavancas, antes de as conduzirem para os fornos onde as resolvem em cal. Destas conchas dos mariscos que comeram os índios, se tem feito toda a cal dos edifícios desta Capitania, desde o tempo da fundação até agora (...).

Na maior parte delas ainda se conservam inteiras as conchas, e nalgumas acham-se machados (o dos índios eram de seixo muito rijo) pedaços de panelas quebradas e ossos de defuntos; pois que, se algum índio morria ao tempo da pescaria, servia-lhe de cemitério a Ostreira, na qual depositavam o cadáver e depois cobriam de conchas. (Madre de Deus 1953 : 45-46)

¹³ Outras análises baseadas em levantamentos de velhos engenhos pernambucanos encontram-se no trabalho do professor Geraldo Gomes, *Engenho & arquitetura: tipologia dos edifícios dos antigos engenhos de açúcar de Pernambuco*, Fundação Gilberto Freyre, Recife, 1998.

¹⁴ Sobre este manuscrito quinhentista, disse Stols: *podría considerarse como un clásico del capitalismo moderno por su manera de describir y encarar la gestión de una empresa colonial, e su autor parece perfectamente identificado con el espíritu de observación y del racionalismo frío de la nueva clase mercantil. (Stols 2000 : 33)*

¹⁵ O citado Braz de Rocha, feitor ou construtor, seria o primeiro a levantar o *Engenho do Governador?*

¹⁶ Em suas palavras, *a introdução da moenda de rolos verticais, no início do século XVII, proporciona extraordinário aumento de produtividade, pela maior quantidade de caldo extraído e pela redução do número de trabalhadores necessários. (Gama 1983 : 338)*

¹⁷ A mineração fora uma delas, *um dos primeiros ramos de produção a dirigir-se pelo caminho do desenvolvimento capitalista*, posto que a divisão e a especialização do trabalho nas minas vieram à superfície com a manufatura (...) e particularmente com a manufatura do açúcar, e mais, o açúcar é sal (...) e a máquina de moer cana – o engenho – é o ‘ingenio’ de triturar minérios dos tratadistas espanhóis (...). As fôrmas de pão de açúcar, utilizadas na Sicília no século XV, têm a mesma função e o mesmo formato daquelas usadas na mineração do sal (...). (Gama 1983 : 247)

Em tempo, vejamos as relações elaboradas pelo professor a partir do sentido da palavra *engenho*, que, no princípio, associava-se a *engodo*, assim como a palavra grega *mekhanos* *tinha sentido de ardil e engodo*, pois essas conotações pejorativas em relação às coisas criadas pelo homem tem raízes antigas e longa permanência na História (Gama 1983 : 59):

Mas a palavra engenho entra na época moderna com outros compromissos. Vinha associada à guerra. Enquanto Arquimedes (287 – 212 a.C.) se envergonhara de ter construído engenhos de guerra, vários dos homens de renome no Renascimento [como Leonardo da Vinci] se dedicavam à construção de engenhos bélicos e de fortificações. E é Vauban que no século XVII cria a engenharia militar, matriz das engenharias. Sébastien Lê Preste de Vauban (1633 – 1704) reúne a guerra à manufatura, sob a égide de Descartes. O soldado de engenharia é a versão destrutiva do mineiro medieval. A própria palavra mina encerra essa ambigüidade. É a galeria subterrânea de exploração de jazidas e é também a galeria pelas quais os ‘mineurs’ se aproximavam sub-repticiamente das muralhas para colocar suas cargas explosivas – suas ‘minas de destruição’. E a palavra Mine, em francês, ainda tem como um de seus sinônimos Engin. (Gama 1983 : 247)

¹⁸ Como a função da etapa inicial do processamento da matéria-prima na *linha de montagem* é extrair o caldo – matéria líquida, portanto – é interessante notar, como acontece ainda em engenhos de rapadura (e alambiques) nos sertões do Brasil, que o ideal para se prover o fluxo de sua transformação – traduzindo-se em termos espaciais, da moenda até a purga, passando-se pela cozinha, sempre nesse sentido – é a instalação da manufatura sobre planos adjacentes, mas em níveis distintos, apropriando-se da gravidade.

¹⁹ Segundo um relato que ouvimos em conversa que tivemos com o ex-vigia das terras do Engenho, então propriedade de Otávio Ribeiro de Araújo, haveria ainda no morro indícios de estruturas de captação de água. O informante diz ainda que viu *formas de letras gravadas na pedra da cachoeira*, informação que até o presente não nos foi possível verificar. Atualmente, o rio e sua cachoeira estão totalmente poluídos pelos efluentes da ocupação do *Morro da Caneleira* à montante.

²⁰ Interessante notar que até pouco tempo atrás, antes do muro levantado pela USP, em 1989, pessoas procuravam essa área para práticas religiosas.

²¹ Depois chamada *Ilha de Santo Amaro*.

²² Vide Relatório Final (Moraes 2003)

²³ Na área escavada de 15m², puderam ser evidenciados 18 ossadas de adultos e 1 ossada de criança, em meio a grande perturbação ali provocada, décadas antes: em 1957, antes do ato formal de doação das ruínas à USP, por ordem de Otávio Ribeiro de Araújo, então proprietário da gleba, dois de seus empregados escavaram a nave da *Ermida*, encontrando ali crânios e ossos humanos.

²⁴ A taipa de pilão foi a técnica de construção por excelência dos taapeiros paulistas, que a levaram no curso das entradas aos sertões, seja para as Minas Gerais, seja nas Monções para Goiás, Mato Grosso, Tocantins, até em Piauí e Paraíba, remanescem na arquitetura alguns vestígios da influência paulista.

²⁵ Segundo Nestor...

...o autor da estampa tinha consciência exata dos materiais e técnicas que tinham sido empregados em cada parte das obras. (Reis 2001 : 370)

²⁶ De sua obra *O Brasil dos Viajantes*, um breve e oportuno excerto, nas palavras da historiadora da arte Ana M. M. Beluzzo:

O interesse que a contemporaneidade encontra no reexame da contribuição dos viajantes que passaram pelo Brasil é o reconhecimento de que eles escreveram páginas fundamentais de uma História que nos diz respeito. Uma grande motivação para estudar o legado iconográfico e a literatura de viagem dos cronistas europeus está na possibilidade que oferecem de rever o Brasil. Mas, como estigma, essas obras só podem dar a conhecer o Brasil visto por outros. O olhar dos viajantes espelha também a condição de nos vermos pelos olhos deles.

As imagens elaboradas pelos viajantes participam da construção da identidade européia. Apontam os modos como as culturas se olham e olham as outras, como imaginam semelhanças e diferenças, como conformam o mesmo e o outro. (Beluzzo 1999 : 13)

III

A MEMÓRIA DA PAISAGEM E A ESCAVAÇÃO DA MEMÓRIA: UMA OFICINA DE VÍDEO REDESCOBRINDO A HISTÓRIA DO LUGAR

*Apenas um momento do passado? Muito mais talvez:
alguma coisa que, comum ao passado e ao presente,
é mais essencial do que ambos.*

Marcel Proust

Nos sítios urbanos históricos em que se conseguiu manter, ou mesmo apenas restaram, as evidências do passado, o olhar mais atento perceberá neles o mosaico da história humana ali, ainda presente.

As cidades se transformam, num movimento que toma para si espaços, construindo neles outros sentidos. Assim, resta à memória a compreensão do que um dia existiu, dando-nos uma medida da transformação, revelando o embrião do que hoje se vê.

Nossas ações sobre o espaço – o próprio ambiente do qual somos parte – transformam-no em lugares onde imprimimos, no tempo, diversos usos, tais como locais de trabalho, de morada, de culto... São localizações que seguem sempre os rumos do movimento da sociedade e por isso evoluem, transmudam, desaparecem.

Assim a paisagem transformada é como uma escritura, um testamento histórico. Sendo ela um tipo de documento específico – pois sua análise incorpora a percepção espacial de nosso *olhar* que a desvela – a paisagem pode ser interpretada no sentido de uma leitura de processos históricos nela inscritos. Uma leitura da história da presença humana no mundo.

A paisagem do Morro da Caneleira e do bairro que abriga o sítio arqueológico do Engenho São Jorge dos Erasmos, na zona noroeste da cidade de Santos, mostra-nos uma ocupação periférica típica das grandes cidades no Brasil.

Fonte: Google Earth

Expansão urbana na zona noroeste da Cidade de Santos: no centro das imagens, o sítio arqueológico dos Erasmos.

O entorno do velho Engenho é ainda uma zona urbana marginal, sob índices relevantes que situam o bairro na maior área de exclusão social de Santos¹. Nesta paisagem, as habitações expõem a situação das pessoas que *subiram o morro*, à volta das ruínas tombadas como monumento nacional: se, por um lado, o lugar foi reconhecido por sua importância como um significativo testemunho de nossa história; por outro, a demanda por melhores condições de vida das pessoas que lá vivem ainda espera ser atendida.

A questão social presente nesta zona urbana não acompanhou o seu *status* privilegiado enquanto lugar que abriga importantes remanescentes da história colonial do Brasil. O próprio movimento articulado pelo poder público de Santos, que criou um circuito cultural na cidade, não incluiu esta zona e seu patrimônio histórico: antes, restringiu-se a área central da cidade.

Essa constatação abriu a perspectiva para uma postura que aprofundasse o reconhecimento daquele lugar como uma paisagem histórica, um espaço público de grande interesse cultural, em proveito da população que lá vive. Nesse sentido, através de uma *ação educativa* propiciada pela arqueologia, propusemos a experiência da Oficina de Vídeo, objeto desse mestrado.

TOMBAMENTO E ABANDONO DAS RUÍNAS

Como vimos no primeiro capítulo, a par do estado fragmentário das fontes primárias disponíveis – pois como observara o historiador Carl Laga sobre os papéis depositados pelo duque d’Ursel nos Archives Générales du Royaume, *muita coisa se estragou, muita coisa provavelmente nunca entrou no acervo* (Laga 1963 : 15) – os

poucos documentos textuais até hoje conhecidos sobre o Engenho dos Erasmos permitem algumas suposições sobre o fim da propriedade flamenga em São Vicente.

Em primeiro lugar, a terceira geração dos Schetz enfrentou uma disputa de seus bens na Capitania de São Vicente: havia grande interesse pelo Engenho entre os colonos, dos quais, os herdeiros do capitão-mor Jerônimo Leitão, como vimos, teriam provocado a venda daqueles. A vigilância dos jesuítas não teria surtido a favor da propriedade, pois outra disputa se aprofundava na Capitania no início dos seiscentos: a condição indígena, frente aos interesses da Companhia e dos colonos. Se Manuel van Dale, o preposto enviado à São Vicente pelos irmãos Lancelot e Melchior Nicolas – filhos de Gaspar Schetz – conseguiu, ao lado do superior jesuíta, sustar a dilapidação do Engenho pela denúncia da venda ilícita – então justificada pela suposta ausência de representantes dos proprietários flamengos – não teria sido por muito tempo... A terceira geração da família Schetz perdeu seus bens no Brasil, provavelmente, sem deles tirar um último proveito.

De acordo com as palavras do historiador...

...não temos motivo para pensar que os herdeiros conseguiram fazer render seus bens na capitania de São Vicente. Nada indica uma retomada das atividades normais e, se a família dos Schetz já quis vender o engenho em 1593, por intermédio de J. [Jerônimo] Maya, com muito mais razão ela deve ter prosseguido nessas tentativas depois de 1612. (Laga 1963 : 40)

E conclui observando que...

...seu tempo de glória, aliás, já passou, na própria Flandres, e podemos tranquilamente supor que ela se debateu ainda em processos estéreis durante alguns anos. O crepúsculo das atividades dos flamengos em São Vicente acompanhou o declínio da família como casa de comércio e da própria metrópole de Antuérpia. (Laga 1963 : 40)

Dos eventos narrados pelo diário da viagem de Spilbergen, vimos que, em janeiro de 1615, o Engenho dos Erasmos estava já desabitado; e sua destruição, por fim, praticamente inviabilizava qualquer nova inversão para se retomar sua capacidade produtiva, frente ao cenário de decadência econômica em São Vicente.

Dáí em diante, por conta das lacunas na documentação, pouco se sabe sobre o Engenho. Mas, através de levantamentos feitos pelo arquiteto flamengo Paul Meurs, podemos atravessar os séculos e identificar alguns donos das terras de São

Jorge. Por enquanto, as sumárias informações que foram por ele encontradas nas fontes disponíveis, não revelam muito à *Arqueologia dos Erasmos*.

Mesmo assim, é oportuno retomar a relação delas na tentativa de situarmos quando o estado de ruína se aprofundou, até chegarmos aos antecedentes do tombamento dos vestígios, em meados do século XX.

Uma escritura de fins dos seiscentos traz indícios do que restou da propriedade flamenga...

...hu sítio com cazas canaveal engenho as cazas cobertas de telha com seus pilares de pedra e qual (...) tudo fabricado em terras (...) de Dona Mariana Pedroza (de Barros) en São Jorge. (Anjos 1998 : 24)

Há um contrato de venda do *sítio São Jorge* datado de 1768. Em 1790, Manuel Marques de Vale comprou de Bento Tomaz Viana, um mercador português de Santos, o *sítio São Jorge e Cachoeira*, assim descrito...

...um sítio denominado São Jorge, com uma casa coberta de telhas, fabricada de pilares de pedra e cal, com dois lanços, árvores de espinhos, aguadas e entradas, e saídas com todas as terras pertencentes ao mesmo sítio. (Anjos 1998 : 23)

Esse documento é importante por indicar, além casa de *dois lanços*, que seria a principal construção existente, os limites do sitio naquele ano...

...vindo da Vila de Santos para a Vila de São Vicente, passando a cachoeira distancia de quarenta braças pouco mais ou menos, está uma pedra grande sobre o caminho e daí cortando pelos cumes acima vai até um morro grande chamado Itabitinga, e daí vai direto ao Pinheiro ou lugar dele e da referida pedra para baixo partem pela mesma abaixo, a sair no Rio de São Jorge, chamado Rio da Igreja. (...) E daí, pelo porto da Olaria a sair no caminho que foi do sítio de Gonçalo Borges. (Anjos 1998 : 23)

Em 1804, aquele proprietário e sua esposa Maria da Conceição venderam o sitio para Manoel José da Graça, sargento-mor de milícias da Vila de Santos. O tabelião descreveu o *sítio São Jorge e terras da Cachoeira*...

...casas de vivenda com seus móveis, e fábricas que se acham dentro das mesmas terras, roças de mandioca, canaviais velhos e novos, pomares, fábricas sem reserva alguma e com todos os seus logradouros, uma tapera perto da cachoeira. (Anjos 1998 : 23)

Após a morte do sargento-mor, em 1810, sua mulher Margarida da Graça Martins herdou a propriedade ainda usufruída. Um texto indica que lá havia alguma atividade nessa época:

As rapaduras ali fabricadas, o açúcar mulatinho, o melado, a garapa e as laranjas dos seus pomares constituíam o ano inteiro verdadeira atração para os amigos da família e para os turistas. O Barão de Paranapiacaba freqüentava sempre que vinha a Santos aquelas encantadoras paragens.

(Anjos 1998 : 22-23)

Um censo realizado em Santos nos oitocentos descreveu assim a propriedade da Sr^a Martins...

...30 alqueires de farinha de mandioca, 1 pipa de aguardente, 30 alqueires de arroz e 4 arrobas de café. (...) Na propriedade agrícola trabalhavam 7 escravos. Moravam eles em antigas senzalas, que mal se sustinham em pé. A casa de residência sobressaía às poucas árvores circundantes. (Anjos 1998 : 22)

Em 1875, encontrava-se o Engenho entre os bens deixados pelo falecido Conselheiro Joaquim Floriano de Toledo para o Dr. João Floriano Martins de Toledo. Seus filhos, Edgard e Heitor, herdaram a propriedade em 1881.

Pelo exposto até aqui, pouco podemos inferir sobre a condição do conjunto edificado relativo ao velho Engenho. Contudo, entre os documentos do século XIX, há indícios de *canaviais velhos, fábricas, casas de vivenda, uma tapera perto da cachoeira...* Ao se referir que na propriedade ainda trabalhavam 7 escravos, um dos documentos deixa evidente a condição das *antigas senzalas* onde moravam: elas *mal se sustinham em pé*. Nessa época, mantinha-se ainda nas terras de São Jorge alguma atividade: plantava-se inclusive cana e uma pequena produção de seus derivados era ali realizada, talvez em alguma parte da estrutura original remanescente.

Em fins dos *oitocentos*, parte do conjunto ainda estaria em pé, mas como o desuso do sítio como tal, provavelmente nos primeiros anos do século XX, acentuou-se mais a situação de ruína: décadas depois, em 1943, o Engenho aparece arrolado no patrimônio da empresa Edgar de Toledo e NM Santos & Cia, quando então os terrenos que abrigam os remanescentes foram comprados por Otávio Ribeiro de Araújo, visando-se a execução de um loteamento.

A partir dos anos 1950, a história mais recente das ruínas dos Erasmos pode ser contada através dos fatos que levaram ao seu tombamento pelo SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, intervindo, para tanto, personalidades como Sergio Buarque de Holanda. Mas foi, como vimos antes, através da historiadora Maria Regina da Cunha Rodrigues que o processo se iniciou.

Vejamos o trecho inicial do ofício para o Reitor da USP, de 1955:

Tendo uma pesquisa realizada pela Sr^a. Maria Regina da Cunha Rodrigues, publicada no 'Estado de São Paulo', revelado a existência entre Santos e São Vicente de ruínas de histórico engenho de açúcar, ruínas que foram autenticadas pelo Dr. Luis Saia, diretor do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e despertado a atenção da Associação dos Usineiros de São Paulo, o proprietário das terras em que se localizam os referidos engenhos, Sr. Otávio Ribeiro de Araújo, se prontificou a fazer a doação dos terrenos em causa à Universidade de São Paulo, desde que sejam feitas as restaurações necessárias. (REVUSP 1999 : 07)

Motivado pelos acadêmicos e pela *opinião pública*, o proprietário doou, no ano de 1958, o lote das ruínas à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Seu primeiro tombamento veio em 1963, pelo então SPHAN (Proc. 678-T, inscrição n.º 360, Livro Histórico, fl. 59). Dez anos depois, na esfera estadual, o CONDEPHAAT inscreveu os remanescentes (Proc. 362 de 1973). Em 1990, ocorreu o último tombamento, desta vez municipal, pelo CONDEPASA (Livro Tombo 01, inscrição 07, fl. 2, Proc. 16731, Resolução SC 01, de 1990).

Contudo, todos esses processos não foram acompanhados de medidas reais de conservação e usufruto público do monumento histórico. Assim, protegido apenas no papel, o abandono do sítio arqueológico do Engenho dos Erasmos abria caminho à expansão urbana na zona noroeste da cidade de Santos. Os vestígios, que porventura ainda existiam nas áreas contíguas das ruínas evidenciadas, foram destruídos frente as obras para a implantação de um empreendimento imobiliário: em 1987, escavadeiras e caminhões arrasaram, através de uma grande movimentação de terra, o registro arqueológico ao lado das ruínas.

As estruturas remanescentes do velho Engenho, até hoje identificadas, estão, por isso, compreendidas apenas na área tombada em 1958.

Como explica a arqueóloga Fernanda Maria Felipe dos Anjos...

...os trabalhos de terraplanagem e desmatamento foram interrompidos por não respeitarem o raio de 300m de proteção legal da área envoltória do bem tombado. (Anjos 1998 : 18)

1987: área adjacente às ruínas totalmente arrasada...

E conclui:

Os danos nas áreas de potencial arqueológico foram sentidos na prospecção realizada quase dez anos depois. (Anjos 1998 : 18)

Esta prospecção no sítio dos Erasmos, coordenada pela arqueóloga Margarida Davina Andreatta, do Museu Paulista da Universidade de São Paulo – o primeiro trabalho arqueológico propriamente dito lá realizado – teve início no segundo semestre de 1996, após idas e vindas nas negociações em torno do Monumento.

Entorno dos Erasmos arrasado em 1987.

As ruínas durante os trabalhos arqueológicos de 1996.

Os resultados desse trabalho foram apresentados no ano seguinte...

Quase mil e oitocentos fragmentos de artefatos foram encontrados, classificados e catalogados durante esses seis meses de pesquisa de campo. Vidros, ossos, faianças, metais, cerâmicas, líticos e, principalmente, fragmentos de fôrmas de pão-de-açúcar (...). Calçada de pedra, paredes com seteiras, estruturas de pedra com argamassa de cal e conchas, fosso, foram alguns dos testemunhos arquitetônicos evidenciados. (Anjos 1998 : 15)

Em tempo – não bastasse a grande destruição ocorrida em 1987 – por pouco a paisagem histórica do *Engenho*, recortada pela legislação sob o conceito de *área envoltória*, não foi profundamente transformada. Nas palavras de Fernanda M. F. dos Anjos:

O ano de 1993 foi marcado pela disputa pela área do entorno do Engenho. A PRATEX Empreendimentos Imobiliários Ltda vendeu suas glebas – que envolvem o lote de 3.250m² da USP, onde estão localizadas as ruínas do Engenho – para a Cooperativa Habitacional dos Trabalhadores da Companhia Siderúrgica Paulista (...). O Projeto da Cooperativa, com pedido para sua execução na Prefeitura, era da construção de um conjunto habitacional para os empregados da COSIPA. Vinte edifícios, com quinze andares cada, totalizando mil e duzentas unidades habitacionais, constavam do projeto (...). A COMZEIS (Comissão Municipal de Zonas Especiais de Interesse Social), formada por representantes das diversas Secretarias Municipais, e a COHAB santista aprovaram o projeto habitacional. Ao que parece, questões de ordem puramente econômica inviabilizaram a construção do conjunto de apartamentos no entorno do sítio arqueológico/histórico de quatrocentos anos. (Anjos 1998 : 16-17)

Em 1999, os reitores da USP e da UNISANTOS firmaram convênio de cooperação acadêmica para retomar os trabalhos no Engenho São Jorge dos Erasmos, mas só em 2003 as prospecções foram efetivamente iniciadas, desta vez no contexto do *Projeto Engenho São Jorge dos Erasmos: Estudos de Arqueologia da Paisagem* (Processo FAPESP 00/03451-3), sob a coordenação do arqueólogo José Luiz de Moraes, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Este projeto compreendeu cinco módulos, dos quais o módulo educativo *Arqueologia, Patrimônio e Ação Educativa* – então coordenado pela Prof^a. Dr^a. Elaine F. V. Hirata – possibilitou, a partir de 2000, o desenvolvimento de material didático para a escola pública estadual vizinha do *Engenho*², contando com a participação de educadoras da própria escola.

Tal módulo representou a primeira ação educativa oficial da USP em relação ao Monumento, desde 1958. E, por sua vez, constituiu-se a primeira experiência de incorporação de recursos audiovisuais com fins educativos em um projeto arqueológico no Brasil: em 2001, a convite de minha futura orientadora, elaborei projeto ao extinto SIAE - *Sistema Integrado de Apoio ao Ensino* das Pró-Reitorias de Graduação e Pós-Graduação da USP, para a produção de um documentário que seria incluído entre o material didático destinado à referida escola.

No contexto dessa ação educativa, a idéia do vídeodocumentário em si ultrapassa seu uso enquanto meio de difusão de assuntos ainda pouco conhecidos: pela possibilidade de novas abordagens educativas, abarcamos a sua produção enquanto processo cognitivo junto à comunidade. Para tanto, o conceito incorporou o usufruto dirigido do equipamento de gravação audiovisual por uma *vivência de estudo* que se propôs junto a estudantes da escola *vizinha de muro* dos Erasmos.

UMA EXPERIÊNCIA AUDIOVISUAL NA ARQUEOLOGIA BRASILEIRA: O VÍDEO COMO INSTRUMENTO DE ESTUDO E DIFUSÃO

*O olho vê,
a lembrança revê,
a imaginação transvê.
É preciso transver o mundo.*
Manoel de Barros

Em dezembro de 2001, junto ao cineasta André Costa – e com apoio fundamental da historiadora Andrea Candeia, então professora da escola vizinha do *Engenho* – constituímos a Oficina de Vídeo, iniciando-se uma aproximação da comunidade com as ruínas quinhentistas do Monumento.

Como vimos, a destruição de grande parte do registro arqueológico – sob a pressão da expansão urbana verificada na zona noroeste de Santos – levou a Universidade de São Paulo, em 1989, a cercar a área tombada.

Porém, na mesma medida em que os muros levantados buscaram proteger, também não mais permitiram o contato da comunidade com o bem cultural ameaçado, praticamente desconhecido na região: 12 anos depois, estudantes da escola pública vizinha do velho *Engenho*, todos moradores no entorno do sítio histórico, entraram pela primeira vez no recinto murado dos remanescentes, no início dessa Oficina, em janeiro de 2002.

A presença das ruínas no processo que se iniciava era essencial. Em outras palavras³...

...o estudo, a restauração e a preservação do monumento como patrimônio histórico não se realizam sem que sejam também restaurados a memória e o interesse pela História junto à população. (Cordeiro et Costa 2001 : 324)

O Vídeo permeou as diversas atividades realizadas no sítio e na escola, desde a exibição de referências audiovisuais através de documentários até o usufruto do instrumental vídeográfico nos exercícios entre as ruínas.

Em resumo, o processo da Oficina de Vídeo compreendeu três etapas.

A primeira, voltada para os estudos preliminares a partir do conjunto de informações textuais, iconográficas e vídeográficas relacionado à história da instalação das primeiras manufaturas no litoral, a partir da implantação dos primeiros núcleos coloniais.

A segunda, para os estudos de *leitura da paisagem* e inserção dos vestígios arqueológicos nela, iniciando-se, portanto, por um sentido de aproximação, do *macro* ao *micro*; e depois, o diálogo entre essas duas escalas, já como reflexão dos exercícios com as câmeras de vídeo, como se verá.

Por fim, a terceira etapa, para o estudo da montagem do discurso documental vídeográfico, a partir do repertório de conhecimentos formado pelo grupo até o momento.

Porém, o documentário, em si, como produto da Oficina, não deve ser visto como ponto final do processo. Outra *etapa* importante se inicia com o documentário finalizado, alimentando o processo a partir de seu usufruto por educadores e estudantes, a provocar discussões que essa montagem audiovisual proporciona.

Nesse conjunto de etapas, as três descritas em sua essência, configura a própria Oficina de Vídeo. O trabalho, visto como um todo, estimulou as pessoas a perceberem e reconhecerem – com outros olhos – o conjunto de vestígios arqueológicos na paisagem histórica do lugar onde vivem. Como uma (re) descoberta, as pessoas que se envolveram com o trabalho assumiram uma nova postura diante do sítio considerado patrimônio histórico do Brasil, vendo-o como um testemunho vivo de uma história que se faz contínua e não mais presa ao passado.

Na época, o objetivo da Oficina foi assim exposto...

...promover a redescoberta das ruínas através da educação do olhar, permitindo que se ultrapasse o tom contemplativo e o reconhecimento do monumento apenas enquanto vestígio de um passado remoto; indo além, busca-se através da oficina com esses jovens o despertar de um olhar curioso e crítico, que desvende as narrativas por trás do objeto arquitetônico, possibilitando uma amplitude de compreensões e questionamentos acerca da história do lugar onde moram. (Cordeiro et Costa 2001 : 323)

A etapa que compreendeu os exercícios de *leitura da paisagem* – e a sua transformação no tempo, interpretando-se o sítio arqueológico e sua inserção naquele ambiente urbanizado, parte da zona noroeste da cidade de Santos – revelou-se fundamental ao objetivo do processo: ao se exercitar o *olhar prospectivo*, buscava-se compreender as transformações do meio, como teria sido aquele lugar... Que motivações levaram à sua transformação... Que histórias abrigam os vestígios arqueológicos naquela paisagem, vivenciada e transmutada pelas gerações que por lá passaram; mas também, dia-a-dia, pelas gerações presentes.

O exercício do *olhar* possibilitou evidenciar contrastes da ocupação e uso do entorno, cujos efeitos implicavam na degradação do próprio bairro em que viviam: a poluição da cachoeira pelas construções no morro, a poluição das margens do rio pelo ferro-velho, a *arquitetura de corredor* dos conjuntos habitacionais ali construídos, os excluídos da cidade perambulando a procura por qualquer tipo de abrigo nas ruas, os terrenos baldios... No debate sobre o que se via, tornava-se nítida a urgência de valorizar o espaço público, compreendido como um bem, patrimônio de gerações.

Nesse momento, a Oficina evoluiu para encaminhar a reflexão sobre o sentido das palavras *identidade* e *memória*. O que elas expressam quanto às referências pessoais e coletivas aos vestígios considerados como patrimônio histórico?

E quanto à outros remanescentes na cidade, bem como outros em lugares mais distantes, síncronos de alguma forma pela exploração colonial que ali se empreendeu? Qual o sentido do *tombamento* e dos vestígios históricos para as pessoas?

Em outras palavras:

A questão que se coloca é de que maneiras as próprias pessoas, antes mesmo das instituições, podem construir relações com o objeto-monumento no tempo. Estas relações estão sempre mudando e deixando suas marcas. O aspecto atual das ruínas representa muito do abandono do sítio, mesmo num momento em que se reconhecia seu valor na nossa História. Por pouco os vestígios não desapareceram. O desafio é discutir as maneiras pelas quais a comunidade pode apropriar-se dele de fato, tornando-o um testemunho vivo, reconhecendo no objeto uma história que se faz ainda contínua e não engessada no passado. (Cordeiro et Costa 2001 : 324)

No âmbito desse debate, os estudantes puderam perceber a importância do papel do arqueólogo como interlocutor do estudo do *passado*⁴. Assim, a Oficina procurou trabalhar o discurso tecido pela arqueologia através da própria construção do documentário.

Operando-se os recursos da linguagem vídeográfica documental, compartilhavam-se conhecimentos – sejam os produzidos pela academia, sejam os produzidos pelo próprio processo experimental – para então comunicar através do vídeo, a redescoberta das ruínas de um velho Engenho, patrimônio histórico brasileiro⁵.

IMAGINANDO A MONTAGEM

A elaboração coletiva do vídeodocumentário *Engenho dos Erasmos: Imagens da Redescoberta* enfrentou um limite, exposto ao grupo desde o início da Oficina: a *montagem* seria feita em São Paulo, devido à impossibilidade de dispor, durante os trabalhos em Santos, de equipamento móvel de edição.

Chegaríamos juntos até se concluir o roteiro da narrativa; daí em diante, a montagem se orientaria por ele.

Para que o grupo pudesse visualizar a narrativa audiovisual em construção, a parte *imprimível* do conjunto referencial – textos, principalmente o relatório flamengo de 1548, e imagens – estava sempre presente durante as atividades desenvolvidas no sítio arqueológico, porquanto as ruínas – inscritas na paisagem – constituíam a fonte essencial de referência. O estudo desse conjunto alimentou as discussões em cada etapa do processo. E para a etapa de montagem, duas soluções, muito simples, deram origem ao que chamo hoje por *Mapa de Referências e Linha Narrativa*⁶.

O *Mapa* evoluiu do que foi, a princípio, o índice dos temas de interesse para o vídeodocumentário, a partir do conjunto referencial disponível. A sua configuração atual consiste, portanto, em um índice de referências organizado visualmente, contendo informações que servirão para estudos de montagens audiovisuais. Articulam-se quatro quadros, lado a lado: o primeiro, com mapas geográficos a situar, em escalas apropriadas, lugares e trajetórias; o segundo, com uma cronologia de fatos históricos, como nas *linhas do tempo*, comuns em livros de história, por exemplo; o terceiro, apresenta imagens relacionadas aos quadros anteriores, com fotografias, desenhos, etc.; por fim, o quarto quadro, indica referências textuais e sonoras (locução, relatos, trilha musical, etc.). Esse instrumento deve ser usado como um recurso de estudo à montagem audiovisual por iniciantes, pois sua elaboração – individual ou em grupo – possibilita uma apropriação dirigida das fontes; e suas possibilidades de leitura – em grupo –, através desse instrumento, ajudam a referenciar o discurso narrativo audiovisual.

A *Linha Narrativa* corresponde à própria *time line* dos programas de edição: sons e imagens poderiam ser *montados*, ou seja, colando-se as mesmas referências levantadas na elaboração do *Mapa* sobre bases retangulares recortadas em papel, dispostas em seqüência narrativa.

Adiante comentarei as atividades desenvolvidas pela Oficina de Vídeo, seguindo a própria montagem do documentário.

ABERTURA

A cena inicial do vídeo mostra um pesquisador consultando o microfilme dos manuscritos do fundo d'Ursel, no CAPH - Centro de Apoio à Pesquisa Histórica da USP. O grupo decidiu abrir o vídeo com uma referência à pesquisa em fontes primárias, tema abordado na Oficina, com foco no estudo do período histórico de fundação das vilas de São Vicente e Santos. O objetivo foi situar o grupo neste contexto e introduzir os aspectos da pesquisa histórica e arqueológica, onde as fontes primárias de informação (textos e objetos, por exemplo) são interpretadas e confrontadas, buscando-se relações com evidências e contextos já conhecidos.

Microfilme do CAPH

Manuscrito de 1548: relatório sobre o Engenho dos Erasmos.

Como exercício de campo, os estudantes visitaram a Fundação Arquivo e Memória de Santos, no Outeiro de Santa Catarina, procurando conhecer o trabalho dos arquivistas, proceder o levantamento de possíveis informações sobre o *Engenho* no acervo da instituição e conhecer o próprio lugar de origem da Vila de Santos, em torno de 1545. Buscamos dar a noção dos procedimentos ao exercício da pesquisa orientada às fontes primárias; e incentivar a percepção da paisagem histórica sob a paisagem atual, intensamente urbanizada no entorno do que restou do Outeiro, desmanchado no século XIX para se utilizar as pedras na pavimentação das vias.

Ainda na abertura, decidiu-se por uma seqüência de imagens que deveria resumir temas conexos discutidos em boa parte dos encontros: a fonte textual primária de informação e o abandono do patrimônio; a expansão ultramarina (o desenvolvimento da navegação astronômica, o astrolábio); a estratégia de conquista territorial, a exploração econômica e o tempo atual que vivenciamos (navio de carga passando em frente ao Forte da Barra Grande, em Santos). Um trecho do relatório de 1548 – que deveria ser lido em flamengo – servira como primeiro indício ao problema do abandono do *Engenho*.

Fonte: Fundação Arquivo e Memória de Santos

Área onde antes havia o Outeiro de Santa Catarina, desmanchado no século XIX.

Sobre as pedras que restaram do Outeiro, o italiano Giovanni Eboli construiu sua casa, hoje sede da Fundação Arquivo e Memória de Santos. Antes disso, nos anos 1980, a casa foi usada como cortiço.

A voz da locução é de Michael Ardui, naquele momento, Cônsul Geral da Bélgica em São Paulo:

*Van hett engginio is oudtt
ende staett om vallen
ende moett men deerste jaer gemaect worden. (Stols 1968 : 413)
Quanto ao engenho, é velho
e está para cair
e deve ser feito neste primeiro ano. (Stols 1968 : 417)*

Sobre a imagem do navio de carga em movimento entre o Forte e a coluna que sustenta o brasão do império português, situamos lugar e tempo: Santos, 2002.

Entra então a locução de André Costa, junto das imagens dos primeiros exercícios com as câmeras de vídeo:

*Janeiro de 2002. 10 jovens alunos iniciam uma oficina de vídeo em
meio às ruínas de um engenho de açúcar construído em torno de 1534.*

Ao fundo, a voz de Leandro, um dos participantes da Oficina demonstra sua expectativa: *esse é um momento de emoção!* A locução continua no momento da abertura dos portões do *Engenho*:

*Eles são estudantes de uma escola pública, vizinha ao que sobrou
do conjunto arquitetônico, hoje um sítio arqueológico histórico, considerado
patrimônio nacional.*

Sobre imagens do sítio, a trilha musical idealizada pelo grupo, composta por Rogério Rochlitz se inspira na *mestiçagem*: o violoncelo europeu, o tambor africano, a flauta indígena, a viola caipira.

Concluindo a Abertura do vídeo, a locução prossegue sobre imagens dos estudantes caminhando no sítio:

Apesar de morarem na vizinhança, estes jovens nunca antes haviam entrado na área das ruínas.

Durante a Oficina de Vídeo, estudantes da escola vizinha entram pela primeira vez no sítio arqueológico dos Erasmos.

Leituras da paisagem...

Explicações sobre a arqueologia dos Erasmos.

A imagem da placa (e seu estado de conservação) daria o segundo indício do problema do abandono, abordado mais adiante na seqüência da montagem. Nela, estava escrito:

*Projeto Arqueológico Engenho dos Erasmos
Convênio USP / PMS
Acesso Temporariamente Fechado*

UM NOVO OLHAR

Era a primeira vez que os estudantes entravam no *Engenho* e a primeira atividade realizada dentro da área murada das ruínas correspondeu ao exercício de *Leitura da Paisagem*.

Nesse dia, pela manhã, com as câmeras de vídeo em mãos, depois das preliminares sobre o uso do equipamento, caminhamos por um circuito de aproximação às estruturas remanescentes do conjunto arquitetônico dos *Erasmos*: circuito previamente elaborado por mim, compreendendo 9 pontos de parada para referenciar os estudos preliminares que antecederam essa etapa.

Em cada um dos pontos, o grupo foi estimulado a perceber a inserção das ruínas na paisagem, a lógica relacionada a defesa e os recursos do entorno utilizados pela manufatura do açúcar: exercitava-se a leitura dos principais fatores que determinaram a instalação do Engenho naquele lugar, confrontando-se a paisagem urbana atual, intensamente transformada.

Concluído o percurso, iniciamos a leitura do manuscrito de 1548, transcrito e traduzido pelo historiador belga Eddy Stols, abrindo depois o debate sobre a experiência vivenciada pela manhã no sítio arqueológico.

Deste momento da Oficina, inserimos na montagem o que disseram Dayana e Leandro, respectivamente:

Fico imaginando isso: como eles [os escravos] poderiam estar fazendo agora... É juntar várias peças...

O que eu estou tentando é assim: eu gosto de ver uma coisa e construir na minha cabeça o quê que era aquilo, entendeu? Porque senão eu vou ver um monte de pedra, então eu não quero ver isso como um monte de pedra, eu quero construir na minha cabeça o que seria aqui. Então essa construção ainda está sendo feita, entendeu?

Nos exercícios com as câmeras, cada objetiva foi dirigida pelo olhar prospectivo dos estudantes, no registro daquilo que desejavam ressaltar nas paradas do exercício proposto.

Assim, cada enquadramento correspondeu a uma idéia, um pensamento, uma cena tomada da paisagem, das ruínas, para narrar algo que se *descobriu* no percurso e na interpretação do texto de 1548.

Procurando o movimento de câmera mais adequado para a cena que pretendia registrar, Wilson disse:

A colina serve de uma proteção atrás do Engenho, uma proteção natural, porque é muito difícil invadir [o Engenho] por trás, por causa da colina.

BUSCANDO A HISTÓRIA I

Na montagem, o professor Eddy Stols, em gravação realizada nas ruínas do *Engenho*, diz:

Existiu aqui, entre os historiadores brasileiros, quase um mito da existência de uma farta documentação deixada pela família dos Schetz, sobre sua aventura brasileira. Mas até agora, temos apenas uns poucos documentos...

O corte retoma a cena da consulta do microfilme. E o historiador completa:

Esta carta, escrita em flamengo, desde a América [São Vicente, 13 de maio de 1548]...

Voltamos à leitura do manuscrito flamengo, no exercício de leitura da paisagem, quando início um panorama do documento, situando quem teria sido o autor daquele relatório, redigido por um preposto dos Schetz enviado à São Vicente.

A estudante Deise resume a origem do *Engenho*, fundado por Martim Afonso de Sousa e demais sócios, poucos anos depois adquirido pelo mercador flamengo Erasmus Schetz...

...porque na Europa o açúcar era bastante lucrativo, inclusive consumido pelo povo.

Um texto na tela complementava o que foi exposto pela estudante:

Erasmus Schetz era flamengo, da região de Flandres, e, antes mesmo de adquirir o Engenho do Governador, já operava na distribuição do açúcar brasileiro na Europa.

PREPARANDO A MONTAGEM

Se, desde o início do trabalho com as câmeras, a criatividade dos estudantes era constantemente estimulada, os educadores da Oficina agora encaminharam a etapa mais criativa, que foi a construção de uma *linha narrativa audiovisual* para o vídeodocumentário.

Nesta parte da montagem, o exemplo disso.

Silvio:

É um momento mesmo de abertura, a gente tá com muita idéia e é legal que isso aflore mesmo...

André:

É uma estrutura geral [como índice, embrião do que seria o Mapa de Referências], o que precisa estar nisso aqui [na Linha Narrativa].

As estudantes Dayana e Daniela imaginavam uma seqüência do vídeo.

Estimulado por elas, pensei em projetar as imagens sugeridas sobre uma tela, que cobriria um grande buraco em uma das paredes ainda em pé. Assim, Daniela e Dayana, respectivamente, complementaram a idéia da cena:

E a história continuasse e começasse aí, como se estivesse rodando um filme...

É, entra no vídeo, mostrando cena de trabalhador mexendo com cana!

Da tela de cinema do Engenho aos canaviais de hoje: o duro trabalho dos cortadores de cana...

O grupo considerava fundamental a montagem de uma seqüência que mostrasse essa realidade, pois já tínhamos visto, em um documentário que dirigi pelo VIDEOFAU USP, as referências vídeográficas de duas escalas distintas de produção: a usina de açúcar e o engenho de rapadura.

Continuando a tecer as referências, passamos dos canaviais ao tacho de cobre, com o caldo de cana sendo apurado ao ponto de rapadura. Sobre esta imagem, inserimos a leitura do professor Stols de um trecho da transcrição do relatório de 1548, em flamengo, sem legendas: o foco assim seria dirigido mais ainda à audição, pois neste ponto, interessava ao grupo propor o exercício de ouvir e reconhecer termos técnicos e palavras em torno da produção do açúcar, escritas em português no texto original flamengo.

O trecho completo:

Aengaende van de escraverias als hier is zeer goett ende ontrent 130 stukken alzo machos ende femias, welck de helft nielt de trambalkon, mits mett kinderen ende outt die nielt profitellick zijn ende geen better slaverije intt landtt mits veel escravos zijn die offycie int enginio hebben, als tacheros ende caldereros, ende oock negros van Genea. (Stols 1968 : 414)

Quanto às escravarias que temos aqui, são muito boas e de aproximadamente 130 peças, tanto de machos como de fêmeas, das quais a metade não trabalha pois são crianças e velhos que não são aproveitáveis. No país não existe melhor escravaria, porque muitos escravos têm ofício no engenho como tacheiros e caldeiros. Também tem negros de Guiné. (Stols 1968 : 417-418)

Na sequência, Stols interpreta o que tinha sido dito em flamengo:

E o importante dessa informação, que ele [o autor do relatório] dá aqui muito reduzido, [é] a necessidade de dispor do trabalho escravo. Ele quer muitos escravos, se trata de 130 peças, masculinas e femininas, entretanto reconhece que boa parte desse grupo são crianças ou já são velhos.

Imagens: Silvio Cordeiro e Luiz Bargmann

Moenda de entrosas de um engenho de rapadura em Iporanga.

Sr. Vanesio mostra a reprodução de uma aquarela de Debret.

E conclui:

O que ele quer é substituir a mão de obra independente, livre, por mão de obra escrava: ele diz que o mestre de açúcar, que na Ilha de Madeira se paga 30.000 réis, se pode aqui substituir por um escravo, mestre de açúcar negro, que não custará nada.

Debatíamos a escravidão, o preconceito racial em nossa sociedade. Na montagem, sons e imagens contrastam os tempos, as permanências... A moenda continua a girar a nossa história...

SETEIRAS

Dayana:

Todas essas casas se erguem numa altura...

Leandro:

E todas juntas e próximas de maneira que nenhuma fazenda seja tão forte para os contrários, nem tenha melhores casas em todos estes engenhos.

Dayana:

Daí que se pode defendê-lo facilmente com 3 ou 4 berços.

Após as leituras do manuscrito de 1548 (em momentos distintos da Oficina), inserimos o comentário de Eddy Stols:

As casas que ele encontra servem também como fortaleza...

Explicações sobre elementos de defesa na arquitetura do Engenho: a seteira e a câmera subjetiva...

Entre os pormenores daquela arquitetura fortificada – como dizia Stols, *pronta para resistir ao ataque inimigo* (os contrários, conforme o texto original) – a seteira foi o que mais instigou os estudantes, alimentando a imaginação de recontros passados ali, como a destruição do *Engenho* por mosqueteiros de Joris van Spilbergen: ao olhar através das poucas seteiras que restaram, a descoberta da *câmera subjetiva*, a buscar os ângulos possíveis de ataque e defesa!

Outro ponto fundamental, para se compreender a forte estrutura, foi a explicação sobre a técnica de construção das grandes paredes de pedra que ainda se sustentam.

Para fazer a argamassa utilizada na alvenaria, os construtores extraíam a cal das conchas encontradas nos *sambaquis* próximos, tal como foi exibido no documentário *Velhas Paredes de Pedra e Cal*, apresentado ao grupo na etapa de estudos preliminares.

Imagens: Sílvia Cordeiro e Rose Pan Moraes

Imagens realizadas em Cananéia, no sítio da Prainha, do Sr. Gilinho, para as gravações de Velhas Paredes de Pedra e Cal..., documentário exibido e discutido na Oficina. Etapas de produção da cal, de cima para baixo e no sentido de leitura textual:

Montagem da estrutura de madeira da caieira com o pavio (facho) no centro

Colocação das conchas sobre a estrutura de madeira

Ateia-se fogo no facho

No dia seguinte, as conchas entre as cinzas são molhadas com água, batendo-se em seguida para resolve-las em cal

Penera-se para depois se misturar com areia e água.

O PÃO DE AÇÚCAR

O grupo decidiu explicar as fôrmas de pão de açúcar encontradas nas escavações arqueológicas, iniciando com uma breve referência à campanha de 1996. Para tanto, após o estudo da iconografia na obra *Engenho e Tecnologia*, do professor Ruy Gama, o grupo selecionou uma gravura quinhentista de Stradanus, representando, na mesma imagem, todas as etapas da produção do açúcar em um engenho na Sicília. O estudo da iconografia levantada foi estimulado pelo exercício de encontrar *narrativas* presentes nesse tipo de representação.

Fonte: Ruy Gama

Fabricação de açúcar na Sicília. Gravura de Stradanus, sec. XVI. Vejam as fôrmas no canto direito da imagem.

Imagens: Olhar Periférico

BUSCANDO A HISTÓRIA II

Entre os diversos temas debatidos, ressurgia com frequência a discussão em torno do trabalho do arqueólogo...

Daniela:

A gente vai tentar buscar a realidade de um fato, mas não [há] nada que [seja] concreto [absoluto], porque tudo o que a gente vai achar, a gente não tem certeza absoluta, não é verdade? A gente tá supondo e tá buscando.

O debate prossegue com André:

Mas a gente tá caminhando para uma verdade, o trabalho do arqueólogo caminha [à uma verdade], não para uma verdade absoluta, mas para um conhecimento.

Silvio complementa:

Um esclarecimento maior.

E Daniela conclui:

[É] a mesma coisa que você [estar] estudando uma matéria, aí você escutou a professora, [mas] você vai buscar [a informação] em outros lugares, [vai encontrar] coisas diferentes, [então] você vai juntar e vai ver o quê vai te explicar aquilo [tudo] pra você.

A ESCAVAÇÃO DA MEMÓRIA I

Desde o início, quando elaborávamos o conceito da Oficina, propus a metáfora da escavação arqueológica enquanto processo do próprio documentário.

É o que André relembra ao grupo:

A gente [também] tá trabalhando com escavação de memória, quando a gente vai entrevistar a pessoa, a gente tá escavando a memória delas, quando a gente vai lá com a câmera, fuçar ali, a gente tá escavando um pouco sobre a história...

Colocamos ao grupo a importância do relato de pessoas que vivem no entorno de sítios arqueológicos como fonte para o próprio trabalho dos arqueólogos.

Durante a atividade de planejamento do exercício de gravação que seria dirigida pelo grupo, os estudantes decidiram convidar, entre os amigos mais velhos que moram há muito tempo no bairro, duas pessoas próximas: Inês, que estudava na escola; e Francisco, seu cunhado, que trabalhava como voluntário na mesma.

Vejamos o resultado desta gravação, realizada junto dos estudantes.

Silvio inicia a conversa:

Você lembra disso Inês?

Inês:

Lembro, puxa, logo que nós viemos morar aqui (em 1951) era tudo mato né. Tinha aqui o engenho e a gente vinha muito brincar pro lado de cá, eu e meus irmãos, éramos em 11 irmãos, a gente vinha muito brincar pra cá.

Corte para as imagens das bolinhas de gude, e Daniela diz:

Por isso que nas escavações feitas em 1996, foram encontradas várias bolinhas de gude.

O MURO

Sobre o acesso ao sítio, a opinião das estudantes...

Daniela:

Acho que para as crianças que vinham brincar aqui, isso aqui não era considerado um fato histórico e sim uma coisa largada que tava aqui, um espaço vazio onde eles pudessem vir brincar, um novo espaço p/ brincar, mas não ser considerado um fato histórico, aqui teve toda uma repercussão histórica, toda uma história.

Deise:

Era aberto, mas por estar aberto, sem as pessoas se importarem com o lugar. Eu acho que se estiver fechado mas com as pessoas se importando c/ o lugar, acho que seria bem melhor.

Daniela conclui ressaltando a importância do contato com o vestígio histórico:

Se você deixar fechado, as pessoas não têm conhecimento, que nem a gente, não tinha conhecimento, sabia que existia, conheceu a história pelos livros, mas não tinha contato com um negócio que está aqui do nosso lado...

A ESCAVAÇÃO DA MEMÓRIA II

Retomando o relato dos moradores do bairro registrados no Engenho...

André:

Você tem idéia de quando foi feito esse Engenho?

Francisco:

Ah, isso aqui deve ter sido feito lá na época de escravo, né.

Inês:

Em 51 [1951], já não havia mais o movimento aqui, a não ser o pessoal que vendia cana de açúcar aqui, ou banana...

Francisco:

Eu nasci em 1944 e isso aqui já tinha...

Imagens: Olhar Periférico

André:

É bem mais antigo do que isso...

Inês:

Quem saberia contar bem para vocês seria os meus avós.

Francisco:

O teu pai também, o meu sogro também...

André:

O engenho é de 1534...

Inês:

1534... É muita história...

Francisco:

Nossa, já pensou...

Inês:

Eu já peguei aqui em 1951... 51...

Francisco:

Caramba...

A reação de Inês e Francisco com relação à antiguidade do monumento correspondeu, de modo geral, à de outras pessoas com as quais o grupo entrou em contato durante a Oficina.

Imagens: Olhar Periférico

Descobrimos que o grau de desconhecimento da história do lugar pela população local era tão grande quanto a sua expressão de interesse, prontamente manifestada ao ter a mais breve informação sobre as ruínas, tal como o provável ano de sua construção, dito à dupla de moradores.

Uma reação positiva a revelar, por um lado, é o potencial de trabalho da arqueologia junto da própria comunidade.

A Oficina de Vídeo em torno da arqueologia do Engenho possibilitou, à sua maneira, que o conhecimento acadêmico se aproximasse das pessoas que habitam o *lugar-objeto* deste saber.

Ao prover os meios de participação e estímulo para que as pessoas compreendam a história de seu lugar, e percebam que essa mesma história é um processo em construção no qual elas interagem, a arqueologia abre a perspectiva para que elas considerem o patrimônio como parte de suas próprias histórias de vida.

A PAISAGEM DO ENGENHO

O grupo discutia que era preciso mostrar ao público a implantação do *Engenho*, e a melhor solução para isso seria pelo alto, imagens em movimento gravadas de cima, ou seja, sobrevoando a área, mas não havia recursos para isto. Quando a educadora Jussara Moritz apontou a possibilidade de apoio para um sobrevôo, os estudantes comemorariam, dias depois, ouvindo da escola o som do helicóptero: *consequimos !*

Corte para imagens aéreas, situando o *Engenho* na paisagem.

TELHAS QUEBRADAS

Como abordar a questão do abandono... Vamos acompanhar o momento em que surge a solução.

Dayana, lendo um trecho do manuscrito:

Quanto ao casario todo ele que temos aqui é muito bom e forte para os contrários...

E então...

Minha idéia? Mostrar, ao mesmo tempo, a defesa do lugar, da construção mesmo, dessa fortaleza, essa coisa da questão de defender o lugar aqui, de proteger, a proteção. E mostrar que tudo isso, mesmo com tudo isso, hoje em dia há o abandono, há a indefesa. Aqui é um lugar indefeso, ninguém liga, está caindo o teto, é isso.

Imagem: Olhar Periférico

NOVOS HORIZONTES...

Stols:

Essas pedras surpreendem, de um lado, pela antiguidade, pela importância da sua situação dentro do ciclo do açúcar. É mostrar como realmente o Engenho dos Schetz, ou dos Erasmos, depende de como o chamam, é um lugar realmente histórico. E que pode ser um lugar, a partir do qual a memória, mas a verdadeira reflexão histórica também vai abrir novos horizontes, seja a respeito da popularização do consumo do açúcar, da cultura do açúcar...

Esse lugar merece ser um lugar de conexão, que seja com museus que atuam em outros lugares, que seja uma dependência, um pequeno lugar, mas que abre, me parece, perspectivas para uma reflexão mais ampla, para uma interpretação mais contextualizada e mais cultural da economia do açúcar.

A Oficina de Vídeo caminhou pelo lúdico, procurando motivar um fator essencial no processo de trabalho: a imaginação dos jovens estudantes. O uso das câmeras, ao estimular um *olhar prospectivo* instigado pela arqueologia, revelou-se como recurso de estudo inusitado para o grupo: despertava-se o interesse em aprender de um jeito diferente, que permitia *apreender* os vestígios arqueológicos na paisagem por uma nova possibilidade de leitura revelada durante os exercícios no sítio arqueológico.

O *olhar* através da câmera – porém não um olhar aleatório, mas sim com a intenção de desvelar os significados e sentidos abrigados naquela paisagem – provocou uma ruptura com o que antes apenas se via, mas sem se compreender as suas origens e seu estado atual: as ruínas, as ruas, o morro, a cachoeira, as casas, a escola, o rio, as pessoas... Um novo olhar a descobrir novos sentidos através das *imagens da redescoberta* daquela paisagem histórica.

O processo foi uma maneira de *explorar* o universo que nos abrange, pois é através da linguagem que interagimos nele e o *imaginar* se inspira e se expressa por diversas linguagens. A própria arqueologia pôde ser percebida como uma forma de linguagem, que nos permite compreender aquilo que um dia existiu: no curso de sua história, a *Humanidade* construiu no espaço distintas maneiras de se comunicar e construir o mundo, sejam as pinturas e gravuras rupestres, sejam os próprios objetos industrializados da alta tecnologia, que por sua vez, expressam a evolução do conhecimento humano.

Nesse sentido, a paisagem também comunica essa evolução, através de sua transformação por distintas culturas, com determinadas intenções ao longo do tempo, por isso ela pode nos contar muito sobre a nossa presença no mundo.

A experiência com a linguagem audiovisual na Oficina de Vídeo, ao estimular os estudantes no usufruto de uma *nova gramática*, procurou ampliar o repertório de seus códigos de representação e expressão do pensamento: *olhar* as ruínas quinhentistas, percebê-las inscritas na paisagem urbana onde vivem – através de uma câmera – propiciou um novo modo de tecer e comunicar relações formuladas entre os objetos e a história, entre as pessoas e o lugar, entre o espaço e o tempo...

NOTAS

¹ Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, SEADE, 2000.

² Atual Escola Prof^a. Gracinda Maria Ferreira: inaugurada em 1985 pelo então Governador de São Paulo André Franco Montoro, dois anos antes da grande destruição do entorno dos Erasmos, denominaram-na *Escola Parque do Engenho...*

³ Nesse sentido, vejamos o que disse Pierre Bourdieu, sobre a história inscrita nos objetos, objetivada, e a história feita o corpo, atuante:

Do mesmo modo que o escrito só escapa ao estado da letra morta pelo ato da leitura, o qual supõe uma atitude e uma aptidão para ler e para decifrar o sentido nele inscrito, também a história objetivada, instituída, só se transforma em ação histórica, isto é, em história 'atuada' e atuante, se for assumida por agentes cuja história a isso os predispõe e que, pelos seus 'investimentos' anteriores, são dados a interessar-se pelo seu funcionamento e dotados das opiniões necessárias para a pôr a funcionar. (Bourdieu 2002 : 83)

⁴ *O trabalho do arqueólogo tem, como um dos resultados, o poder de legitimar uma série de representações simbólicas, todas elas, de alguma maneira, conexas à atualidade do tempo em que o arqueólogo vive, contexto que acaba por incidir em suas interpretações sobre o passado. (Acuto et Zarankin 1999)*

⁵ Importante notar que o vídeo tem alcançado públicos amplos em escolas, projetos de capacitação em audiovisual para professores da rede pública como o Cinema e Vídeo Brasileiro nas Escolas, da organização não-governamental Ação Educativa. Tem sido exibido muitas vezes acompanhado de palestras ou debates com os realizadores em torno das possibilidades de uso do vídeo como instrumento educativo.

⁶ Em 2006, esses dois *instrumentos* foram novamente utilizados em exercícios do curso de introdução aos recursos audiovisuais que desenvolvi para estudantes de arqueologia no Labeca - Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga do MAE USP.

EPÍLOGO DO TEMPO

...cada lugar está sempre mudando de significação,
graças ao movimento social:
a cada instante,
as frações da sociedade
que lhe cabem
não são as mesmas.

Milton Santos

Sob o impulso da expansão dos mercados urbanos europeus, um novo *tempo* suplantaria aquele relacionado aos ritmos da natureza, o movimento das estações do ano, a vida rural regida pela economia agrária. O crescimento da atividade mercantil nos burgos medievais do século XIV, refletir-se-ia no tempo de trabalho nas oficinas urbanas, visando-se resolver novos problemas de produtividade, exigindo por isso, um tempo de trabalho melhor medido: é a passagem da *hora antiga*¹, regrada pela divisão *eclesiástica* do tempo, para a *hora moderna* da sociedade urbana que se desenvolve.

Um dos principais motivos que promoveram à nova mensura do tempo, dividindo-o matematicamente, sem relação com os ritmos naturais, fora, segundo Jacques le Goff...

...a necessidade de adaptar-se à evolução econômica, mais precisamente às condições do trabalho urbano. (Goff 1980 : 62)

Se antes, a referência *mutável* da duração dos dias definia o começo e o fim do labor, movendo-se de acordo com as estações do ano, na virada para o século XV, as pressões em torno da duração do dia de trabalho seria motivo de *lutas operárias* na Europa².

As exigências de um *tempo preciso*³, portanto, vieram de mudanças no meio produtivo das cidades, marcando-se o cotidiano por um sistema cronológico *que enquadra a vida urbana*. (Goff 1980) Esse movimento acompanha outra importante passagem, de profunda repercussão na História: a passagem da produção artesanal para a produção manufatureira e seu desenvolvimento à produção industrial. A evolução tecnológica em curso acentuaria, cada vez mais, *a divisão do trabalho em todos os níveis*. (Gama 1983)

Vimos como a arquitetura traduziu, funcionalmente, a divisão de trabalho no espaço construído dos engenhos. (Gama 1983 : 340) Foram os primeiros ensaios da configuração de tipo *industrial*, no sentido de resolver problemas de fluxo da produção em escala, que alcançaria as dimensões das grandes usinas e suas máquinas, tais como nas instaladas em Cuba, no século XIX, espaços de produção totalmente integrados sob uma vasta e elevada estrutura independente de abrigo. O *novo tempo* toma forma no espaço arquitetônico, à prover um fluxo contínuo, assim como distintas técnicas são também acionadas nesse sentido: da automação à engenharia genética, as técnicas atuais de controle, se já atuam a regular o processo entre determinados limites, podem até *comprimir* mais o tempo de produção⁴.

Marx assim sintetizaria:

Economia de tempo: a isso se resume, em última instância, toda economia. (Harvey 2002 : 208)

Compreender a situação exemplar dos vestígios arqueológicos dos *Erasmos* na história moderna é reconhecer a sua importância como testemunho, patrimônio a referenciar no tempo o feixe de forças sociais que se exerceu naquele lugar⁵. O *Engenho* representa um estágio fundamental nas transformações que acabaram por consolidar – sobretudo após a Revolução Industrial – uma tendência do modo de produção capitalista: a *aceleração de processos*⁶.

A Oficina experimental entre as ruínas abraça uma interessante perspectiva para se refletir a própria evolução tecnológica dos instrumentos de trabalho e seu impacto no modo de vida atual...

Vejamos as provocações de Françoise Choay:

Simbolizou-se pela noção de instrumento a atividade técnica que, desde a época da pedra lascada até a das máquinas (inclusive) acompanhou a antropologização de nossa espécie, ou ainda, nas palavras de Marx, a transformação da terra em mundo humano. Mas os instrumentos eletrônicos ou eletrônicos são de outra natureza: eles requerem – de nosso corpo e particularmente de nosso cérebro, que substituem, dotando-os de poderes até então insuspeitados – uma interiorização, uma integração e uma assimilação que escondem sua necessária mediação e fazem deles próteses de um novo tipo. (Choay 2001 : 241)

Essas próteses, permitem-nos escapar, cada vez mais...

...às limitações tradicionais de lugar, de pertença ao espaço terrestre: funcionalmente, munindo-nos de uma mobilidade que nega a distância e permite-nos exercer uma atividade ubiqüitária, assim como optar pelo teletrabalho; sensorialmente e socialmente, interconectando nossa experimentação corporal do mundo físico e esse contato direto com os outros homens. (Choay 2001 : 242)

A aceleração de processos que conduz o ritmo de vida atual acaba, *antropofagicamente*, se sobrepondo a outros modos, ditos *tradicionais*, quando sob influência das *redes* em expansão no mundo, como infra-estrutura urbana, comunicação, etc. Elas permitem *acessar* e *conectar* lugares antes preservados em seus antigos recintos⁷: culturas enraizadas aos ritmos naturais de seu habitat, na herança de técnicas ancestrais de usufruto do ambiente, nas suas linguagens...

Esse processo é atualíssimo no mundo e no Brasil, seja no impacto da expansão urbana e do turismo, seja a expansão das fronteiras agrícolas sobre os povos indígenas remanescentes: embora alguns grupos ainda consigam *preservar* seu modo de vida e sua cultura, contudo, a tendência é de assédio crescente... Uma *aceleração* que influi, portanto, poderosamente na sociedade, como assinalara Laymert Garcia dos Santos:

A relatividade do espaço-tempo se impõe na experiência cotidiana e, com ela, uma grande mudança de perspectivas. (Santos 2003 : 114)

A instância do chamado *tempo real* das operações no *ciberespaço* funda a *instantaneidade*, culminância do estágio da aceleração que hoje vivenciamos, interagindo no mundo: ao processarmos cada vez mais as nossas relações – de trabalho, de consumo, de entretenimento, de *convívio* – via programas, sistemas, redes de informação, criamos um hábito, incorporando-se nele um *ritmo*.

DAS RUÍNAS ÀS IMAGENS DAS RUÍNAS

A arqueologia propiciou, por assim dizer, o acesso às origens do velho Engenho naquele lugar... Confronto entre tempos distintos: o tempo das ruínas, testemunho do *tempo passado em sua larga dimensão*; o tempo de apreensão das ruínas no instantâneo registro de suas imagens pelos estudantes, *tempo sem dimensão*.

No Brasil, onde grande parte da população informa-se do mundo através de conteúdos televisionados, trabalhar a construção do discurso audiovisual com estudantes atua também na formação de um público mais crítico, ao revelar o poder dessa linguagem no contexto ideológico na sociedade. Expressar-se através da narrativa documental, no sentido dessa experiência educativa, foi, ao seu modo, refletir sobre o *tempo* que vivenciamos e (re) produzimos.

Os estudos em torno das ruínas do velho engenho foram ali exercitados, como condição básica do processo, pois, vizinhos de muro, estudantes da escola pública poderiam ler sua paisagem, a partir do próprio monumento. Uma síntese oportuna do conceito que dirigiu a Oficina, afina-se ao dizer de Paulo Freire, em suas palavras...

...saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. (Freire 2004)

Perceber, no estudo da história durante a Oficina, o impacto da evolução tecnológica da humanidade e suas motivações sobre o mundo, balizaria no tempo e no espaço a instalação das primeiras manufaturas nas colônias americanas: o *engenho* e a *mineração* desencadeariam o imenso circuito colonial entre continentes e culturas diversas. No Brasil, primeiro com os engenhos, fundar-se-iam em territórios ancestrais devassados, as origens de um novo país.

Neste sentido, o que podemos aprender sobre a incipiente sociedade colonial brasileira com os vestígios documentais – testemunhos escritos, nos textos, nos objetos e na paisagem – desta empresa mercantil-capitalista que aqui se empreendeu? Como a construção do discurso histórico pode provocar e estimular nossa sociedade a perceber a amplitude de abordagens sobre o passado? Que posturas são provocadas pelo exercício da construção do conhecimento e da comunicação? São estas algumas questões que o trabalho experimental da Oficina provoca.

Confrontar tempos distintos, porém resultantes de uma evolução processada na história, é um exercício de perceber-se no mundo enquanto *Ser* que nele interage, exercício de perceber...

...que a construção de minha presença no mundo, que não se faz no isolamento, isenta da influência das forças sociais, que não se compreende fora da tensão entre o que herdo geneticamente e o que herdo social, cultural e historicamente, tem muito a ver comigo mesmo.

(Freire 2004)

Nesse sentido, é preciso reconhecer o poder simbólico exercido nos discursos imagéticos na atualidade: ancestral em sua essência, mas reinvestido na lógica que reproduz a sociedade capitalista, esse poder permeia o universo da Comunicação, dos telejornais à propaganda. Ao explorar na Oficina os conceitos de construção do discurso audiovisual, educava-se também o *olhar* dos jovens na perspectiva política e crítica frente às mensagens transmitidas.

Situar as ruínas dos *Erasmos* na história através das atividades da Oficina, permitiu percebê-las na amplitude desse movimento, refletir-se sobre a dinâmica de relações que conduziram a marcha da colonização do *Novo Mundo*, ponto crucial da história de nossa formação como *Povo Novo*.

SOBRE TECNOLOGIAS...

A transformação da paisagem terrestre testemunha a expansão de nossa espécie no planeta: na busca para se compreender os meios encontrados pela humanidade para construir seu habitat na terra, rememoramos toda a história da descoberta humana do mundo...

O *olhar prospectivo* sobre as evidências de tempos pretéritos, vividos pelos ancestrais, nos dá, por contraste, a dimensão do movimento e aceleração processada no âmbito das tecnologias: assistimos hoje o poder do voo profundo, a alcançar outros mundos no universo que nos abriga, tão imenso quanto o mergulho pela essência da vida e da nossa gênese.

No momento em que novas descobertas se aproximam, cabe percebermos a importância da atitude humana quanto ao usufruto das novas tecnologias e o fluxo de suas ações no espaço e no tempo...

NOTAS

¹ Como explicaria Jacques le Goff:

No Ocidente medieval, a unidade de tempo de trabalho é o dia, de início o dia de trabalho rural que encontramos na terminologia metrológica – o diário de terra – e, à sua imagem, dia de trabalho urbano, definido pela referência mutável ao tempo natural, do levantar ao pôr do sol, e marcado, aproximadamente, pelo tempo religioso, o tempo das horæ canonicæ, tirado da Antiguidade romana. (Goff 1980 : 62)

² Como lembra o geógrafo britânico David Harvey...

...é o domínio do tempo de trabalho dos outros que dá aos capitalistas o poder inicial de se apropriar dos lucros para si; as lutas entre proprietários do trabalho e do capital em torno do uso do tempo e da intensidade do trabalho são endêmicas. Elas remontam (...) ao menos ao período medieval. (Harvey 2002 : 210)

³ Nas palavras de J. le Goff...

...o progresso decisivo para marcar as horas certo é, evidentemente, a invenção do relógio mecânico [no séc. XIV], do sistema de escape que dá enfim a hora em sentido matemático, a vigésima quarta parte do dia (...). Projeta-se na escolástica um novo tempo, na mesma altura que os estudos sobre o impetus revolucionaram a mecânica e que a perspectiva moderna começa a revolucionar a visão. O século do relógio é também o do canhão e da profundidade do campo visual. Tempo e espaço transformam-se ao mesmo tempo, tanto para o sábio, como para o mercador. (Goff 1980 : 70 - 71)

⁴ Vejamos um excerto da obra A Condição Pós-Moderna, do geógrafo britânico David Harvey, publicado em 1989:

O incentivo à criação do mercado mundial, para a redução de barreiras espaciais e para a aniquilação do espaço através do tempo, é onipresente, tal como o é o incentivo para racionalizar a organização espacial em configurações de produção eficientes (organização serial da divisão detalhada do trabalho, sistemas de fábricas e de linha de montagem, divisão territorial do trabalho e aglomeração de grandes cidades), redes de circulação (sistemas de transporte e comunicação) e de consumo (...). As inovações voltadas para a remoção de barreiras espaciais em todos esses aspectos têm tido imensa significação na história do capitalismo. (Harvey 2002 : 212)

⁵ Milton Santos, ao evidenciar que a essência do espaço é social, observara:

Como as formas geográficas contêm frações do social, elas não são apenas formas, mas formas-conteúdo. Por isso, estão sempre mudando de significação, na medida em que o movimento social lhes atribui, a cada momento, frações diferentes do todo social. Pode-se dizer que a forma, em sua qualidade de forma-conteúdo, está sempre permanentemente alterada e que o conteúdo ganha uma nova dimensão ao encaixar-se na forma. A ação, que é inerente à função, é condizente com a forma que a contém: assim, os processos apenas ganham inteira significação quando corporificados. O movimento dialético entre forma e conteúdo, a que o espaço, soma dos dois, preside, é, igualmente, o movimento dialético do todo social, apreendido na e através da realidade geográfica. Cada localização é, pois, um momento do imenso movimento do mundo, apreendido em um ponto geográfico, um lugar. (Santos 1985 : 2)

⁶ Do giro da volandeira ao tempo de giro do capital... Vejamos as palavras do geógrafo britânico David Harvey:

Há um incentivo onipresente para a aceleração, por parte de capitalistas individuais, do seu tempo de giro com relação à média social, e para fazê-lo de modo a promover uma tendência social na direção de tempos médios de giro mais rápidos. O capitalismo (...) tem sido caracterizado, devido a isso, por contínuos esforços de redução dos tempos de giro, acelerando assim processos sociais (...). Há, contudo, algumas barreiras a essa tendência – na rigidez da produção e das habilidades de trabalho, no capital fixo que deve ser amortizado, nas fricções do mercado, nas reduções do

consumo, nos pontos de estrangulamento de circulação do dinheiro, etc. Há toda uma história de inovações técnicas e organizacionais aplicadas à redução dessas barreiras – que envolvem tudo, da produção em linha de montagem e da aceleração de processos físicos (fermentação, engenharia genética) à obsolescência planejada do consumo (a mobilização da moda e da publicidade para acelerar a mudança), ao sistema creditício, aos bancos eletrônicos, etc.. (Harvey 2002 : 209 - 210)

⁷ *O impacto das “novas tecnologias” sobre o âmbito das edificações das sociedades da segunda metade do século XX pode ser resumido pela generalização e consagração de um “urbanismo de redes”, isto é, pela extensão, na escala dos territórios e do planeta, de redes de infra-estruturas técnicas, associadas ao gigantismo das redes de telecomunicações. Esse processo de reticulação dos espaços físicos naturais e não naturais tem seu funcionamento baseado numa nova lógica. Essa lógica “de conexão” distingue-se e opõe-se às lógicas tradicionais locais de articulação do espaço construído, que se baseiam na harmonização dos elementos construídos entre si e com seu contexto natural e cultural. As redes (fluidos, energias, transportes, informação, etc.) constituem um dispositivo sobre o qual basta a qualquer estabelecimento humano – minúsculo ou gigantesco, singular ou formado por um agregado de inúmeras unidades – conectar-se para poder funcionar. (Choay 2001 : 242)*

BIBLIOGRAFIA

AB´SABER, Aziz N.

1999 *Proposta de um Parque no Velho Território dos Erasmos*. In *Revista USP: Dossiê Engenho dos Erasmos*. 41. USP. São Paulo.

ACUTO, Félix A. et ZARANKIN, Andrés (orgs.)

1999 *Sed Non Satiata: Teoria Social en la Arqueología Latinoamericana Contemporánea*. Ediciones Del Tridente. 25. Colección Científica. Buenos Aires.

AMARAL, Aracy do.

1981 *A Hispanidade em São Paulo*. Edusp. Nobel. São Paulo.

ANJOS, Fernanda Maria Felipe dos.

1998 *Engenho São Jorge dos Erasmos: uma abordagem interdisciplinar do documento na Arqueologia Histórica*. Dissertação de Mestrado. Orientadora: Profª. Drª. Margarida Davina Andreatta. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo.

ANTONIL, André João (pseud.)

1982 *Cultura e Opulência do Brasil*. Edusp, São Paulo e Ed. Itatiaia, Belo Horizonte.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO (AESP)

1929 Publicação oficial de documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. Volume 48.

ARQUIVO NACIONAL (AN)

1914 Publicação do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro.

AZEVEDO, E. B.

1990 *Arquitetura do Açúcar: engenhos do recôncavo baiano no período colonial*. Nobel. São Paulo.

BELLUZZO, A. M. de Moraes.

1999 *O Brasil dos Viajantes*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. CNPq-Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Fundação Odebrecht. São Paulo.

BIBLIOTECA NACIONAL

1954-1963 *Documentos para a História do Açúcar*. Volumes I, II, III. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

BOSI, Ecléa.

1998 *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. Companhia das Letras. São Paulo.

BOURDIEU, Pierre.

2002 *O Poder Simbólico*. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.

BUSSCHE, E. Van Den.

1872 *Flandre et Portugal. Relations qui Existerent Autrefois entre les Flamands et les Portugais*. Bruges.

CANAVIAL, Visconde do.

1885 *A Cultura da Cana do Açúcar*. Funchal.

CEHA - Centro de Estudos de História do Atlântico.

2000 *História e Tecnologia do Açúcar*. Coleção Memórias 30. Edição CEHA. Funchal.

1996 *Escravos com e sem Açúcar. Actas do Seminário Internacional*. Edição CEHA. Funchal.

CHOAY, Françoise.

2001 *A Alegoria do Patrimônio*. Editora Estação Liberdade / Editora UNESP. São Paulo.

CORDEIRO, J. P. L.

1945 *O Engenho São Jorge dos Erasmos*. Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo.

CORDEIRO, Silvio.

2005 *Os Flamengos na Ilha de São Vicente: a montagem do discurso histórico em torno de um monumento quinhentista*. In FOGOLARI, E. et FUNARI, P. P. (orgs.) - *Estudos de Arqueologia Histórica* (no prelo).

2004 *Imagens da Redescoberta: perspectivas educativas em torno de um monumento quinhentista*. In *Anais do III Workshop Arqueológico de Xingó*. UFSE. Museu de Arqueologia de Xingó. Sergipe.

CORDEIRO, Silvio et COSTA, André.

2001 *Engenho São Jorge dos Erasmos - Imagens da Redescoberta*. In *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo*. São Paulo.

CORTE-REAL, Manuel Henrique.

1967 *A Feitoria Portuguesa da Andaluzia, 1500-1532*. Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa.

CORTESÃO, Jaime.

1984 *A Cartografia do Açúcar e o seu Significado Histórico*. In *Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses*. (O.C. Vol. XXIX) Livros Horizonte. Lisboa.

COSTA, F. Carreiro da.

s/d *A Cultura da Cana de Açúcar nos Açores*. Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores. Nº 10. Açores.

COSTA, Lúcio.

1978 *A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil*. MEC. IPHAN. FAU USP. São Paulo.

1962 *Sobre Arquitetura*. CEUA. Porto Alegre.

CUNHA, Euclides da.

1995 *Obra Completa*. Volume I. Ed. Nova Aguilar. Rio de Janeiro.

EVERAERT, John G.

1989 *Marchands Flamands a Lisbonne et l'Exportation du Sucre de Madère (1480-1530)*. In *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira (Funchal, 1986)*. Vol. I. Páginas 442 a 480. Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração. DRAC. Funchal.

FAUSTO, Boris.

2003 *História do Brasil*. EDUSP. São Paulo.

FOUCAULT, Michael

2003 *Microfísica do Poder*. Graal. São Paulo.

FREIRE, Anselmo Braamcamp.

1920 *Notícias da Feitoria da Flandres Precedidas dos Brandões Poetas do Cancioneiro*. In *Archivo Histórico Portuguez*. Tomo VI. Lisboa.

FREYRE, Gilberto.

1937 *Nordeste. Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Brasil*. Ed. J. Olímpio. Rio de Janeiro.

FUNARI, Pedro Paulo.

- 2004 *Public Archaeology in Brazil*. In MERRIMAN, Nick. *Public Archaeology*. Londres.
- 2003 *Arqueologia*. Ed. Contexto. São Paulo.
- 2002 *A Arqueologia Histórica em uma perspectiva mundial*. In SENATORE, Maria Ximena et ZARANKIN, Andrés (orgs.). *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: Cultura Material, Discursos e Práticas*. Ediciones Del Tridente. 44. Colección Científica. Buenos Aires.
- 2001 *Public Archaeology from a Latin American Perspective*. In *Public Archaeology*. Vol. I. James & James Science Publishers. Londres.
- 2000 *Archaeology, Education and Brazilian Identity*. In *Antiquity*. Vol. 74. Nº 283.

GAMA, Ruy.

- 1983 *Engenho e Tecnologia*. Livraria Duas Cidades. São Paulo.

GANDAVO, Pero de Magalhães.

- [1980] *Historia da Provincia Sãcta Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. 1576. Editor Antonio Gonsalvez. Lisboa, Portugal. [*Tratado da terra do Brasil e História da Província de Santa Cruz*. Edusp, São Paulo e Ed. Itatiaia, Belo Horizonte].

GIL, Maria Olímpia da Rocha.

- 1965 *Engenhos de Moagem no Século XVI (Técnicas e Estruturas)*. In *Do Tempo e da História*. Tomo I. Páginas 161 a 183. Lisboa.

GODINHO, Vitorino Magalhães.

- 1983 *O Açúcar dos Arquipélagos Atlânticos*. In *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. 2ª ed. Vol. IV. Parte III. Cap. 6. Páginas 69 a 100. Presença. Lisboa.
- 1983 *O Açúcar no Brasil e no Oriente*. In *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. 2ª ed. Vol. IV. Parte III. Cap. 7. Páginas 101 a 118. Presença. Lisboa.
- [1978] *Le Portugal, les Flottes du Sucre et les Flottes de l' Or, 1670-1770*. 1950. In *Annales E.S.C.* Nº. 2. Páginas 184 a 197. [*Portugal, as Frotas do Açúcar e as Frotas do Ouro, 1670-1770*. Reed. trad. port. In *Ensaíos*. 2ª ed. Vol. II. Páginas 423 a 448. Editor Sá da Costa. Lisboa]

GODOY, Hélio.

- 2002 *Documentário, Realidade e Semiose: os sistemas audiovisuais como fontes do conhecimento*. Annablume. FAPESP. São Paulo.

GOFF, J. L.

- 1984 *Documento/Monumento. Memória/História*. Imprensa Nacional. Porto.
- 1980 *Para um novo conceito de Idade Média*. Imprensa Universitária. Ed. Estampa.

GOMES, Geraldo.

- 1998 *Engenho e Arquitetura*. Ed. Fundação Gilberto Freyre. Recife.

GONÇALVES, Daniel Issa.

1998 *O Peabirú: uma Trilha Indígena Cruzando São Paulo*. Caderno do LAP. FAU USP. São Paulo.

GONÇALVES FILHO, José Moura.

s/d *Instrução 1 para o trabalho de campo*. Folheto da disciplina Psicologia Social I. Seis páginas. Inst. de Psicologia USP.

GORIS, J.A.

1925 *Etude sur les Colonies Marchandes Meridionales (Portugais, Espagnols, Italiens) à Anvers de 1488 a 1567*. Louvain.

GREENFIELD, Sidney M.

1977 *Madeira and the Beginnings of Sugar Cane Cultivation and Plantation Slavery*. In RUBIN, Vera et TUDEN, Arthur (eds.). *Comparative Perspectives on New World Plantation Societies*. Páginas 236 a 252. New York Academy of Sciences. Nova Iorque.

HOLANDA, Sérgio Buarque de.

1994 *Caminhos e Fronteiras*. Companhia das Letras. São Paulo.

1990 *Monções*. Ed. Brasiliense. São Paulo.

1982 *Raízes do Brasil*. José Olympio. Rio de Janeiro.

HARVEY, David.

1992 *A Condição Pós-Moderna*. Edições Loyola. São Paulo.

D. JOÃO III, Rei de Portugal. (aut. orig.).

[1898] *Regimento de Tomé de Sousa [Primeiro Governador Geral do Brasil], Almeirim, 17 de dezembro de 1548*. In [Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 61. Páginas 39 a 57. Rio de Janeiro].

[1861] *Cartas a Martim Afonso de Sousa, Vila de Castro Verde, 20 de novembro de 1530: Carta de Grandes Poderes ao capitão-mor, e a quem ficasse em seu lugar / Carta de Poder para o capitão-mor criar tabeliães e mais oficiais de justiça / Carta para o capitão-mor dar terras de sesmaria*. In [Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 24. Páginas 74 a 79. Rio de Janeiro].

KATINSKY, Júlio R.

1998 *O Universo das Técnicas no Brasil Colonial*. FAU USP (inédito).

LAGA, Carl.

1963 *O Engenho dos Erasmos em São Vicente: resultado de pesquisas em arquivos belgas*. In *Estudos Históricos*. Nº01. Páginas 13 a 43. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília. Departamento de História. Marília.

LEFEBVRE, Henri.

1986 *Production Social de l'Espace*. Anthropos. Paris.

1969 *O Direito à Cidade*. Documentos. São Paulo.

LEITE, Duarte.

1959 *O Açúcar (O Açúcar até Fins da Idade Média. Os Primeiros Açúcares Portugueses. O Surto do Açúcar na Madeira)*. In GODINHO, Vitorino Magalhães (ed.). *História dos Descobrimentos*. Colectânea de Esparsos. Vol. I. Páginas 451 a 464. Cosmos. Lisboa.

LEITE, Serafim, S.J. (ed.).

1956-1958 *Monumenta Brasiliae. Monumenta Historica Societatis Iesu. Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*. Volumes I, II, III. Comissão do IV Centenário. Tipografia da Atlântida. Coimbra.

1940 *Novas Cartas Jesuíticas (de Anchieta a Vieira)*. Ed. Nacional. São Paulo.

LÉRY, Jean de.

[1980] *Histoire d'un Voyage Fait en la Terre du Bresil, Autrement Dite Amerique...* 1578. Editor Antoine Chuppin, La Rochelle, França. [*Viagem à Terra do Brasil*. Edusp, São Paulo e Ed. Itatiaia, Belo Horizonte].

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da.

1975 *Memórias para a História da Capitania de S. Vicente, Hoje Chamada S. Paulo*. Edusp, São Paulo e Ed. Itatiaia, Belo Horizonte.

MAGALHÃES, Basílio de.

1953 *O Açúcar nos Primórdios do Brasil Colonial*. Instituto do Açúcar e do Alcool. Rio de Janeiro.

MARICATO, Ermínia

1996 *Metrópole na Periferia do Capitalismo*. Hucitec. São Paulo.

MARQUES, A. H. de Oliveira.

1962 *Notas para a História da Feitoria Portuguesa na Flandres no Século XV*. In *Studi in Onore di Amintore Fanfani*. Vol. II (Medioevo). Páginas 437 a 476. Dott A. Giuffre Ed. Milão. Itália.

MAURO, Frédéric.

1971 *Do Pau Brasil ao Açúcar: Estruturas Econômicas e Instituições Políticas*. In *Revista de Ciências do Homem da Universidade de Lourenço Marques*. Vol. IV. Ser. A (sep.). Lourenço Marques.

MIGUEL, Carlos Montenegro.

1962 *O Açúcar. Sua Origem e Difusão*. In *Arquivo Histórico da Madeira*. Funchal.

MONTEIRO, John Manuel.

1995 *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. Companhia das Letras. São Paulo.

MORAIS, José Luiz de.

2003 *O Engenho São Jorge dos Erasmos na Perspectiva Arqueológica e Ambiental da Baixada Santista. Relatório Final*. MAE USP. FAPESP. São Paulo.

ORSER (Jr.), Charles E.

2000 *Introducción a la Arqueología Histórica*. AINA. Buenos Aires.

PARREIRA, Henrique Gomes de Amorim.

1952 *História do Açúcar em Portugal*. In *Anais da Junta de Investigações do Ultramar*. Vol. II. Tomo I. JIU. Lisboa.

PAVIOT, Jacques.

1989 *Les Relations Économiques entre le Portugal et la Flandre au XV Siècle*. In *Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época* (Porto.1988). Economia e Comércio Marítimo. Vol. III. Páginas 531 a 540. Universidade do Porto. CNCDP. Porto.

PEREIRA, Fernando Jasmins.

1969 *O Açúcar Madeirense de 1500 a 1537: Produção e Preços*. ISCSPU. Lisboa.

PEREIRA, João Cordeiro.

1983 *Para a História das Alfândegas em Portugal no Início do Século XVI (Vila do Conde - Organização e Movimento)*. Universidade Nova. Lisboa.

PETRONE, Maria Tereza Schorer.

1968 *A Lavoura Canavieira em São Paulo*. Difel. São Paulo.

PETRONE, Pasquale.

1995 *Aldeamentos Paulistas*. EDUSP. São Paulo.

PRADO, Caio.

1984 *História Econômica do Brasil*. Ed. Brasiliense. São Paulo.

PRADO, Caio.

1994 *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. Ed. Brasiliense. São Paulo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (ACVSP)

1914 *Actas da Câmara Municipal da Vila de São Paulo*.

QUEIROZ, Suely R. R. de.

- 1967 *Algumas notas sobre a lavoura do açúcar em São Paulo no período colonial.* In *Anais do Museu Paulista*. Nº 21. Páginas 109 a 277. São Paulo.

RAU, Virgínia.

- 1965 *Factores e Feitorias, 'Instrumentos' do Comércio Internacional Português no Século XVI.* Vol. LXXXI. Brotéria. Porto.

RAU, Virgínia et MACEDO, Jorge de.

- 1962 *O Açúcar da Madeira nos Fins do Século XV: problemas de produção e comércio.* Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal. Funchal.
- 1961 *O Açúcar na Ilha da Madeira: Análise de um Cálculo de Produção dos Fins do Século XV.* In *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*. Vol. V. Parte I. Páginas 189 a 210. Lisboa.

REIS, Nestor Goulart.

- 2001 *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial.* EDUSP. Imprensa Oficial do Estado. São Paulo.
- 2000a *Evolução Urbana do Brasil: 1500 ~ 1720.* Ed. Pini. São Paulo.
- 2000b *Quadro da Arquitetura no Brasil.* Ed. Perspectiva. São Paulo.
- 1995 *Notas sobre o Urbanismo no Brasil / Primeira parte: período colonial.* Cadernos de Pesquisa do LAP- Laboratório de Estudos sobre a Urbanização, Arquitetura e Preservação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo.

REVISTA DA USP (REVUSP)

- 1999 *Dossiê Engenho dos Erasmos.* 41. USP. São Paulo.

RIBEIRO, Darcy.

- 1997 *O Povo Brasileiro: evolução e o sentido do Brasil.* Companhia das Letras. São Paulo.

SALGADO, Abílio José et SALGADO, Anastácio Mestrinho.

- 1986 *O Açúcar da Madeira e Algumas Instituições de Assistência na Península e Norte de África, durante a Primeira Metade do Século XVI.* Lisboa.

SANTAELLA, Lucia.

- 2001 *Matrizes da Linguagem e Pensamento – Sonora Visual Verbal: aplicações na hipermídia.* Iluminuras. FAPESP. São Paulo.

SANTOS, Laymert Garcia dos.

- 2003 *Politizar as Novas Tecnologias: o Impacto Sócio-técnico da informação digital e genética.* Editora 34. São Paulo.

SANTOS, Milton.

1985 *Espaço e Método*. Livraria Nobel. São Paulo.

SCHMIDEL, Ulrich.

[1986] *Ander Theil Dieses Weltbuchs von Schiffahren....* 1567. Frankfurt. [*Relato de la conquista del Río de la Plata y Paraguay, 1534-1554*. Alianza Editorial. Madrid].

SCHWARTZ, Stuart B.

1988 *Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial 1550-1835*. Companhia das Letras. São Paulo.

SENATORE, Maria Ximena et ZARANKIN, Andrés (orgs.).

2002 *Arqueologia da Sociedade Moderna da América do Sul: Cultura Material, Discursos e Práticas*. Ediciones Del Tridente. 44. Colección Científica. Buenos Aires.

SERRÃO, Joel.

1950 *Nota sobre o Comércio do Açúcar entre Viana do Castelo e o Funchal de 1581 a 1587 e sobre a Decadência do Açúcar Madeirense a Partir dos Fins do Século XVI*. In *Revista Económica*. Vol. III. Fasc. IV.

SIMÕES, Alberto Veiga.

1933 *La Flandre, le Portugal et les Débuts du Capitalisme Moderne*. Bruxelas.

SOUSA, Martim Afonso de.

[1964] *Carta à Rainha D. Catarina de Portugal*. Cadernos de História nº 1. Ed. Obelisco. São Paulo.

SOUSA, Pero Lopes de.

[1964] *Diário de Navegação de 1530 a 1532*. Ed. Obelisco. São Paulo.

SPILBERGEN, Joris van.

[1906] *East and West indian Mirror, being an Account of Joris van Speilbergen's Voyage Around the World (1614-1617)*.

STADEN, Hans.

[1974] *Warhaftige Historia und Beschreibung eyner Landtschafft...* . 1557. Andes Colben. Marburg. Alemanha. [*Duas viagens ao Brasil*. Edusp, São Paulo e Ed. Itatiaia, Belo Horizonte].

STOLS, Eddy.

- 2002 *Flamengos, holandeses e a sua aprendizagem na escravidão, séculos XVI e XVII*. In PAIVA, E. F. et ANASTASIA, C. M. J. (orgs.). *O Trabalho Mestiço: maneiras de pensar e formas de viver - séculos XVI a XIX*. Páginas 41 a 61. Annablume Editora. PPGH-UFMG. São Paulo.
- 2000 *Humanistas y jesuitas en los negocios brasileños de los Schetz, grandes negociantes de Amberes y banqueros de Carlos V*. In Congreso Internacional “Carlos V y la quiebra del humanismo político en Europa (1530-1558)”. Volume IV. Madrid.
- 1973 Os Mercadores Flamengos em Portugal e no Brasil antes das Conquistas Holandesas. In Separata dos Anais de História. Nº 5. FFCL. Assis.
- 1968 *Um dos Primeiros Documentos sobre o Engenho dos Schetz em São Vicente*. In *Revista de História*. V.37. Nº76. Páginas 407 a 419. São Paulo.

TENGARRINHA, José. (org.).

- 2001 *História de Portugal*. EDUSC. Editora UNESP. Instituto Camões. Bauru.

TENREIRO, Francisco.

- 1956 *Engenhos de Água na Ilha de S. Tomé no Século XVI*. In *Publicações do XXIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*. Vol. III.

VASCONCELOS, Joaquim de.

- 1897 *A Feitoria de Portugal em Flandres*. In GÓIS, Damião de. *Novos Estudos*. Cap. III.

VASCONCELOS, Simão de, S.J.

- 1943 *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*. Volumes I, II. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro.

VIEIRA, Alberto.

- 1989 *O Regime de Propriedade na Madeira: O Caso do Açúcar (1500-1537). Problemas, Análises Futuras*. In *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira* (Funchal, 1986). Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração. DRAC. Vol. I. Páginas 539 a 611. Funchal.

VIOTTI, Hélio Abranches. (org.).

- 1984 *José de Anchieta, S.J. Cartas: Correspondência Ativa e Passiva*. Ed. Loyola, São Paulo.

ZARANKIN, Andrés.

- 2002 *Paredes que Domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista: o caso de Buenos Aires*. CHAA. UNICAMP. FAPESP. Buenos Aires.

VIDEOGRAFIA

CORDEIRO, Silvio.

- 2003 *Arqueologia dos Erasmos*. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Olhar Periférico. 15 min. MiniDV NTSC.
- 2000 *Erasmos 1534*. VideoFAU - Laboratório de Vídeo da FAU USP. 25 min. Betacam NTSC.

CORDEIRO, Silvio et COSTA, André.

- 2003 *Engenho dos Erasmos: os flamengos na Capitania de S. Vicente*. Registro videográfico documental preliminar. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Olhar Periférico. 06 horas (aprox.). MiniDV NTSC.
- 2003 *Engenho dos Erasmos: Imagens da Redescoberta*. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Olhar Periférico. 21 minutos. MiniDV NTSC.

CORDEIRO, Silvio et Moraes, Rose Pan.

- 2000 *Velhas Paredes de Pedra e Cal... Ruínas no Tempo*. VideoFAU - Laboratório de Vídeo da FAU USP. Olhar Periférico. 26 min. Betacam NTSC.